

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

A CIDADE DE CARAZINHO  
ESPAÇO e TEMPO

SILVANA SANTOS DE MOURA

Mestrado em História

Dissertação

Florianópolis, novembro de 1993

SILVANA SANTOS DE MOURA

**A CIDADE DE CARAZINHO  
ESPAÇO e TEMPO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau Mestre.

Orientador: Professor Doutor RUFINO PORFIRIO ALMEIDA

Florianópolis, novembro de 1993

SILVANA SANTOS DE MOURA

A CIDADE DE CARAZINHO. ESPAÇO E TEMPO

Esta dissertação foi defendida  
perante a seguinte Banca Examinadora  
que a aprovou: *com LOUVOR*

Prof. Dr. RUFINO PORFIRIO ALMEIDA (Presidente)

Prof. Dr<sup>a</sup> BERNARDETE WRUBLESKI AUED

Prof. Dr. HOYÊDO NUNES LINS

Prof. Dr. SERGIO SCHIMITZ (Suplente)

Florianópolis, 21 de dezembro de 1993

## RESUMO

Este é um estudo de História sobre a cidade de Carazinho, no Estado do Rio Grande do Sul, vista como espaço urbano. É uma análise historiadora da evolução desse espaço, detectando, quando possível, diferentes percepções dos vários agentes sociais que fizeram e refizeram o espaço urbano carazinhense.

Este estudo sobre Carazinho procura olhar a cidade, não como um amontoado de edificações e de gente, de ruas e de carros, de prefeitos e de atos heróicos, mas como uma expressão das relações interpessoais na natureza. E a expressão material que desse relacionamento resulta é encarada na sua dimensão humana, ou seja, o que a cidade de Carazinho significa para aqueles que a construíram e a usufruem. Enxergando que os grupos sociais no espaço urbano, espaço da cidade estão hierarquizados, realça-se a hierarquização e como algumas passam a ser mais importantes, mais verdadeiras, e mais reais do que outras. O espaço urbano é visto como simultaneamente fragmentado e articulado e em constante evolução. Assim, o espaço da cidade é entendido como um espaço vivo, que cheira a ser humano e que é sobretudo, tal qual a vida do homem, um perpétuo combate. É pois, fundamentando-se nessas concepções que se vê, se analisa e se tenta desvelar o espaço urbano, espaço da cidade de Carazinho.

## ABSTRACT

This os a study of históry, about the city of Carazinho, state of Rio Grande do Sul. It is a historian analysis of evolution of this space, detecting, if possible, differents perceptions of various socual agentes which have made and remade the urban space Carazinho.

This study about Carazinho intends to look the city not as na amount of buildings and people, of streets and cars, of mayors and heroic acts, but as na expression of inter-personal relations of nature. And the material that results of this relationship is considered in its human dimension, is other words, what the city of Carazinho sgnifies to those who have built it and have fruition of it. Perceiving that social groups on urban space, space of the city, are formed into a hierarchy is enhanced and some perceptions become more important, more veracious than others. The urban space is considered as simultaneously fragmented and articulated and also in constant evolution. Therefor, the space of the city is understood as a live space, that smells as human beings and is, above all, as well as human life is, a perpetual combat. Based upon these conceptions, we tried to see, to analyze and unveil the urban space, the space of the city of Carazinho.

## SUMÁRIO

Resumo .....	v
Abstract .....	vi
INTRODUÇÃO .....	1
I. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....	5
1.1 A interdisciplinaridade .....	5
1.2 A percepção do espaço .....	10
1.3 O espaço urbano - espaço da cidade .....	13
1.4 A questão regional .....	16
1.5 A cidade na História .....	19
1.5.1 A gênese da cidade .....	20
1.5.1.1 A cidade como magneto .....	20
1.5.1.2 Prenúncios da revolução urbana .....	21
1.5.2 A revolução urbana .....	23
1.5.3 A cidade na antiguidade .....	24
1.5.4 A cidade medieval .....	27
1.5.5 A cidade capitalista .....	29
1.5.5.1 A cidade e a indústria .....	31
1.6 A cidade hoje: a que se tem e a que se quer ...	32
II. CONHECER PARA RECONHECER CARAZINHO .....	35
2.1 Localização geográfica e vias de comunicação ...	35
2.2 O plano médio .....	36
2.2.1 Brancos, negros e mestiços no território ....	37
2.2.2 Milicianos nos campos do Jacuizinho .....	43
2.3 A formação do espaço urbano - espaço da cidade .	46
2.3.1 O vilamento .....	53
2.4 A cidade e o processo de modernização capitalista	55
III. A PERCEPÇÃO DA CIDADE NA ÓTICA DO PLANEJAMENTO URBANO	66
3.1 Notas preliminares sobre o planejamento urbano .	66
3.1.1 Os planos diretores .....	69
3.2 Antes dos planos diretores propriamente ditos ..	70
3.3 O Plano Diretor de 1946 .....	75
3.4 O Plano Diretor de 1969 .....	80
3.5 O Plano Diretor de 1991 .....	89

IV. CARAZINHO HOJE: CUI PRODEST? .....	97
4.1 Carazinho e as peças do jogo urbano .....	97
4.2 A cidade e seus heróis .....	99
4.3 O direito à moradia .....	101
4.3.1 Projetos habitacionais segregacionistas ....	107
4.4 O acesso aos bens e serviços urbanos .....	109
4.5 A cidade como dimensão simbólica .....	110
4.6 A cidade e o direito à informação .....	113
CONCLUSÃO .....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	123
A . livros e artigos .....	123
B . periódicos .....	132
FONTES ORAIS .....	132
Entrevista de História Oral .....	132
Depoimentos de pessoas-fonte .....	133
LOCAIS PESQUISADOS .....	134

## INTRODUÇÃO

Este é um estudo de história sobre a cidade de Carazinho, vista como espaço urbano. É uma análise historiadora da evolução desse espaço, detectando, quando possível, diferentes percepções dos vários agentes sociais que fizeram e refizeram o espaço urbano carazinhense.

Este estudo sobre Carazinho procura olhar a cidade, não como um amontoado de edificações e de gente, de ruas e de carros, de prefeitos e de atos heróicos, mas como uma expressão das relações interpessoais na natureza. E a expressão material que desse relacionamento resulta é encarada na sua dimensão humana, ou seja, o que a cidade de Carazinho significa para aqueles que a construíram e a usufruem. Enxergando que os grupos sociais no espaço urbano, espaço da cidade estão hierarquizados, realça-se a hierarquização das percepções e como algumas passam a ser mais importantes, mais verdadeiras, e mais reais do que outras. O espaço urbano é visto como simultaneamente fragmentado e articulado e em constante evolução. Assim, o espaço da cidade é entendido como um espaço vivo, que cheira a ser humano e que é sobretudo, tal qual a vida do homem, um perpétuo combate. É pois, fundamentando-se nessas concepções que se vê, se analisa e se tenta desvelar o espaço urbano, espaço da cidade de Carazinho. Este estudo compreende cinco capítulos.

No primeiro capítulo a preocupação básica é tecer algumas considerações teórico-metodológicas sobre o estudo do espaço urbano, espaço da cidade. Inicialmente se faz uma referência às dificuldades enfrentadas pelo historiador que se propõe trabalhar com o espaço urbano, notando o quanto é rara a produção historiográfica sobre cidades, especialmente do interior e o quanto é acanhada a discussão sobre a questão espacial elaborada pela ciência historiadora, se comparada a



outras ciências, principalmente, à Geografia. Discute-se a interdisciplinaridade como forma de se realizar produções acadêmicas integradas sobre o espaço urbano, espaço da cidade. A interdisciplinaridade é entendida como um desafio aos cientistas sociais, e sobretudo como um esforço de colaboração entre as ciências sociais, uma possibilidade de pensar a cidade em suas várias dimensões. A seguir refere-se o debate conceitual em torno da problemática espacial, conferindo particular atenção ao espaço urbano, espaço da cidade. A questão regional é também estudada com o intuito de melhor apreender o local e projetá-lo no global. Por fim, o primeiro capítulo dedica-se à cidade na História, desde sua gênese até a cidade hoje, a cidade que se tem e a que se busca construir.

O segundo capítulo foca Carazinho, especificamente. É o momento do conhecer para reconhecer. Este capítulo, num primeiro instante, localiza geograficamente Carazinho, no Estado do Rio Grande do Sul e na Região. Analisa o processo de ocupação do Planalto Médio, por brancos, negros e mestiços, enfatizando a participação dos birivas e suas atividades econômicas. Mostra a formação e evolução do espaço urbano, espaço da cidade de Carazinho, destacando os interesses preteridos e os interesses privilegiados, as percepções mais reais e as menos reais, a luta da comunidade pró-emancipação.

Este capítulo demora-se referindo as atividades econômicas desenvolvidas pela cidade e na cidade. Buscando compreender historicamente as contradições sociais do espaço urbano carazinhense propõe-se, como tarefa, traduzir a realidade econômica, social e cultural local no parâmetro das diferenças que estabelecem particularidades e, aí alicerçam sua identificação. A evolução urbana é compreendida, também, no âmbito do processo de modernização capitalista. As relações campo e cidade são igualmente

percebidas em figuras como o "bóia-fria" e "granjeiro", que habitam a cidade mas atuam no campo.

O terceiro capítulo trata do planejamento urbano em Carazinho. O planejamento urbano visto como uma percepção prática da cidade, que deve apontar soluções para os problemas urbanos, envolvendo gestão e articulação políticas. Os planos diretores são analisados como instrumentos de explicitação dos conflitos urbanos. Para a cidade de Carazinho foram realizados três Planos Diretores, em 1946, em 1969 e em 1991. Os dois primeiros não chegaram a ser apreciados pelo poder legislativo municipal, e não constam nos arquivos da Prefeitura Municipal. O terceiro, atual Plano Diretor de Carazinho, foi aprovado no final do ano de 1992 pela Câmara de Vereadores. Estes três Planos são analisados na perspectiva de expor, de um lado, a percepção do urbanista e de outro a percepção do urbanita.

O quarto capítulo indaga: Carazinho hoje: Cui Prodest? Ou seja, quem hoje aproveita, usufrui do espaço urbano, espaço da cidade? Compara-se a cidade a um jogo de cartas, no qual três parceiros (governo, empresas, população) se embatem. Mas o enfrentamento entre esses "parceiros" e o acesso às normas do jogo urbano nem sempre é equilibrado. E o espaço urbano quem o habita? O carazinhense tem consciência de si? Percebe-se na riqueza que cria? Nos seus produtos?

Nas suas obras? A Carazinho de ontem e de hoje resultou da ação coletiva de seus habitantes ou é criação de algumas personagens apontadas como tal pela História oficial.

Discute-se, igualmente, a questão da moradia: direito de todos ou bem de ocasião? Atenta-se para a utilização do solo urbano os interesses mercantis, os interesses que envolvem o uso da terra, que passa a ser fonte de renda, na medida em que entra no circuito econômico como realização (econômica) do processo de valorização que a propriedade confere ao proprietário. Esta situação gera um perverso

processo de segregação e exclusão sociais, alta dos preços da terra e encarecimento dos preços da moradia. Quem são os grandes proprietários urbanos em Carazinho? E o acesso aos bens e serviços urbanos, para quem eles são reais?

Este capítulo também dispensa atenção à cidade como dimensão simbólica, observa-se aí a linguagem sígnica da cidade como dimensão da sociedade hierarquizada; e ao direito à informação. No espaço urbano, espaço da cidade quem usufrui, detém ou sonega as informações? A socialização da informação é entendida como meio do homem reconhecer-se no ambiente que habita, na riqueza que cria. O direito à informação amplo e irrestrito que inclui, sobretudo o direito de ter acesso à própria história do espaço que habita, incluindo o conhecimento dos documentos que contenham informações históricas. O homem necessita conhecer para reconhecer-se, sob pena de tomar para si a visão de mundo da classe dominante. Pondera-se ainda sobre a necessidade de se processar uma informação integrada com a realidade, que rompa com a recepção mecânica e manipulada, ou seja, criar a possibilidade do cidadão transcender a condição de simples receptor de informação, alcançando a condição de produtor de informação.

## Capítulo I

### CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

"Os historiadores não estudam as aldeias,  
eles estudam em aldeias"

Giovanni Levi

#### **1.1 A interdisciplinaridade**

O historiador, ao encetar estudos sobre cidades, vê-se diante de indagações de toda ordem, questiona-se a respeito de procedimentos teóricos e práticos, e acima de tudo toma consciência de quão rara é a produção historiográfica sobre cidades (principalmente do interior)<sup>1</sup>. Por outro lado, as cidades, ou melhor o "espaço" em si, independente do recorte que se faça (local, regional, nacional), têm sido mais amplamente tratadas pelos geógrafos. Motivados pela

---

<sup>1</sup> Entende-se aqui como produção historiográfica às abordagens elaboradas por profissionais da História, os historiadores com formação acadêmica. Excluem-se, pois, as crônicas sobre cidades redigidas por leigos ou "curiosos da História", como por vezes se autodenominam os médicos, advogados, jornalistas e outros profissionais liberais que se aventuram a escrever sobre a terra de sua predileção. Estas crônicas, embora contendo preciosas informações, carecem de trato científico, ignoram qualquer tipo de esquema racional capaz de nortear a pesquisa histórica. Via de regra está crônicas restringem-se biografias de homens ilustres e à narrativa de feitos retumbantes e episódios pitorescos.

denominada "Geografia Critica" encabeçada por Milton Santos<sup>2</sup>, dentre outros, os geógrafos apresentam à comunidade científica da área das ciências humanas significativos elementos para o debate em torno da questão do espaço.

A decantada interação, entrosamento e quase xifopagia entre a História e a Geografia divulgada por afirmações do tipo: "A Geografia é irmã gêmea da História"<sup>3</sup>, ou "a Cronologia e a Geografia são os dois olhos da História"<sup>4</sup>, tem ficado mais ao nível do discurso.

Na verdade a ciência historiadora, quando lida com a problemática espacial, age com pouca desenvoltura, falta-lhe pratica, falta o trabalho de co-laboração com outras ciências, faltam ações que promovam a interdisciplinaridade. Mas no caso específico da História e da Geografia, que trabalham com categorias tão próximas como tempo e espaço observa-se mais nitidamente a carência de produções integradas.

O geógrafo Armen Mamigonian, ao apresentar o livro *Ganchos*, de Célia Maria e Silva, aponta-o como um exemplo de estudo interdisciplinar, ao mesmo tempo em que faz algumas

---

<sup>2</sup> Milton Santos possui vasta produção literária destinada a discutir direta e indiretamente a "Geografia Critica", O adjetivo "critica" tem em vista distinguir-se das abordagens geográficas tradicionais e pragmáticas que, cada uma a sua maneira, descolam o espaço da sociedade, apreciando-o isolado do processo histórico. O debate é sem duvida instigante e, sobretudo rico no que tange à produção científica. Ver sobre o assunto: Milton SANTOS, *Por urna Geografia Nova*; ver tb. Antonio MORAES, Wanderley da COSTA, *Geografia Critica: A Valorização do Espaço*.

<sup>3</sup> J. BESSELAAR, *Introdução aos Estudos Históricos*, p. 253.

<sup>4</sup> Lord Bacon, apud J. BESSELAAR, loc. Cit.

reflexões pertinentes sobre a interdisciplinaridade:

"A renovação por que passa a Geografia atualmente requer uma radicalidade teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciada pelos paradigmas de formação sócio-espacial e de geossistemas. Isto quer dizer que quem faz Geografia Humana deve assumir funções não somente de geógrafo estrito senso, mas de historiador, economista, sociólogo, etc."<sup>5</sup>.

Entende-se assim que o historiador igualmente pode assumir a função do geógrafo, do economista, do antropólogo, do filósofo ainda mais se levar em conta, como bem alerta o sociólogo Michel Bassand, que

"Nenhuma ciência detém o monopólio do estudo do espaço. Este só é inteligível por uma abordagem interdisciplinar (e não pluridisciplinar)"<sup>6</sup>.

Cabe, ainda, ressaltar que, ao se revisitar a História dos Annales, percebe-se que esta propugnava estudos integrados. Veja-se os trabalhos de Lucien Febvre, em especial, Terra e a Evolução Humana, sob forte inspiração nos ensinamentos do autorizado geógrafo Vidal de La Blache. Este trabalho buscava humanizar o espaço, aproximando a História

---

<sup>5</sup> A. MANIGONIAN, In: Célia M. e SILVA, Ganchos / SC. Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira, p.16.

<sup>6</sup> Michel J3ASSAND, In: Milton SANTOS, org. O espaço inter disciplinar, p. 133.

da Geografia e vice-versa<sup>7</sup>.

É bom recordar que Febvre foi um batalhador constante contra os "compartimentos" e as "especializações estreitas"<sup>8</sup>.

Portanto, não se trata de "reinventar a pólvora" mas apenas de retomar certos ensinamentos, abandonados muitas vezes de maneira irrefletida e acrítica. Por outro lado, entende-se igualmente que não basta apenas retomar ensinamentos e procedimentos: é indispensável praticar, simultaneamente, um co-labor de atualização conceitual e metodológica, sob pena de se cair num anacronismo.

Assim, no âmbito desta dissertação, entende-se que espaço urbano, espaço da cidade, numa perspectiva interdisciplinar, se constitui hodiernamente num excitante desafio aos cientistas sociais. Significa, sobretudo a possibilidade de se pensar a cidade em suas várias dimensões: econômica, social, histórica, política, signica, cultural, sociológica, entre outras, sem prejuízo da obra de síntese.

No entanto, para que estudos interdisciplinares sobre a cidade se efetivem e se realizem, urge violar os guetos acadêmicos (muito comuns nas instituições de ensino e pesquisa).

Inibidores do saber, e concomitantemente pensar a cidade não como um fenômeno autônomo e "à margem do enfrentamento entre capital e trabalho", mas, "como o locus decisivo do confronto e da luta de classes"<sup>9</sup>.

Estes são alguns exemplos, segundo se entende, de

---

<sup>7</sup> A. MAMIGONIAN, In: op. cit. p. 15; ver tb. Rosa SILVEIRA, In: Marcos A. da SILVA, República em Migalhas – História Regional e Local, p. 22.

<sup>8</sup> Peter BIJRKE, A Escola dos Annales – 1929–1989, p. 12.

<sup>9</sup> Ana Fani A. CARLOS, Espaço e Ind p.61.

atitudes objetivas e subjetivas necessárias ao desenvolvimento de estudos interdisciplinares sobre o espaço urbano.

Convém ainda destacar algo sobre as fontes do pesquisador que se propõe um trabalho interdisciplinar. Sem dúvida estas se ampliam em intenção e extensão, O pesquisador vê-se diante de novas possibilidades técnicas capazes de dinamizar seus recursos para melhor captar, compreender e interpretar seu objeto. O pesquisador pode lançar mão de fontes informativas já desenvolvidas e aprimoradas por outras ciências, mesmo porque poderá ter a oportunidade de utilizá-las sob um enfoque diferenciado.

A título de exemplo, pode-se citar o uso do documento visual, no caso a fotografia, que talvez por seu conteúdo não verbal tenha sido outrora, hoje nem tanto, desprezado ou simplesmente usado em anexos como elemento ilustrativo. A fotografia constitui-se numa fonte preta de informações sujeita a "múltiplas 'leituras', descritivas e interpretativas"<sup>10</sup>. A fotografia é fragmento de uma totalidade não compreendida e contribui significativamente na interpretação histórica, pois conforme sustenta Bons Kossoy,

"Ela não apenas documenta visualmente os cenários onde transcorrem os atos e fatos do cotidiano num dado lugar e época, mas também, propicia ao historiador atento indícios de ordem psicológica acerca dos personagens retratados"<sup>11</sup>.

Em resumo, a intenção primeira deste item é chamar a atenção para a validade de estudos interdisciplinares na compreensão do espaço urbano, o espaço da cidade. A intenção

---

<sup>10</sup> Bons KOSSOY, "O Poder da Imagem".

<sup>11</sup> Id. *ibid.*



segunda é dar ensejo a uma reflexão acurada de como se pode construir a História de cidades superando meras crônicas descritivas. A intenção terceira é pensar historicamente o espaço compreendendo que o "espaço é humano não porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz"<sup>12</sup>.

## 1.2 A percepção do espaço

O espaço pode ser interpretado sob várias óticas, dependendo do estudioso que sobre ele se debruçar. No entanto, não se reveste de nenhuma facilidade para ciência alguma externar o entendimento que tem do espaço, tal a complexidade de delimitação conceitual.

Essas dificuldades, por outro lado, têm gerado no seio da comunidade científica mais ligada às ciências sociais, um intenso debate, no que concerne à questão conceitual do espaço. Por sua riqueza teórica e profundidade analítica, o debate merece ser aqui referido ainda que sucintamente.

No caso da ciência historiadora, Rosa Maria Godoy Silveira assevera:

"A ciência histórica é pouco afeita ao tratamento da problemática espacial," ... "E absorve rotineiramente conceitos produzidos pela ciência geográfica, mais habituada a lidar com aquele objeto. Mas a própria Geografia, até hoje, não se livrou de uma enorme controvérsia a esse respeito"<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Ana Fani A. CARLOS, op. cit. p. 34.

<sup>13</sup> Rosa M. SILVEIRA, "Região e História; Questão de Método".  
In: Marcos A. da SILVA, op. cit. p. 18.

A autora apresenta duas questões importantes: a primeira, á qual já se fez referência anteriormente, ou seja, o discurso historiográfico, não possui grande intimidade teórica com a questão espacial e a segunda, de que ao tratar do espaço a ciência historiadora se utiliza de conceitos da Geografia. Esta percepção do espaço na prática cotidiana do pesquisador historiador merece ser analisada detidamente.

Inicialmente se deve considerar que o conceito de espaço, por parte da ciência historiadora, não está ainda de todo elaborado. No entanto, para Bergier, isto não se constitui numa questão de fundo, porque segundo este historiador:

"A definição do espaço importa muito pouco. Mais importante me parece à coerência do espaço onde ocorre à análise do historiador, sua correspondência com o espaço onde se moviam e sentiam seus personagens"<sup>14</sup>.

Além disso, Bergier, igualmente, não se inquietaria com o fato de a História utilizar conceitos da Geografia, pois assim se expressa:

"Não sou geógrafo o bastante para situar uma fronteira bem precisa entre o espaço dos geógrafos e o dos historiadores economistas. Objetivamente, ambos me parecem uma só e mesma coisa. Neste sentido, a contribuição da análise geográfica para a História é, e permanece sendo, fundamental a ponto de muitas das obras clássicas de Geografia (Les Alpes occidentales, de Raoul Blanchard, por exemplo) me parecerem também obras de

---

<sup>14</sup> J. F. BERGIER, In: Milton SANTOS, org. O espaço interdisciplinar, p. 52.

História, ainda que a problemática (ou a finalidade) difira um pouco. Estou convencido de que o estudo da Geografia constitui um complemento indispensável à formação do historiador (e vice-versa)"<sup>15</sup>.

Por sua vez o geógrafo Milton Santos, ao analisar a natureza e o conceito de espaço, considera que o vocábulo espaço é polissêmico, por isso se amolda a uma diversidade de acepções.

Assim entendendo, Milton Santos amplia a noção do termo:

"Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias assim como cada uma delas o contém e è por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se da com o cultural ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social"<sup>16</sup>.

O autor dialetiza o conceito de espaço e vai mais longe quando afirma: "O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida"<sup>17</sup>.

Não se tem dúvida de que a totalidade de que fala Santos é também concebida dialeticamente, na mesma linha de argumentação de Kosik, ou seja, totalidade significando realidade, como um todo estruturado, dialético:

---

<sup>15</sup> Id. loc. cit.

<sup>16</sup> Milton SANTOS, Espaço e Método, p. 1.

"No qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia se constituída são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade"<sup>18</sup>.

Enfim, no horizonte desta monografia, acompanha-se o conceito de Milton Santos, o qual expressa de maneira clara e objetiva que na percepção conceitual, quer dessa ou daquela ciência, deve se ter em linha de conta que o espaço está estreitamente ligado à sociedade e, por conseguinte é permanentemente construído e reproduzido pelo homem, além do que deve o espaço ser compreendido dum ponto de vista dialético e de totalidade.

Por fim, urge comentar que o conceito de espaço evolui constantemente, fundamentalmente porque o próprio espaço se transforma à medida que a sociedade também evolui.

---

<sup>17</sup> Id. *ibid.* p. 5.

<sup>18</sup> Karel KOSIK, *Dialética do Concreto*, p. 35.

### 1.3 O espaço urbano – espaço da cidade

O presente estudo, conforme menciona a Introdução, é um trabalho de História que aborda a cidade, no qual esta é considerada como espaço urbano. Mas o que efetivamente se entende por espaço urbano?

Novamente se está diante de uma indagação complexa que envolve diferentes interpretações. Mas, ainda que as dificuldades se apresentem, o espaço urbano é passível de compreensão. Henri Lefebvre escreve: "O 'urbano' não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica"<sup>19</sup>.

Veja-se algumas destas compreensões. Conforme Ana Fani:

"Pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano. A paisagem urbana é a forma pela qual o fenômeno urbano se manifesta, o espaço urbano pode ser apreendido (é o nível fenomênico)"<sup>20</sup>.

A autora formula tal percepção baseada numa perspectiva histórica. Noutra passagem refere:

"A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas"<sup>21</sup>.

Segundo se entende, a perspectiva histórica é um

---

<sup>19</sup> Ana Fani CARLOS, A Cidade, p. 70.

<sup>20</sup> Id. *ibid.* p. 57.

<sup>21</sup> Roberto Lobato CORRCA, O Espaço Urbano, p. 9.

requisito fundamental para a análise do espaço urbano, sob pena de se enveredar por caminhos metafísicos.

Há, no entanto outros elementos que devem igualmente estar presentes na reflexão sobre o espaço urbano, como por exemplo, o de que o espaço urbano é realidade e que esta é essencialmente contraditória e está em constante transformação.

Observe-se o que refere Lobato Corrêa sobre o espaço urbano. Segundo o autor, o espaço urbano possui vários aspectos interdependentes, complementares e simultâneos:

“Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”<sup>22</sup>.

Lobato Corrêa confere ao espaço urbano uma dimensão de totalidade concreta. Observe-se uma a uma as seis características do espaço urbano propostas pelo autor<sup>23</sup>.

a) espaço fragmentado – é como se constitui num primeiro instante o espaço de uma grande cidade capitalista, no conjunto de diversos usos da terra justapostos entre si;

b) espaço articulado – o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, existe uma relação espacial entre cada uma de suas partes e as demais, ainda que a intensidade seja variável;

c) espaço reflexo social – o espaço reflete o que é a sociedade. Reflete tanto as atividades que se realizam no presente como aquelas que se realizaram no passado e que deixaram seus traços nas formas espaciais do presente;

d) espaço condicionante social – ocorre por intermédio

---

<sup>22</sup> Roberto Lobato CORRÊA, op. cit. p. 7-10.

<sup>23</sup> Rosa M. G. SILVEIRA, In: Marcos SILVA, op. Cit. P. 17.

do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais desempenham na multiplicação das condições de produção e das relações de produção;

e) espaço campo simbólico – o espaço é também o lugar onde as diferentes classes sociais vivem e se reproduzem. Isto implica cotidiano, futuro próximo, crenças, valores e mitos criados, os quais, em parte, são projetados nas formas espaciais como monumentos, lugares sacros, ruas especiais, etc.

f) espaço campo de lutas – o espaço é também fruto de relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. Resultam daí os conflitos sociais, exteriorizados por meio de greves, manifestações e movimentos sociais urbanos.

Estas características estão, por sua vez, intrinsecamente articuladas, gerando assim uma unidade. E com base nestas características que se argumentará sobre o espaço urbano de Carazinho.

#### 1.4 A Questão Regional

Considera-se ponto importante neste trabalho que possui um recorte espacial, no caso local, discutir a questão regional, haja vista que Carazinho integra uma dada região, com a qual se relaciona.

São inúmeros e permanentes os esforços de diferentes especialistas em elaborar um conceito de região. No caso específico da ciência historiadora, esta questão ainda não mereceu a devida atenção; é o que se depreende do que afirma Rosa Silveira:

"Nossa produção historiográfica ignora completa mente a problemática em termos de seu tratamento teórico-metodológico. Praticamente não existem reflexões sistematizadas sobre as várias abordagens que se tem dado à relação Região- História nos trabalhos empíricos, e sobre as implicações epistemológicas e políticas de tais enfoques"<sup>24</sup>.

Por outro lado, é lícito mencionar, em que pese às dificuldades, que a ciência histórica tem apresentado sua contribuição ao debate. E o que se depreende do texto "História Regional e Transformação Social", onde Sandra Pesavento discute a evolução teórica do conceito de região.

No citado texto a autora examina o conceito de região em Lênin, exposto no livro *Razvitie Kapita v Rossii*, e em Gramsci, com base no livro *La questione meridionale*, e ao final conclui:

"Se Lênin integra o conceito de região ao da formação social, formulado por Marx, Gramsci vincula a noção ao entendimento de 'bloco histórico' . Em última análise, ambos os conceitos se aproximam, e remetem a uma identidade articulada entre infra-estrutura e superestrutura, ou entre formas produtivas e organização político- ideológica, concreta e historicamente definidas. O saldo é, contudo o mesmo: a historicidade do conceito de região"<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Sandra J. PESAVENTO, In: Marcos SILVA, op. cit. p. 67-8.

<sup>25</sup> Áurea Corrêa de Miranda BREITBACH, Estudo sobre o conceito de região, p. 11.



O que a autora denomina de saldo, ou seja, a historicidade do conceito de região, é por demais significativo. Não fora essa compreensão, seria quase impossível conhecer e reconhecer o "espaço para o capital", locus privilegiado do enfrentamento e da luta de classes.

Prosseguindo na tentativa de pinçar algumas das reflexões que povoam o debate sobre a questão regional, ressalta-se o trabalho de Áurea Breitbach, cujo objeto específico de estudo é o conceito de região<sup>26</sup>.

Breitbach analisa as concepções denominadas convencionais, chamando a atenção para sua insuficiência explicativa e as concepções avançadas que pressupõem a não existência de um espaço neutro. No entanto, são as considerações finais da autora que demonstram o êxito de seu estudo:

"Primeiramente, compete-nos salientar que conceito de região não é um conceito unívoco, u vez que ele não comporta uma única forma c interpretação e não se aplica a sujeitos diverso de maneira totalmente idêntica. O conceito c região que julgamos ser o mais correto não aquele que descreve exaustivamente uma realidade sua frente disposta: límpida, fixa e transparente Mas ao contrário, é um conceito que expressa u movimento em direção a uma realidade (que não fixa nem transparente) no sentido de desvendá-la explicá-la; penetrar, portanto no âmago de seu se em movimento"

Observe-se agora a interpretação de Alain Lipietz, outr contribuição valiosa neste debate. No seu livro O Capital e se Espaço, o estudioso francas, amparado em conceitos gerais

d materialismo histórico e dialético, estuda, entre outras questões, as relações entre o capitalismo e a estrutura regional ao mesmo tempo em que tenta compreender a razão pela qual capitalismo produz regiões desigualmente desenvolvidas.

Mas considera-se que um dos ápices de sua análise está x crítica intrínseca, permanente que faz às abordagens marxista:

reducionistas sobre o capital e seu espaço. Lipietz produz um análise fluida e conclui com uma indagação notável:

“As tend gerais do capital, longe de erigi. em face dele a alta figura de um coveiro cal a consciência clara e com os braços de aço engendra uma exuberância de categorias e de status, com tradições, com culturas, com ideologias, com aspirações as mais variadas. Para o marxismo clássico é um drama. Mas para quem quiser romper com a venda de imagem dos bastiões vermelhos, não é uma riqueza?”<sup>27</sup>.

Em síntese, entende-se que a região constitui um produto das contradições do processo de reprodução capitalista, ou seja, é “produto da desigualdade sócio-espacial, intrínseca ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”<sup>28</sup>.

#### 1.4 A Cidade na História

Lefebvre considera que a cidade tem sido objeto de

---

<sup>26</sup> Aurca BREIPBACH, op. cit. p. 87 e seq.

<sup>27</sup> Alain LIPIETZ, O Capital e seu Espaço, p. 208.

<sup>28</sup> Rogério Haesbaert da COSTA, RS: Latifundio e Identidade Regional, p. 18.

pesquisa de economistas, demógrafos, sociólogos e que cada um destes especialistas consigna sua contribuição para uma "ciência da cidade", mas constata que;

"A história permite elucidar a gênese da cidade e, sobretudo discernir melhor que qualquer outra ciência a problemática da sociedade urbana"<sup>29</sup>.

A geógrafa Maria Sposito expressa uma opinião similar ao responder a interrogação: Qual a importância do estudo histórico das cidades para a geografia?

"Parece-me fundamental recuperar a História não apenas para a reflexão sobre o urbano, mas para se fazer uma geografia para além da paisagem, para além do que os nossos sentidos podem perceber. O corte no tempo, sem a recuperação histórica, conduz ao estudo de um espaço estático, de uma cidade apenas formal. É preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstroem a cidade, se queremos entendê-la na dinâmica de um espaço que está em constante estruturação, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais"<sup>30</sup>.

E especialmente nestas e em outras convicções que se buscar á apreciar a Cidade na História.

---

<sup>29</sup> Henri LEFEBVRE, op. cit. p. 36.

<sup>30</sup> Maria Encarnação SPOSITO, Capitalismo e Urbanização, p. 10.

### 1.5.1 Sua gênese

Mumford, em *The City in History*, inicia o primeiro capítulo intitulado "Sanctuary, Village, and Stronghold" interrogando o que é a cidade, como surgiu, que processos promove, que funções desempenha, que finalidades preenche<sup>31</sup>.

Na sequência, o autor responde suas indagações enfatizando a dificuldade de desvendar a cidade, descrevê-la ou abarcar todas suas transformações, considerando que grande parte de seu passado está enterrado ou irrecuperavelmente apagado sendo, portanto, obscuras as origens da cidade<sup>32</sup>. Não obstante, tentar-se-á uma aproximação histórica às origens da cidade.

#### 1.5.1.1 A cidade como magneto

A cidade, antes de tornar-se um lugar de moradia definitiva, constitui-se num ponto de encontro, mais exatamente num ponto de atração, num ímã na imagem de Mumford.

"Thus even before the city is a place of fixed residence, it begins as a meeting place to which people periodically return: the magnet comes before the container, and

---

<sup>31</sup> "What is the city? How did it come into existence? What processes does it further: what functions does it further: what purposes does it fulfil?" Lewis MUMFORD, *The City in History*, v. 1, p. 11.

<sup>32</sup> Id. loc. cit.

this ability to attract non-residents to it for intercourse and spiritual stimulus no less than trade remains one of the essential criteria of the city, a witness dynamism, as opposed to the fixed and indraw form of the village, hostile to the outsider"<sup>33</sup>.

O ziggurat na Mesopotâmia constitui-se num exemplo de imã. Ainda por volta do terceiro milênio a.n.e., a construção desses templos monumentais, edificadas em barro com tijolos adobe (secos ao sol), necessitava atrair muitas centenas de participantes. "A construção de um templo era uma tarefa cooperativa"<sup>34</sup>. A cidade como magneto será uma característica que presidirá a urbanização.

#### 1.5.1.2 Prenúncios da Revolução Urbana

Este item objetiva considerar, brevemente, os três estágios da evolução cultural do homem, que precedem a Revolução Urbana: o paleolítico, o mesolítico e o neolítico.

Registra a Arqueologia que o homem moderno surge no paleolítico superior. Neste estágio ainda predomina a caça, a pesca e a atividade coletora como meio de sobrevivência, embora os equipamentos tenham sofrido uma transformação qualitativa<sup>35</sup>.

No paleolítico superior interessa frisar a magia que envolvia as relações dos indivíduos (entre si e com a natureza) em especial, as diretamente ligadas à morte. Mais

---

<sup>33</sup> L. MUMFORD, op. cit. p. 18; ver tb. Raquel ROLNIK, O Que é Cidade, p. 13-5.

<sup>34</sup> V. Gordon CUILDE, op. cit. p. 98.

<sup>35</sup> V. Gordon CUILDE, O que aconteceu na História, p. 39.

do que se pré- ocuparem com a morada dos vivos se pré- ocupavam com a dos mortos, que tinham suas sepulturas abastecidas de alimento, ferramentas e adornos.

"Mid the uneasy wanderings of palaeolithic man, the dead were the first to have a permanent dwelling: a cavern, a mound marked by a cairn, a collective barrow."... "The city of the dead antedates the city of the living"<sup>36</sup>.

A necrópole é vista como referência, principio de uma relação com um espaço, com um lugar, com o vir a ser da cidade.

No período intermediário, o mesolítico, segundo denunciam os vestígios arqueológicos, o homem desfrutou de uma vantagem em relação ao estágio anterior, a companhia do cão. Era o inicio da domesticação.

No neolítico o homem dará passos decisivos frente ao ambiente. Arroteará a terra semeada e a protegerá das ervas daninhas, cultivara, ativamente, alimentos capazes de manter a população crescente<sup>37</sup>. E efetivamente perceberá o ambiente não apenas "como um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projeto humano"<sup>38</sup>. Este homem neolítico já não é mais um nômade crônico, tal a magnitude dos avanços conquistados. Mumford destaca, no neolítico, o crescente interesse do homem pela sexualidade e pela reprodução, definindo este momento como de "domesticação do próprio homem":

"What is called the agricultural revolution was preceded, very possibly, by a sexual

---

<sup>36</sup> L. MUMFORD, op. cit. p. 15. Grifo nosso.

<sup>37</sup> Gordon CHILDE, A Evolução Cultural do Homem, p. 77.

<sup>38</sup> Leonardo BENEVOLO, História da Cidade, p. 16.

revolution: a change that gave predominance, not to the hunting male, agile, swift of foot, ready to kill, ruthless by vocational necessity, but to the more passive female, attached to her children, s down in movement to a child's pace, guarding and nurturing the young of all sorts, even suckling little animals on occasion, if the mother had died, planting seeds and watching over the seedlings, perhaps first in a fertility rite, before the growth and multiplication of seeds suggested a further possibility of enlarging the food crop" . . . "House and village, eventually the town itself, are woman writ large"<sup>39</sup>.

A mulher é atribuída uma participação relevante na elaboração de elementos como segurança, proteção e nutrição, possibilitadores da vida urbana.

#### 1.5.2 A Revolução Urbana

O termo "Revolução Urbana", utilizado pela primeira vez por Gordon Childe, é amplamente empregado por diferentes autores. No Brasil a vulgarização deste termo no meio acadêmico deve-se a Darcy Ribeiro<sup>40</sup>. Dessa forma, o termo é aqui usado mesmo reconhecendo a sua precariedade explicativa para elucidar o longo processo evolutivo que originou a cidade, indubitavelmente revolucionária por suas

---

<sup>39</sup> L. MUMFORD, op. cit. p. 20-2.

<sup>40</sup> Darcy RIBEIRO, O Processo Civilizatório.

conseqüências.

A Revolução Agrícola havia propiciado um acúmulo de inovações tecnológicas e a ampliação progressiva da eficácia produtiva do trabalho humano, em outros termos, proporcionara, efetivamente, um avanço das forças produtivas, abrindo caminho à produção de excedentes. No entanto, a produção de excedentes e a diversidade de produtos, ainda que condições necessárias, não foram bastante para comunidades agrícolas auto-suficientes passarem à qualidade de comunidades urbanas. Foi preciso criar instituições sociais que engendrassem as desigualdades sociais, enfim, relações de dominação e exploração. "A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes"<sup>41</sup>.

Eis o prelúdio da Revolução Urbana, propriamente dita.

A Revolução Urbana aglutina, numa área limitada, no caso cidade, funções até então dispersas e desorganizadas. Porém, transformação que definitivamente realça a Revolução Urbana o aparecimento da Civilização. Afinal, a cidade estabelece fronteira entre a Barbárie e a Civilização.

### 1.5.3 A Cidade na Antigüidade

Gideon Sjoberg considera que "o homem começou a viver em cidades há cerca de 5.500 anos", ou seja, as primeiras cidades formaram-se no vale mesopotâmico do Tigre e Eufrates, por volta de 3.500 anos a.n.e., graças à confluência de diversos fatores objetivos:

"Além do solo fértil e do generoso suprimento de água de que dispunha,

---

<sup>41</sup> Paul SINGER, Economia Política da Urbanização, p. 13.



encontrava-se na região um cruzamento de estradas que era desde séculos um meio de comunicação entre povos de diferentes culturas, O intercâmbio dessas culturas contribuiu sensivelmente para a evolução das vilas e povoados da região em verdadeiras cidades”<sup>42</sup>.

Essas primeiras cidades, em geral, se assemelhavam. Gideon Sjoberg destaca como parecenças o plantio do trigo e cevada, a utilização do bronze e do metal, o fabrico de veículos com rodas e o emprego do arado de tiro animal<sup>43</sup>.

Embora reconhecendo o relevante significado das cidades do Fértil Crescente e de outras regiões, na Civilização, durante a Antigüidade, abordar-se-á a seguir, de forma mais detida a cidade na Antigüidade Clássica (greco-romana), por considerar-se a sua ação iminente sobre a cultura ocidental e em particular na concepção da cidade contemporânea. E, em se tratando da cidade na Antigüidade Clássica, focar-se-á a cidade-estado, porque além de constituir-se na “espinha dorsal, no elemento organizador sem o qual a civilização clássica permaneceria ininteligível”<sup>44</sup>, a cidade-estado ventila pela primeira vez noções básicas e atuais como cidadania, participação política e democracia <sup>45</sup>.

As cidades-Estados não foram uma criação grega ou romana. Muito antes, as sociedades da Mesopotâmia e os fenícios já haviam se organizado politicamente em cidades-estados. A cidade-estado clássica, por sua vez, teria sido organizada, simultaneamente, pelos gregos e pelos etruscos e

---

<sup>42</sup> Gideon SJOBERG, “Origem e Evolução das Cidades”, Cidades.

A urbanização da humanidade, p. 38.

<sup>43</sup> Id. *ibid.* p. 39.

<sup>44</sup> Ciro Flamaron S. CARDOSO, A Cidade-Estado Antiga, p. 74.

<sup>45</sup> Id. *ibid.* p. 74.

/ ou romanos. As cidades-Estados formaram-se, em várias regiões da Grécia e de Roma, em momentos e ritmos diferentes. Entretanto, há várias características gerais, comuns a todas as cidades-estados clássicas. Distinguem-se três principais características, quais sejam:

"1) do ponto de vista formal, a tripartição do governo em uma ou mais assembleias, um ou mais conselhos, e certo número de magistrados escolhidos – quase sempre anualmente – entre os homens elegíveis; 2) a participação direta dos cidadãos no processo político: a noção de cidade-estado implica a existência de decisões coletivas, votadas depois de discussão (nos conselhos e / ou nas assembleias), que eram obrigatórias para toda a comunidade, o que quer dizer que os cidadãos com plenos direitos eram soberanos; 3) a inexistência de uma separação absoluta entre órgãos de governo e de justiça, e o fato de que a religião e os sacerdócios integravam o aparelho de Estado"<sup>46</sup>.

Às três características destacadas por Flamarion Cardoso cabe acrescentar dois elementos: primeiro, das decisões estavam excluídos os escravos, os estrangeiros e as mulheres e segundo, havia um estreito vínculo entre participação nas decisões e propriedade privada, ou seja, "as rédeas da sociedade sempre estiveram em mãos dos donos de terras e que estes tomavam as decisões em seu interesse"<sup>47</sup>.

As cidades-estados eram, em resumo e grosso modo, comunidades autônomas politicamente e o proveito em estudar

---

<sup>46</sup> Ciro F. CARDOSO, op. cit. p. 7.

<sup>47</sup> Maria Beatriz 13. FLORENZANO, O mundo antigo: economia e sociedade, p. 35.

tais experiências prendem-se ao fato de que:

"Entre nas, no Brasil, a atual conjuntura política tem provocado um novo interesse por tal história, por ter sido a civilização da cidade-Estado a primeira a se colocar as questões relativas à legitimidade do poder, à participação e à democracia. As respostas que lhes deu diferem das que hoje são propostas, mas o fato de tê-las formulado claramente pela primeira vez garantem-lhe uma atualidade reconhecida de século em século "<sup>48</sup>.

Por fim, temendo as generalizações, convém frisar que a "urbanização não está necessariamente ligada ao desenvolvimento da pólis"<sup>49</sup>. Afora a agora (local onde se realizavam as reuniões dos cidadãos), e a acrópole (cidade alta, local destinado aos templos dos deuses, e onde podiam os habitantes da cidade refugiar-se para uma última defesa), cada cidade-estado desenvolveu-se de uma maneira diversa e com dimensões igualmente diversas<sup>50</sup>.

#### 1.5.4 A Cidade Medieval

Discorrer sobre a cidade medieval implica necessariamente mencionar algo sobre a síntese histórica que propiciou as condições objetivas para seu (re) surgimento, ou seja, o feudalismo. A palavra feudum (feudo) entra em uso,

---

<sup>48</sup> Ciro F. CARDOSO, op. cit. p. 74.

<sup>49</sup> Maria B. FLORENZANO, op. cit. p. 24.

<sup>50</sup> Ver as Plantas apresentadas por Leonardo BENEVOLO, op. cit. p. 75 e seq.

segundo registra Perry Anderson, nas ultimas décadas do século XI<sup>51</sup>. Momento em que a cidade (re) surge, pois até o século X a Europa Ocidental foi marcada, dentre outros acontecimentos pelo esvaziamento das cidades (êxodo urbano) e pela ruralização da sociedade, O século XI é, por conseguinte, o instante do florescimento do feudalismo, mas é ao mesmo, tempo o momento em que se gestam os germes da destruição da sociedade feudal em suas formas originais. O feudalismo é aqui entendido não como:

"Sinônimo de anarquia política, de exploração pura e simples de camponeses por clérigos e guerreiros, de ignorância generalizada..." mas como "uma sociedade histórica, a única possível para o seu tempo, herdeira do passado romano-germânico e preparador de uma nova sociedade, a capitalista"<sup>52</sup>.

No que tange às causas que levaram à formação da cidade medieval, não há acordo entre os estudiosos, os quais continuam a defender interpretações bastante divergentes. Na análise historiográfica que realiza a respeito dessas teses, Giuliano Conte aborda desde a mais polêmica de todas, a de Pirenne, cuja teoria fundamenta-se na origem totalmente comercial da cidade a partir da fixação de mercadores itinerantes e de caravanas, até a de Maurice Dobb, a mais ponderada, segundo entende<sup>53</sup>.

Baseado neste último autor, Conte considera que:

---

<sup>51</sup> Perry ANDERSON, Passagens da Antiguidade ao Feudalismo, p. 123.

<sup>52</sup> Hilário FRANCO Jr. O Feudalismo, p. 8.

<sup>53</sup> Giuliano CONTE, Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo, p. 41-7.

"A cidade é o resultado da pressão das instituições econômicas que funcionalizavam, de acordo com as exigências de uma economia ligada às corvéias e ao vínculo com a corte, a estrutura do mercado e o desenvolvimento de uma economia monetária; isto explica as relações de dependência política do regime feudal de numerosas cidades européias – incluindo as cidades comerciais e creditícias italianas e holandesas, criadas devido a uma nítida exigência senhorial"<sup>54</sup>.

O fundamental neste debate é constatar que a cidade medieval, além de imprimir um novo ritmo à sociedade ocidental:

"Foi um exercício de ousadia e inteligência de uma população rural que capacitando-se profissionalmente, associava-se para encontrar um novo modo de ganhar a vida"<sup>55</sup>.

Em resumo, a cidade que (re) surge em fins da Idade Média, mais exatamente na Baixa Idade Média, representa ao mesmo tempo uma inovação na técnica de exploração e na organização da produção, e sobretudo provoca um movimento geral de renovação e expansão que, pelo seu dinamismo intrínseco, acabaria por minar seus próprios fundamentos numa crise de transição geral da economia feudal para a economia capitalista.

#### 1.5.5 A Cidade Capitalista

---

<sup>54</sup> Id. *ibid.* p. 47.

<sup>55</sup> Lucrécia D'Arléssio FERRARA, "As Máscaras da Cidade", p. 4.

À guisa de advertência, convém discernir cidade capitalista de cidade do capital. A cidade capitalista é aquela onde já se encontram disseminadas as características essenciais do capitalismo, tais como: propriedade privada da terra e da moradia, segregação espacial, reflexo de uma complexa estrutura social em classes e a intervenção reguladora do Estado dentre outras. A cidade do capital é um fetiche, ela existe somente no mundo aparente,

"Não existe uma cidade do capital, uma cidade que aparece ao indivíduo como caótica e exterior a suas ambições e realizações. Mas ao contrário, esta aparece estranha exatamente pelo fato de que o processo de produção que criou esta cidade é um processo alienado"<sup>56</sup>.

À primeira vista afigura-se como uma diferença tênue, mas que à luz de uma reflexão ganha importância e permite ao estudioso distinguir melhor o mundo aparente (fenomênico) do mundo real (essência)

A cidade capitalista nasce do pleno desenvolvimento das forças produtivas e mais exatamente do trabalho social materializado. A formação da cidade com características capitalistas é fruto de um processo, e justamente por isso se deve evitar buscar um fato que tenha inaugurado ou encerrado esse período de formação. De qualquer maneira, sem a preocupação de traçar fronteira entre o início e o fim, menciona-se que a acumulação primitiva de capital, processada na época Moderna, com base nas práticas econômicas do mercantilismo desempenha papel fundamental na constituição da cidade capitalista. A acumulação prévia de capital, ao

---

<sup>56</sup> Ana Fani CARLOS, Espaço e Indústria, p. 59.

ensejar a separação entre o produtor e os meios de produção, permite que no processo, essa separação se radicalize, e torne possível a acumulação de capital propriamente dita, ou seja, o capitalismo.

Há, no entanto, que se fazer referência ao estreito nexos existente entre o desenvolvimento da cidade e o do capitalismo. A cidade é, indubitavelmente, o lugar onde se aglutinam as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo:

"O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja diminuem o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A. cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho"<sup>57</sup>.

Paul Singer endossa tal percepção ao referir que: "O capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de umas economias urbanas, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII"<sup>58</sup>.

#### 1.5.5.1 A Cidade e a Indústria

O processo histórico é povoado de avanços, recuos, ganhos e perdas, passos à frente, passos atrás e o homem é o

---

<sup>57</sup> Maria E. 13. SPOSITO, op. cit. p. 64.

<sup>58</sup> Paul SINGER, op. cit. p. 22.

protagonista desta dinâmica. A Revolução Industrial é um dos tantos fatos que permite verificar tal dinamismo, porque ao mesmo tempo em que representa um revolucionário avanço das forças produtivas, aliena o trabalho humano. Atente-se para os desdobramentos do processo de industrialização e seus efeitos na vida urbana.

Hobsbawm, referindo-se às modificações desencadeadas pela Revolução Industrial na Europa, dá conta da simbiose entre cidade e indústria: "A cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro"<sup>59</sup>. A indústria propõe à cidade questões novas e de ordem diversa, Singer apresenta algumas destas questões]:

"O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transporte, comunicações, etc.) e às economias externas que decorrem da complementaridade entre os estabelecimentos industriais"<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Eric J. HOBSEBAM, A Era do Capital 1848-1875, p. 222.



Ana Fani, sobre o mesmo assunto, assim se refere:

"A cidade passa a ser controlado pelos agentes privados e por uma burocracia centralizada que busca viabilizar, com suas ações o processo de acumulação do capital"<sup>61</sup>.

Em suma, a indústria é para a cidade: "Ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno"<sup>62</sup>.

#### 1.6 A Cidade Hoje: a que se tem e a que se quer

A cidade onde hoje se vive é o produto da acumulação capitalista. Aparece aos seus habitantes como um espaço abstrato, quase criado, sabem lá eles por quem. Os habitantes não conseguem ver que a cidade é fruto direta ou indiretamente do seu trabalho. A cidade que hoje se tem é uma cidade que transpira relações de dominação e subordinação, que aliás ocorrem em todos os níveis, local, regional, estadual, nacional, internacional. São na verdade relações universais.

Mas a cidade hoje expressa outras relações, por exemplo, relações sócio-culturais. Lucrécia Ferrara, ao analisar a

Linguagem da cidade, revela como a cidade de hoje demonstra suas relações de ordem social e cultural através de suas imagens, de seus signos:

"A imagem urbana, apoiada nos ícones da vida privada, acaba por desintegrar aquela outra

---

<sup>60</sup> Paul SINGER, op. cit. p. 32.

<sup>61</sup> Ana F. CARLOS, op. cit. p. 46.

<sup>62</sup> Raquel ROLNIK, O Que é Cidade, p. 83.

imagem que valorizava os espaços coletivos: a rua, a praça, o largo, a avenida; o uso da cidade se transforma em rotina organizada pela pressa que automatiza e unifica todos os lugares; perdem-se os pontos de referencia as marcas urbanas, os pontos de encontro"<sup>63</sup>.

A cidade contemporânea, a cidade capitalista, é também compreensível e explicável pela lógica da mercadoria:

"Cada um de seus espaços representa uma possibilidade singular de vir a ser da mercadoria, nos sucessivos instantes que a história configura, sempre cambiantes e sempre imbuídos do mesmo car mercantil. Plus ça change, plus ça devient la même chose"<sup>64</sup>.

Efetivamente essa não é a cidade que se quer, que se cobiça, que se sonha. A cidade que se busca é uma cidade que atenda, além das necessidades essenciais (moradia, transporte, saneamento, pavimentação) às necessidades integradoras (justiça, liberdade, autonomia). Uma cidade que contemple também o homo ludens. Enfim, uma cidade orelhana sem marcas de miséria, sem arcas de segregação, sem marcas de violência, sem marcas de injustiça social, sem marcas de preconceito, sem marcas... Mas essa cidade tem que ser querida, perseguida, construída e conquistada.

A cidade que se quer tem que ser construída e conquistada, com ousio, com a determinação de um utópico, pois afinal:

"Atualmente, quem não é utópico? Só os

---

<sup>63</sup> Lucrécia FERRARA, op. cit. p. 10.

<sup>64</sup> José F. QUIRINO, "Como Cresce a Cidade", p. 25.

práticos estreitamente especializados que trabalham sob encomenda sem submeter ao menor exame crítico as normas e coações estipuladas, são esses personagens pouco interessantes escapam ao utopismo”<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Henri LEFEBVRE, op. cit. p. 108.

## Capítulo II

### CONHECER PARA RECONHECER CARAZINHO

Pela sua posição topográfica, beleza dos panoramas que o cercam, elementos sociais de que dispõe, volume comercial e industrial e outros fatores que apresenta, não se pode deixar de concluir que Carazinho esteja fadado a um grande porvir.

Antonino Xavier

#### 2.1 Localização geográfica e vias de comunicação

A cidade de Carazinho localiza-se no interior do Estado do Rio Grande do Sul,- mais especificamente na Região Fisiográfica denominada Planalto Médio, na Microrregião de Carazinho.

A cidade de Carazinho está situada no dorso da Coxilha Grande do Albardão, que a atravessa de leste a oeste, divisor de águas das bacias do Uruguai e do Jacuí. Dista 284 Km de Porto Alegre, capital do estado, 47 Km de Passo Fundo, e 165 Km de Chapecá, cidade catarinense mais próxima. O percurso ferroviário entre Carazinho e Porto Alegre, via Passo Fundo, Guaporé e Roca Salies, pela EF-491, é de 339 Km; via Santa Maria, é de 605 Km. Carazinho é entroncamento das duas mais importantes rodovias do sul do país a BR-386 e a BR-285, estando também servido pelas RS-024, 451, 142 e 223<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> PREFEITURA MUNICIPAL de CARAZINHO, Dados, mimeo.

A altitude da cidade é de 592 m. e suas coordenadas geográficas são 28° 15' 15 "de latitude sul e 52° 42' 20" de longitude oeste, situando-se, assim, no 4° fuso horário a oeste de Greenwich<sup>67</sup>.

Carazinho é sede do município de mesmo nome desde a emancipação, em 1931, quando foi desmembrado do município de Passo Fundo. Foi elevada à categoria de cidade em 1938<sup>68</sup>. Sua população, segundo os dados do censo demográfico de 1991, é de 49.887 habitantes, dos quais 49.005 no perímetro urbano e 882 na área suburbana. A população total do município, de acordo com os mesmos dados, é de 58.706 habitantes<sup>69</sup>.

## 2.2 O Planalto Médio

O Planalto Médio, parte do Planalto Meridional do Brasil, caracteriza o quadro fitogeográfico que ao longo dos tempos marcou o território carazinhense. Seus rios facilmente atravessados a vau, sua cobertura vegetal de matas, onde sobressaíam pelo valor utilitário espécies vegetais como o pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) e a erva ou pau-d'erva (*Ilex paraguariensis*), alternadas por campos com pastagens naturais, fizeram de Carazinho uma terra de passagem e linha divisória, um lugar de ciclos de prosperidades fugazes: erva-mate e tropas de mulas, madeira e banha, trigo e soja.

---

<sup>67</sup> Loc. cit.

<sup>68</sup> "A sede do município terá a categoria de cidade e lhe dará o nome"; cf. Decreto-lei xv 311, de 2 mar. 1938, do Governo Federal; Decreto xv 7199, de 31 mar. 1938, do 00v. Estadual.

<sup>69</sup> DADOS finais do Censo / 91, Noticioso, 3-5 jan. 1992.

Para se conhecer a história da evolução do espaço urbano, espaço da cidade de Carazinho, faz-se necessário, em primeiro lugar, examinar a história da ocupação humana do Planalto Médio. Há aproximadamente três mil anos, quando os guaranis ocuparam o Brasil Meridional, ai encontraram outros grupos étnicos, os quais foram aos poucos conquistados. O domínio guarani não chegou a ser absoluto do ponto de vista espacial, mas a miscigenação e a adoção da língua e dos costumes haviam garantido a predominância cultural-linguística dos guaranis, na época da conquista pelo elemento europeu<sup>70</sup>. Nessa época matas e campos do Planalto Médio eram habitados por etnias dos grupos Tupi-Guarani e Jê, com destaque para os Kaingáng<sup>71</sup>.

#### 2.2.1 Brancos, negros e mestiços no território

Localizado "na extremidade oriental do território missioneiro, confinando com as terras que, naquele tempo, pertenciam à coroa de Portugal"<sup>72</sup>, o Planalto Médio teve nos jesuítas paraguaios, certamente, seus primeiros conquistadores europeus. Entre 1626 e 1637 a Companhia jesuítica estabeleceu ai alguns de seus postos avançados. Há notícias de várias reduções: Visitação do Caapi, no vale do Jacuí (entre Carazinho e Lagoão), talvez a mais antiga, não se consolidou; São Carlos do Caapi (em Carazirinho), Santa

---

<sup>70</sup> Riograndino da Costa e SILVA, Notas à margem da História do Rio Grande do Sul, p. 13.

<sup>71</sup> Kaingáng, de kaa: mato + ingáng: morador; pertenciam ao grupo ou Tapuia.

<sup>72</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, Afinais do Município de. Passo Fundo, v. 2, p. 69.

Tereza do Curiti (em Passo Fundo) e São Joaquim do Botucarai (em Soledade)<sup>73</sup>. São Carlos do Caapi teria sido fundada em 1631, próxima a Pinheiro Marcado (atual 42 distrito de Carazinho) pelo padre Pedro Romero com a colaboração dos caciques Apicabigia e Jandeia<sup>74</sup>.

Durante os séculos XVII e XVIII as áreas ocupadas pelo conquistador ibérico, no Planalto Médio Rio-grandense, são imprecisas. A alternância de limites entre os domínios castelhano e lusitano, e das investidas, ora de jesuítas espanhóis, ora de bandeirantes paulistas, e a aguerrida oposição dos indígenas dessa região, tornaram os estabelecimentos dos conquistadores (reduções guardas, arraiais), em geral, pouco duradouros. Esses estabelecimentos não deixaram indícios materiais, persistindo muitas dúvidas a propósito da sua exata localização. A área foi disputada por razões várias, sejam estratégicas: a passagem obrigatória, o Caapi (caminho do mato), mais tarde "vereda das missões" e "caminho dos paulistas", hoje BR-285; ou, econômicas: os ervaais, o pinheiro araucária, os campos para o gado", vacaria dos pinhais "", campo das vinte mil vacas "e o elemento humano indígena (com certeza a mais forte razão das contendas entre clérigos e mamelucos: reduzir o indígena e utilizá-lo no trabalho localmente ou prear o índio domesticado e vendê-lo alhures para o trabalho escravo)".

Dois bandeirantes paulistas destacaram-se no ataque aos estabelecimentos missioneiros do Planalto Médio, André Fernandes e Fernão Dias. Às vésperas do Natal de 1637, Fernandes comandou a bandeira formada por mais de duzentos mamelucos e grande número de Índios tupis, que atacou a redução de Santa Tereza do Curiti transformando-a no arraial

---

<sup>73</sup> Álvaro Rocha VARGAS, Do Caapi ao Carazinho, p. 25-8.

<sup>74</sup> Guilherme SCHULTZ Filho, "Visão histórica do município de Carazinho".

bandeirante Igai, base para o ataque a outras reduções e controle das trilhas do Caapi. De Igai partiu o grupo, comandado por Jerônimo Bueno, que atacou e destruiu São Carlos do Caapi<sup>75</sup>. Em 1638, Fernão Dias Paes Leme (mais tarde "caçador de esmeraldas") chegou ao arraial de onde seguiu no rumo sudoeste, aprisionando grande numero de indígenas reduzidos<sup>76</sup>.

André Fernandes dirigiu o arraial por quatro anos e ao retirar-se deixou encarregado pela administração, seu filho, o padre jesuíta Francisco Fernandes, que permaneceu ali mais alguns anos.

Até 1669, Igai serviu de base operacional aos paulistas que se dirigiam à fronteira meridional, de inicio na preação de indígenas, depois na caça ao gado chimarrão<sup>77</sup>. E de entreposto na rota da Colônia do Sacramento. A relativa longa duração desse arraial favoreceu mais tarde o Brasil na questão das Missões, arbitrada em 1895<sup>78</sup>.

A faina da coirama<sup>79</sup> e a derrota de Mbororé, entre outras razões, acabaram por esvaziar Igai, do que se valeram os jesuítas para retornar à região em 1687, porém, nenhuma redução foi ali estabelecida. Apesar de na época a jurisdição da quase totalidade do território do Planalto Médio corresponder a Buenos Aires, de fato, jesuítas de diferentes

---

<sup>75</sup> Alvaro R. VARGAS, op. cit. p. 29.

<sup>76</sup> Delma R. GE Passo Fundo através do Tempo, v. 1, p. 8-11; Jorge E. CAFRUNI, Passo Fundo das Missões, p. 285-331; e Nalter F. PIAZZA, Santa Catarina: sua História, p. 104-5.

<sup>77</sup> Vacuns bravos, alçados ou xucros.

<sup>78</sup> Delma R. GEHM, op. cit. v. 1, p. 11-2, e v. 3, p. 36-8.

<sup>79</sup> Atividade extrativista de couros de bovinos.



"povos"<sup>80</sup> partilharam entre si o governo das riquezas locais, O "Campo das Vinte mil Vacas"<sup>81</sup>, território compreendido entre os rios Jacui, Várzea e Passo Fundo, integraram a estância do Povo de São Luiz. Uma guarda guaranítica foi destacada na entrada ocidental do Mondecaá (mato das armadilhas), o Mato Castelhana<sup>82</sup>, para vigiar "os fundos da vacaria dos pinhais A capela da guarda teve pôr orago Santa Tereza. Os ervais foram adjudicados ao Povo de São João. As instalações para o fabrico do" chá paraguaio "e uma capela foram construídas junto ao passo do rio da Várzea, no Pulador, a meio caminho entre as atuais cidades de Carazinho e Passo Fundo. No local também ficou destacada uma guarda guaranítica".

Este canja<sup>83</sup>. do Pulador é o primeiro estabelecimento industrial de que se tem noticia no Planalto Médio.

Mais para leste, nos domínios da Coroa lusa, na mesma época estacionou uma guarda portuguesa, originando os topônimos Mato Português e Campo do Meio (mas este último pode ser apenas a tradução do nome indígena do local: Cariroi). Valendo-se da indefinição de limites entre os domínios lusitano e castelhano, paulistas e lagunistas

---

<sup>80</sup> Da tradução incorreta do termo pueblo, no caso "povoação".

<sup>81</sup> No período 1699-1700 foram aí contadas vinte mil fêmeas adultas, pois, só as matrizes tinham valor.

<sup>82</sup> Por situar-se, até o Tratado de Santo Ildefonso em 1777 (de fato, até a demarcação em 1783) , em terras espanholas.

<sup>83</sup> Carijo, do kaing. kaa: erva + ri: em cima +jo: amarelo, jirau ou armação de varas, onde se crestam ao calor de fogo os ramos de pau-d'erva; por extensão, loçal de fabrico arte sanal e primitivo da erva-mate.

continuavam preando o gado xucro da "vacaria" e encaminhando milhares de reses para São Paulo, o chamado "bandeirantismo pastoril", pelo caminho "aberto" por Cristóvão Pereira de Abreu, em 1738, como "caminho das Missões" comunicando os territórios missioneiros a Laguna pelo Planalto, o Caapi indígena, usado pela Companhia e pelos bandeirantes<sup>84</sup>.

Em 1816, o alferes miliciano Atanagildo Pinto Martins, no comando de uma "escolta" militar guiada por índios matreiros, fez o trajeto do Campo do Meio a São Borja e retornou, sempre pelas trilhas do Caapi, por este motivo foi-lhe atribuída a "abertura da vereda das Missões"<sup>85</sup>. Em 1819, mais um paulista descobriu "o caminho das antigas Missões Orientais à Capitania de São Paulo. João de Barros tendo adquirido uma tropa de mulas na fronteira meridional, seguiu pelo Caapi dos índios<sup>86</sup>. -".

Os feitos de Atanagildo e Barros logo se fizeram notícia na comarca de Curitiba. Muitos birivas<sup>87</sup>. resolveram trilhar a rota da fortuna, conhecida a partir de então como "caminho dos paulistas", mas como a maioria não possuía meios suficientes para comprar tropa, reunia parques cabedais, escravos e agregados com o fim de montar carijós no Planalto Médio. A erva-mate produzida seguia às praças da fronteira

---

<sup>84</sup> Fidélis D. BARBOSA, História do Rio Grande do Sul, p. 50.

<sup>85</sup> Hemetério José Velloso da SILVEIRA, As Missões Orientais e seus antigos domínios, p. 263 e 338-9; F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 2, p. 219-20; e Roselys Vellozo RODERJAN, Raízes e Pioneiros do Planalto Médio, p. 68-99. Id. Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional, p. 191-219.

<sup>86</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 2, p. 219.

<sup>87</sup> Birívas, berivas ou biribas, pequeno, nome dado no fronteiro ai iam buscar tropas de mulas; por extensão, aos habitantes do da província de São Paulo.

platina em carretas de duas rodas maciças tiradas, de ordinário, por quatro juntas de bois, onde servia de moeda de troca na compra de tropas de mulas, cavalos, ou bois que iam abastecer a capitania paulista, principalmente, a Feira de Sorocaba<sup>88</sup>.

Na época, Saint Hilaire constatou o despovoamento dos Campos Gerais de Curitiba, provocado pela "corrida" para o Sul:

"Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento que ganham algum dinheiro, partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba"<sup>89</sup>.

Desde o século XVII, com a desarticulação das bandeiras na área meridional, o mameluco ou caboclo mestiço, força de trabalho daquelas empresas itinerantes, que permaneceu no Planalto Médio, dedicou-se ao extrativismo animal e vegetal, e à agricultura incipiente. Esse caboclo agricultor-ervateiro, por desenvolver o extrativismo rudimentar, não se constituiu em povoador, mas num desbravador andarengo, fornecedor de couro, -sebo e erva-mate a negociantes intermediários.

Mesmo tendo sido oferecidos aos companheiros de Borges do Canto, os campos serranos permaneceram devolutos durante todo primeiro quartel do século XIX. Em todo percurso que vai desde Lagoa Vermelha até Santa Bárbara do Sul, passando por Carazinho, não havia, na primeira metade da década de 1820,

---

<sup>88</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 1, p. 297-9.

<sup>89</sup> Auguste de SAINT-HILAIRE, Viagem a Curitiba, p. 18-9. do tupi m bi'ri bi: homem meridional aos paulistas que o termo veio a ser aplicado, Planalto Médio originários

nenhum morador permanente da "raça branca"<sup>90</sup>. . Apesar, da atração exercida pelos ervais e da existência da vereda tropeira, a natural brava resistência dos índios coroados<sup>91</sup> conseguiu retardar, em quase três décadas, a fixação do conquistador branco<sup>92</sup>.

No final da segunda e na terceira década do século XIX quando os birivas, em sua maioria caboclos curitibanos, começaram a explorar as matas do Planalto Médio em busca de ervais<sup>93</sup>. utilizaram, além da força de trabalho de índios e negros, a força de trabalho e a experiência dos caboclos ervateiros, vaqueanos da região.

Contudo, a atividade extrativista biriva não acarretou de pronto o povoamento da região. Nesse estágio a atividade ervateira era, ainda, itinerante e os carijós temporários, mas a mercadoria aí fabricada integrava-se num circuito de acumulação de capital. O sistema consisti& em transportar a erva-mate para a fronteira, à medida que era fabricada. Lã era trocada por mulas que eram "estocadas" em alguma estância da Campanha até que o número de. animais fosse suficiente para compensar ser conduzido aos centros consumidores. Esse ciclo, erva-mula-capital, durava em média seis anos.

---

<sup>90</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 1, p. 298.

<sup>91</sup> Coroados, indígenas do grupo Jê ou Tapuia, incluídos entre os Kaingâng.

<sup>92</sup> Elli BENINCA, Conflito Religioso e Práxis, p. 24-5.

<sup>93</sup> Zonas de mato abundante em *Ilex paraguariensis*, árvore denominada por paulistas e mineiros de congonha, do nome indígena conguay: que alimenta, ou caaguai: erva de beber, própria para o fabrico da erva-mate.

### 2.2.2 Milicianos nos campos do Jacuizinho

O território carazinhense, na época conhecido como "do Jacuizinho", em função do rio Jacui-Mirim, estava no centro da zona ervateira e era atravessado pelo caminho dos tropeiros ervateiros. A localização estratégica para a expedição da erva-mate, e dos campos para estacionar e invernar as tropas, servindo ainda para criar gado, atraíram a atenção de oficiais milicianos subalternos sem possibilidades de obterem terras na Campanha.

Em março de 1824 ocorreu à primeira concessão de "campos para criar" na zona de Carazinho, o agraciado foi José Antônio de Quadros. Ainda em 1824 o alferes de milícias Rodrigo Felix Martins, irmão de Atanagildo e morador em Ponta Grossa, receberam, do comandante do quartel de Cruz Alta, a área que havia requerido no lugar denominado Pinheiro Marcado. Em 1827, ele chegou "com numerosa família e escravos", para fundar sua "fazenda de criar gado nos campos do Jacuizinho".

Ainda no mesmo ano, Alexandre da Motta e Bernardo Paes de Proença estabeleceram-se próximo da atual Carazinho, fato testemunhado pelo tropeiro-ervateiro Francisco Xavier de Castro, quando em 1827, após várias viagens "à fronteira do sul":

"Indo de regresso para a sua referida comarca de Curitiba, ao passar pelo Jacuizinho [Jacui-mirim] aquém do Pinheiro Marcado, lá encontrou, recente mente erguido, o rancho do Alferes Rodrigo Félix Martins; e que prosseguindo na sua viagem, quando alcançou a Estância Nova, entre Carazinho e Pulador, na mesma se estava

cobrando o rancho de Alexandre da Motta; sendo que aí teve ciência de que, no Pessegueiro, já estava arranchado Bernardo Paes”<sup>94</sup>.

Portanto, esses três, suas famílias, agregados e escravos teriam sido os primeiros moradores, em caráter permanente, do território carazinhense.

Ainda no ano de 1827, e no ano seguinte, outros agraciados com terras vieram estabelecer-se no território carazinhense, com famílias constituídas, fazendo-se acompanhar de agregados e escravos<sup>95</sup>. . Em menos de uma década várias fazendas criatórias-extrativistas, com incipiente agricultura de subsistência, foram instaladas. O rápido incremento de povoadores explica-se pela existência de campos adequados à criação de gado, abundantes ervais, e facilidade com que as terras eram concedidas aos elementos da milícia do Império. Bastava requerer à comandância militar<sup>96</sup> O gado aí disseminado era, quase todo, adquirido na fronteira, em vantajosa permuta por erva. É fácil deduzir que a economia local estava baseada na erva-mate, na criação de gado e no comércio de tropas. A importância da atividade ervateira nesse momento inicial tem passado despercebida da maioria dos que têm escrito sobre a história do Planalto Médio, e em especial dos que escreveram a respeito da história de Carazinho.

Ao tratar de Cruz Alta, a cuja circunscrição Carazinho

---

<sup>94</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 2, p. 220-1.

<sup>95</sup> Id. ibid. v. 2, p. 219-22.

<sup>96</sup> Esse sistema de “concessões” vigorou entre 1822 e 1850 na vacância de lei relativa à ocupação de posses e legitimação da propriedade fundiária.

pertenceu até 1857, Loiva Otero Félix refere que a economia da região "repousava no tripé erva-mate, mulas e gado vacum", para a seguir aditar:

"Nos primeiros orçamentos da vila, 50% da arrecadação total era proveniente da contribuição da erva-mate"<sup>97</sup>.

Alguns dos birivas ervateiros-tropeiros dos primeiros tempos vieram também estabelecer-se, definitivamente, próximo dos ervais, em geral com família constituída e trazendo escravos e agregados. Como não desfrutavam do privilégio dos milicianos para requerer a concessão de "campos para criar", ao cabo de algum tempo conseguiam adquirir terras com a renda da erva e das tropeadas. Era a maneira de transformar-se em fazendeiros. Com razão a erva era chamada – "Árvore de ouro" <sup>98</sup>. Alguns raros paulistas chegaram com capital suficiente para comprar terras e assim constituir-se de imediato em fazendeiros, por isso são mencionados como "capitalistas" <sup>99</sup>.

A importância de cada fazendeiro era medida pela extensão de suas terras e pelo número de cativos que possuía. Mas a renda desses proprietários fundiários não provinha, propriamente, da terra, mas da exploração da força de trabalho dos escravos, peões, agregados e posteiros, configurando relações de trabalho pré-capitalistas -.

Deve-se notar: que a "escravatura numerosa trazida pelos povoadores luso-brasileiros"<sup>99</sup> [tornou o Planalto Médio à área com mais escravos no Rio Grande do Sul, depois de

---

<sup>97</sup> Loiva O. FELIX, Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política, p. 88.

<sup>98</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, "Oração ao Mate", In: – Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho, p. 71-4.

<sup>99</sup> Id. Annaes do Município de Passo Fundo, v. 2, p. 302.

Pelotas; que foram freqüentes os conflitos entre caboclos e fazendeiros, seja pela posse da terra, seja pelo direito de uso dos ervais, sempre com ganho de causa para os fazendeiros<sup>100</sup>; que as grandes posses de terras e as relações de trabalho pré-capitalistas, tornando a massa proletária adstrita aos fazendeiros, retardaram o processo de formação de núcleos urbanos].

### 2.3 A formação do espaço urbano, espaço da cidade

Quando em 1857 Passo Fundo foi desmembrado do município de Cruz Alta para formar nova circunscrição político-administrativa e o território carazinhense (emancipado em 1931) constituiu o quarto distrito do novo município, sob a designação Jacuizinho. Em 1858, mediante recenseamento foi verificado que a população total do distrito do Jacuizinho era de 1.310 pessoas, destas: 980 livres, 15 libertos e 315 escravos<sup>101</sup>.

O espaço aonde veio formar-se a atual cidade de Carazinho estava, na época, encravado nas divisas de várias fazendas. Ao leste do passo do arroio Carazinho<sup>102</sup>, afluente do Rio da Várzea, à beira da estrada das tropas havia alguns ranchos e uma bodega que seriam a origem primitiva da

---

<sup>100</sup> Aldomar A. RUCKERT, "A territorialização das contradições do modo capitalista de produção no Planalto Rio-Grandense", Perspectiva, set.-dez 1992, p. 59-74; Paulo ZARTI História Agrária do Planalto Gaúcho, p. 48-69.

<sup>101</sup> F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 2, p. 83.

<sup>102</sup> Carazinho, provavelmente, deriva de Cagai-mirim, do tupi guarani: cara: redondo clareira no mato + l: água, rio + mi'ri: pequeno = riacho ou arroio na clareira.



localidade propriamente dita. Em 1861, o Juiz da Comarca de Cruz Alta Hemetério Velloso, em viagem a Passo Fundo, transitou pelo local na ida e na volta:

"Há esse tempo não tinha mais de quatro casas, distanciadas entre si, sendo residências de outros tantos proprietários. Uma delas na descida de um atalho para o arroio era de negócio e pertencia a Sebastião de Camargo"<sup>103</sup>.

O bodegueiro planejava fundar uma freguesia, mas não possuía meios para cumprir a exigência legal de edificação de uma capela católica, que, de acordo com "a legislação eclesiástica, tivesse o competente patrimônio ou passal"<sup>104</sup>.

Por essa época viera de Ponta Grossa, com a esposa Placidina, seis filhos menores (talvez mais alguns parentes) escravos e agregados, Possidônio Ribeiro de Sant'Anna Vargas que adquiriu propriedade nas redondezas onde construiu sua moradia. Em 1872, seu filho Pedro, então com vinte e oito anos de idade, teria tomado a iniciativa de abrir uma subscrição e arrecadar duzentos mil réis com o fim de adquirir uma parte de campo onde seria edificada uma capela e fundado um povoado.

Em 1878, Pedro Vargas morreu afogado (não se sabe se no rio da Várzea ou no arroio dos Cabritos) , solteiro e sem deixar descendentes. Em 1880, Possidônio e Placidina Vargas formalizaram perante o escrivão de paz a doação ao Senhor Bom Jesus<sup>105</sup>. E em memória do filho falecido, a área superficial

---

<sup>103</sup> Hemetério J. Velloso da SILVEIRA, op. cit. p. 296.

<sup>104</sup> Id. loc. cit. ver tb. p. 160-1.

<sup>105</sup> Cf. escritura, Anexos I e II. A propósito de doações de glebas urbanas para santo ou santa ver Murrillo MARX, Cidade no Brasil terra de quem? P. 47-9.

de 1.506.000 metros quadrados destinada ao desenvolvimento do "Povo começado"<sup>106</sup>. Ainda em 1880, foi criada a capela curada sob a invocação do Senhor Bom Jesus do Iguape<sup>107</sup>. E foram distribuídos lotes aos primeiros moradores, num total de dezoito famílias<sup>108</sup>.

O campo doado era cortado pela estrada geral das carretas, o antigo Caapi, cujo trecho na área urbana de Carazinho é a atual Avenida Pátria. A área já povoada, acrescida da gleba doada, veio a perfazer 1.558.592 metros quadrados<sup>109</sup>.

O incremento do comércio, do extrativismo, da pecuária e da agricultura, verificado no Planalto Médio nos anos cinquenta e sessenta, cujos reflexos se fizeram sentir na criação do município de Passo Fundo e na formação do povoado do Jacuizinho, nas décadas seguintes converteu-se em estagnação quando não retrocesso. O chamado "comércio de exportação" (mulas e erva) dá sinais de uma crise irreversível. As principais causas locais apontadas são: evasão de quase todos homens válidos e jovens, em razão do recrutamento para a guerra contra o Paraguai; e desvalorização do mate serrano, provocada pela falsificação do produto como meio de obtenção de maiores lucros. A falsificação aliada à devastação dos ervais pela exploração irracional e falta de controle pelo poder público local refletiu-se negativamente na pecuária. A erva abundante e a bom preço compensava os elevados custos com o gado invernado

---

<sup>106</sup> Pela nomenclatura atual: lugarejo.

<sup>107</sup> Cf. Lei Provincial n 1.250, de 14 jun. 1880.

<sup>108</sup> Hemetério J. Velloso da SILVEIRA, op. cit. p. 296.

<sup>109</sup> Em 1930, a "Planta do Carazinho" de Giacomo Reale registrava a área superficial de 1.590.934 mt ; ver infra p. 160.

e engordado nos campos serranos<sup>110</sup> "sujos" e não salobros (sem barreiros salitrosos)

Essa conjuntura, que retardou o desenvolvimento do povoado surgido junto ao arroio Carazinho, foi agravada pela guerra civil. Da mesma forma que no período da guerra civil de 1835-45, quando vários proprietários de terra (como foi o caso do capitão Rodrigo Félix Martins) fugiram para a província de São Paulo levando consigo, além da família, agregados e escravos, todos os haveres que conseguiram transportar, também, durante a guerra civil de 1893-95, a quase totalidade da população abandonou o povoado, refugiando-se nos matos dos arredores, em especial, quando da aproximação de forças beligerantes. Deve-se considerar o fato de que os contingentes armados que se movimentavam na região eram obrigados a usar a passagem natural que acompanha o dorso da Coxilha Grande, portanto, atravessar a povoação.

Restabelecida a paz, as atividades da população foram retornando à normalidade. Em maio de 1896 o Intendente Municipal determinou a divisão do 4º distrito em 3 seções, sendo a primeira Carazinho, sede distrital. Desde novembro de 1889 Carazinho dispunha de linha telegráfica para a capital do estado e em novembro de 1897 a linha férrea ligou Carazinho a Santa Maria e Porto Alegre. No mesmo ano a empresa colonizadora Alto Jacul instalou o ramal telefônico entre Carazinho e Não-me-Toque<sup>111</sup>.

No início do século XX Carazinho contava na área urbana e suburbana com 900 habitantes; 150 prédios, na quase totalidade construídos de madeiras, com 13 casas comerciais, 12 de serviços, uma de lazer (jogos de bilhar). Havia, também, uma olaria; duas aulas mistas (primário), uma pública, outra particular; um templo católico e uma loja

---

<sup>110</sup> E. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 2, p. 123-7.

<sup>111</sup> Alvaro R. VARGAS, op. cit. p. 70-1.

maçônica. Possuía 23 ruas, iluminadas com lampiões a querosene, e três praças<sup>112</sup>.

O primeiro periódico carazinhense, "O Farpão", fundado por Joaquim Mendes, foi editado em 20 de setembro de 1907 e teve curta duração<sup>113</sup>. Em 12 de outubro de 1908 circulou o primeiro número do jornal "O Carazinho"; era diretor o farmacêutico João Rosa Lopes e gerente Joaquim Mendes. No ano seguinte, sob direção de Gregário Mendes, a tiragem passou a semanal<sup>114</sup>.

A primeira rede telefônica urbana foi inaugurada em 3 de novembro de 1913 com 26 aparelhos e um Centro Telefônico. A taxa de instalação era de 70 mil réis e a assinatura mensal de 10 mil réis<sup>115</sup>.

Em 1917, a povoação passou a dispor de rede elétrica alimentada por um motor instalado pelo industrialista Weidlích.

Na segunda década do século XX Carazinho já denotava feições de cidade. A linha ferroviária ligando a região a outras partes do Rio Grande do Sul e à Santa Catarina, Paraná e Paulo, apesar dos deficientes e onerosos serviços prestados pela concessionária belga era fator importante de desenvolvimento sócio-econômico e cultural.

O distrito do Jacuizinho, tendo sido desde 1895 área colonização, carreou para a sede muitos imigrantes europeus e seus descendentes que haviam trocado as terras esgotadas das colônias velhas "pelas terras de mato do Planalto Médio.

---

<sup>112</sup> Hemetério J. Velloso da SILVEIRA, op. cit. p. 296;

F. Antonino Xavier e OLIVEIRA, op. cit. v. 1, p. 105-6.

<sup>113</sup> "Nossa imprensa", Carazinho, 1981, p. 17.

<sup>114</sup> Alvaro R. VARGAS, op. cit. p. 72.

<sup>115</sup> Id. ibid p. 71.

Esse migrantes buscavam a área urbana para ai estabelecerem-se com comerciantes, artífices ou operários especializados, c adquiriam pequenas propriedades nos arredores onde produzia gêneros para abastecimento da população urbana”.

A importância do distrito cresceu principalmente em função de uma nova atividade econômica, a extração de madeira de pinho que impulsionará o desenvolvimento sócio-econômico de Carazinho durante as três décadas subseqüentes. Uma das conseqüência imediatas do surto comercial e industrial foi à campanha pela emancipação político-administrativa do distrito. Todavia, E função dos interesses eleitorais de lideranças passo-fundenses d Partido Republicano em 1918, a emancipação de Carazinho fc preterida em favor de Erechim, que centralizava as áreas c recente colonização no Alto Vale do Uruguai.

Descontentes com o modo como o governo Borges de Medeiros e a direção do partido em Passo Fundo tratavam o distrito, líderes republicanos carazinhenses criaram uma dissidência aliaram-se aos maragatos. Em janeiro de 1923 Carazinho foi um do primeiros focos armados do movimento conhecido como “Revolução 23”<sup>116</sup>. . Na ocasião o distrito foi proclamado emancipado e si. Sede recebeu o nome de Assisópolis, em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil, chefe da oposição no Estado e líder civil da rebelião<sup>117</sup>. . No acordo de Pedras Altas a emancipação não foi contemplada, Carazinho continuou 4€ distrito de Passo Fundo por mais oito anos.

Apesar do crescimento populacional e econômico a sede distrital era legalmente um povoado. As gestões para eleger a capela curada à categoria de paróquia e transformar a

---

<sup>116</sup> Arthur FERREIRA Filho, Revolução de 1923, p. 34-5; “Algum informações seguras sobre o movimento na região serrana”, Estado de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 1923.

<sup>117</sup> Alvaro R. VARGAS, op. cit. p. 15.

povoação em freguesia motivaram uma Visita Pastoral do bispo Attico, prelado da diocese de Santa Maria da Boca do Monte, em fevereiro de 1924. Na oportunidade o referido clérigo expediu portaria nomeando uma comissão, presidida pelo padre Pedro Wimmer, "para tratar dos negócios referentes aos terrenos do Senhor do Bom Jesus do Carasinho e dando prazo, improrrogável, para legalização dos títulos até 31 de dezembro daquele ano. Havia uma exceção":

"A Comissão poderá receber o pagamento dos ocupantes pobres em prestações mensais, dando a escritura depois da última prestação"<sup>118</sup>.

Em 28 de abril de 1927 o curato foi elevado à categoria de paróquia<sup>119</sup> NÓ ano escolar de 1930 iniciou suas atividades o primeiro educandário carazinhense (até então o povoado dispunha de classes isoladas), a Escola Primária "Nenê Dillemburg Sassi", a cargo da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora (Notre Carne) em 1937, transformada em Ginásio Nossa Senhora Aparecida<sup>120</sup>.

Quando em outubro de 1930 contingentes de diferentes partes do Rio Grande do Sul seguiam, via férrea, em direção de São Paulo e Rio de Janeiro engajados na denominada "Revolução de 30", foram entusiasticamente acolhidos pelo povo carazinhense. No "Barracão Liberal"., montado junto à

---

<sup>118</sup> Cf. Lv. r 1 da Visita Pastoral, fls. 3 v..; em 1930 Wimmer reproduziu a planta de Reale (ver nota 109) com o título de "Planta dos terrenos da Mitra diocesana de Santa Maria na Vila de Carazinho", Area total 1.590.934 rn cf. Alvaro R. VARGAS, op. cet. p. 115; ver infra p. 160.

<sup>119</sup> Cf. decreto eclesiástico de 27 abr. 1927.

<sup>120</sup> Maria Beaty OTT, "Pequena visão histórica do ensino em Carazinho".

gare da Viação Férrea, soldados e oficiais foram recepcionados em ambiente de festa, alimentados e abastecidos para a jornada:

"Quando as forças passaram em trinta, eu tenho lembrança, organizaram aqui a cantina dos soldados e o cassino dos oficiais. As carroças chegavam da colônia, nunca esqueci uma carroça, dessas de três pares de animais, de tolda e soalho, carregada com pão de milho do chão ao teto, do soalho ao teto da carroça"<sup>121</sup>

"Formou-se o" Barracão Liberal "e ali então se revezava dia e noite, as famílias carazinhenses, fazendo cuca, bolo, café, sanduíche, para os soldados"<sup>122</sup>.

Impressionados com tão entusiástica acolhida (certamente inusual e inesperada) Getúlio Vargas, Flores da Cunha e outros líderes do movimento prometeram a imediata emancipação de Carazinho em caso de vitória.

"O Flores da Cunha teria dito: 'Desta jornada se volta com honra ou não se volta nunca mais'. E arrematou: 'Quero trazer o pendão da vitória numa das mãos e na outra o pergaminho da emancipação de Carazinho'"<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Cláudio WEIDLICH, Entrevista, fala 159.

<sup>122</sup> M. Zilah de Azevedo SANCHEZ, Entrevista, fala 130.

<sup>123</sup> Cláudio WEIDLICH, Entrevista, fala 165.

### 2.3.1 O vilamento

Vitorioso o movimento, ainda no mês de outubro, Get Vargas, chefe do governo provisório, nomeou Flores da Cunha interventor federal no Rio Grande do Sul.

Em 15 de dezembro sete membros da Comissão pra-vilamento foram recebidos, em Porto Alegre, pelo Interventor o. qual assegurou-lhes o cumprimento da palavra empenhada. Decorrido um mês a Comissão foi convocada para comparecer em Porto Alegre para discutir a questão dos limites do novo município, uma vez que, por razões econômicas e político-partidárias, lideranças de Passo Fundo manifestavam-se contra a inclusão de Não-me-Toque e Tapera<sup>124</sup> na área a ser emancipada. Com forte apoio em ambas localidades as pretensões carazinhenses foram vencedoras. Assim em 24 de janeiro de 1931 o interventor General José Antonio Flores da Cunha decretou:

"Fica elevado â categorema de município, com denominação de Carasinho e séde no povoado do mesmo nome, o território dos atuais 49, parte do seis, 72, 99, 122 e 13 descritos de Passo Fundo, O novo município limitará, ao norte, com o de Passo Fundo pelo rio Turvo, desde a sua confluência com o rio da Várzea até a barra do rio Bonito e por este até as suas nascentes; a leste, pela sombra do matto e pelas atuais divisas dos 42 e 7s descritos até o rio Jacuhy; ao sul com o município de Soledade, pelo rio Jacuhy; a oeste, com Cruz Alta e Palmeira pelas

---

<sup>124</sup> Na época 72 e 8 distritos de Passo Fundo, respectivamente; sobre o diferindo ver O Nacional, Passo Fundo, jan. 1931.



autuais divisas destes municípios com o de Passo Fundo"<sup>125</sup>.

No dia 10 do mês seguinte o Interventor nomeou Homero Guerra prefeito municipal<sup>126</sup>. , e no dia 24 do mesmo mês foi "Instalada a Prefeitura de Carasinho"<sup>127</sup>. . No dia 3 de março foi instalado o Termo Judiciário de Carazinho, na jurisdição da Comarca de Passo Fundo<sup>128</sup>.

O período madeireiro, iniciado antes da década de vinte e estendendo-se até quase o final da década de 1940, garantiu o crescimento rápido da economia do novo município.

---

<sup>125</sup> Art. 1 e 22 do Decreto n 4.709; o número desse decreto que "Crêa o município de Carasinho", com freqüência tem sido registrado de forma errônea, tanto em documentos oficiais da Prefeitura Municipal, como a "Acta de Instalação", datada de 24 fev. 1931, onde consta 4.707; quanto em transcrições e citações diversas: na reprodução artística com a ortografia atualizada, emoldurada no Museu Municipal, o decreto tinha o nº 1.707; em Alvaro VARGAS, op. cit. o decreto existente na Agência da FIBGE de Carazinho consta o nº 4.707; o grupo da UPF que revisou e editou o Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho, preparado por Antonio Xavier e OLIVEIRA em 1934 e inédito até 1992, transcreveu (com ortografia atualizada) o decreto com o nº4.709, p. 56-7, mas em nota de rodapé, p. 102, não conseguiu definir qual o número correto. Na imprensa carazinhense, via de regra, o decreto é citado com numeração errônea, as vezes original, como o 709, encontrado numa edição comemorativa dos 53 anos de Carazinho. O original do decreto 4.709 está no Livro 0698 do Arquivo Histórico do RGS, em Porto Alegre.

<sup>126</sup> Decreto nQ 4.718.

<sup>127</sup> Ata de 24 fev. 1931.

Nos vinte cinco primeiros anos, que se seguiram à emancipação o crescimento urbano de Carazinho esteve diretamente ligado ao extrativismo madeireiro.

#### 2.4 A cidade e o processo de modernização capitalista

O desempenho da economia, municipal e regional, refletiu-se no crescimento da Vila, em 1938 elevada à categoria de cidade (pela sua condição de sede municipal<sup>129</sup>).

A base extrativista estava localizada, principalmente, no vale do Jacui<sup>130</sup>, onde nos anos de maior demanda mais de uma centena de engenhos movidos a água, vapor ou eletricidade serravam, dia e noite, seis dias por semana, pinheiros seculares. A estocagem da madeira era feita nas proximidades das estações de Carazinho, São Bento e Pinheiro Marcado. A comercialização da madeira ocorria em Carazinho, onde os madeireiros concentravam seus escritórios e serviços auxiliares, e onde estavam localizadas as agências bancárias. Mesmo os pequenos serradores eram obrigados a manter, no mínimo, algum preposto na sede municipal para tratar de seus interesses.

As madeiras de pinho (araucária), brutas e aplainadas de melhor qualidade eram embarcadas nas três estações e destinadas, em sua maior quantidade, à exportação. Os principais importadores eram os países do Prata, a África do Sul e países da Europa. As chamadas madeira de lei e madeiras

---

<sup>128</sup> Decreto n 4.709; ver tb. Edson OTTO, Protásio SOUZA, "O Município de Carazinho e a Justiça".

<sup>129</sup> Decreto-lei Federal ne 311, de 2 mar. 1938, (ver nota 68).

<sup>130</sup> João d'AVILA, "O desenvolvimento econômico de Car".

duras derrubadas no processo de extração do pinho eram, em geral, transformadas em dormentes para as estradas de ferro ou em palanques e moirões para serem usados nos alambrados da Campanha rio-grandense ou do Uruguai. Parte significativa dessas madeiras serviu de combustível barato para os locomoveis das serrarias e de outras indústrias da região (na década de 1930 no município de Carazinho havia 400 locomoveis operando, a potência desses locomoveis variava entre 40 e 60 cv.) As locomotivas da Viação Férrea, também, eram abastecidas com essa lenha.

"Era tudo pinho e depois, mais tarde, faziam vigas de cedro e alguma cabriava e exportavam pra Argentina também"<sup>131</sup>.

A extração, beneficiamento (aplainados, caixas) comercialização local e exportação da madeira foram responsáveis pela formação de várias empresas de porte, algumas das quais mantiveram-se em atividade até o início da década de 1970. No período madeireiro instalou-se em Carazinho a indústria da pasta mecânica para aproveitar de forma mais racional o pinheiro<sup>132</sup> [Nos anos 1930-40, em Carazinho, a indústria de madeiras produziu barricas "bordalesas" muito usadas pelas charqueadas e frigoríficos exportadores de carnes salgadas].

A intenção e a extensão da atividade madeireira carazinhense era de tal porte que o Presidente Getúlio Vargas em 1931, em mensagem enviada ao interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, assim se referiu: "O grande centro de irradiação de madeiras da Serra é Carazinho"<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> – Arlindo Marcondes de QUADROS, Entrevista, fala 70.

<sup>132</sup> João d'AVILA, loc. cit.

<sup>133</sup> Apud Fortunato PIMENTEL, O Rio Grande do Sul e suas riquezas. p. 649.

Carazinho nesse período, conforme relatam as crônicas nos jornais da época, os testemunhos orais e fotografias comprovam, incorporava a fartura de madeiras à paisagem urbana, não só os prédios do centro e arredores, como os próprios passeios das ruas centrais, eram em madeira, os famosos "taboados":

"A Itararê, como a Flores da Cunha, tinha passeios para pedestres (calçadas) de madeiras, feitas de tábuas de 5,50 m por 30 cm de largura, a famosa madeira de 1 x 30, matéria de grande exportação" ... "As calçadas eram compostas de duas a três tábuas de largura e se estendiam rua afora, segundo a importância e a necessidade, ia que com chuva o barro era incrível "<sup>134</sup>".

Também os "depósitos" de madeiras marcavam a paisagem urbana. "Madeiras empilhadas da altura de uma casa bem alta", de ambos os lados da via férrea, (impedindo vislumbrar a localidade) foi o que mais chamou a atenção da família do agrimensor Closs quando chegou de trem a Carazinho, no ano de 1922<sup>135</sup>.

A primeira serraria de madeiras no distrito de Carazinho teria sido instalada, em 1907, por um irmão de Pedro Vargas, José Antonio "Sinhô" Vargas<sup>136</sup>. Em 1931 foram relacionadas no município cerca de cento e cinquenta serrarias cujo capital médio era de 1\$0: 0009000 (cento e cinquenta contos de réis), empregando cada uma em média vinte pessoas nos diversos

---

<sup>134</sup> Romeu BARLEZE, "Reminiscências".

<sup>135</sup> Wanda CLOSS, Entrevista, fala 20.

<sup>136</sup> João Alberto Xavier da CRUZ, "Nossa terra e nossa gente".

serviços, portanto três mil empregos diretos<sup>137</sup>.

A devastação brutal que no curso de alguns decênios, impelida pela "ambição desmedida dos lucros imediatos, do enriquecimento impatriótico das empresas de serrarias"<sup>138</sup> destruiu vastas áreas de mata, alterando irremediavelmente o ecossistema da região, foi por poucos percebida e por quase ninguém denunciada. Uma das raras exceções foi a oração proferida pelo Desembargador Solon Macedônia Soares, no Foro de Carazinho, em 2 de fevereiro de 1949. A ambição dos empresários era apoiada pelos incentivos dos governos municipal, estadual e federal, além das vantagens de escoamento seguro oferecido pela ferrovia.

Paralelamente à atividade madeireira Carazinho desenvolveu a indústria da banha e a indústria da raspa da mandioca. Em 1933 o município foi o 22 produtor estadual de banha (º 1 foi Erechim). Carazinho foi um dos dezenove municípios que na década de 1930 dispunha de refinaria da Sociedade da Banha Sul Rio-grandense, para produção de banha frigorificada e standardizada<sup>139</sup>.

Varas de porcos eram pastoreadas pelos matos onde se alimentavam de frutos silvestres como o pinhão, a guabiroba, o butiá e outros tantos, abundantes na região. Na fase final de engorda era usado o milho. Os animais eram abatidos na área rural (colônia) para produção de banha ou encaminhados para as e ferroviárias e embarcados para os frigoríficos:

"A banha vinha bruta da colônia" ... "Era

---

<sup>137</sup> "A Madeira", Noticioso, Carazinho, 25 jan. 1984; Fortunato PIMENTEL, op. cit. p. 649.

<sup>138</sup> Solon Macedônia SOARES, Estudo Histórico Social sobre o Município de Carasinho, p. 18.

<sup>139</sup> Sandra Jatahy PESAVENTO, RS: Agropecuária colonial & industrialização, p. 92.

filtrada aqui, depurada e embasada em recipientes de latão" ... "Só era refinada a banha"<sup>140</sup>.

"Saia muita tropa de porcos por trem pra tal Swift, lâ em Porto Alegre, levavam trens e trens para Porto Alegre"<sup>141</sup>.

A industrialização da raspa da mandioca foi igualmente importante no desenvolvimento de Carazinho. Em meados dos anos 30 a raspa e a banha conseguiram compensar a queda dos rendimentos provenientes da madeira. Na década existiam no município sessenta e quatro atafonas, das quais cinco na sede. Entre 1929 e 1933 a redução do pinho exportado foi de 25% na quantidade e de 45% no valor, contudo, a renda da estação da Viação Férrea em Carazinho teve, no mesmo período, um aumento de 19,4%, com um desempenho superior às estações de Passo Fundo e Cruz Alta tomadas em conjunto, ficando colocada em 32 lugar entre todas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul<sup>142</sup>.

Roças de milho, mandioca, feijão e trigo dos agricultores, na sua maioria de origem européia, logo vieram completar a devastação que os madeireiros haviam iniciado. Aliava-se a incúria do pequeno agricultor minifundiário à ambição do grande madeireiro capitalista.

"Onde quer que haja se fixado a corrente imigratória, provinda de Europa, principalmente da Itália, os colonizadores,

---

<sup>140</sup> Claudio WEIDLICH, Entrevista, fala 151.

<sup>141</sup> Arlindo Narcondes de QUADROS, Entrevista, fala 66.

<sup>142</sup> Discurso do prefeito municipal Homero Guerra na inauguração da 1 Exposição Agropastoril e Industrial de Carazinho, 1934. cf. Correio do Povo, Porto Alegre, 5 jun. 1934.

com infração flagrante ao Regulamento de Terras do Estado, de 10 de agosto de 1922, e às Instruções aprovadas para a execução do serviço florestal por decreto estadual n.º 3.524, de outubro de 1925, arrasaram as florestas exuberantes de seiva e vulto..."<sup>143</sup>.

Em fins da década de 1940 os efeitos da devastação das matas serranas já não podiam ser ocultados:

"Fontes e nascentes somem-se a olhos vistos; mercam os cursos fluviais; estancam-se os arroios. Despontam, graças às torrenciais caudas d'água, quando das chuvaradas arrasadoras, horripilantes feridas da terra, por desprovidas das camadas humosas e aráveis. São as erosões sintomáticas, perpetuadas em meio às lavours alagadas ou nas barrancas desnudadas de arroios ou rios..."<sup>144</sup>.

É nesse quadro físico que se instalarão, nos anos 1950, as grandes fazendas mecanizadas, as granjas de trigo. A conjuntura sócio-econômica não era mais animadora do que a ambiental.

Cessada a conflagração justificadora do chamado "esforço de guerra", quando os madeireiros tiveram todos os incentivos e facilidades para reativarem o extrativismo, consumindo as reservas de araucárias economicamente exploráveis, a atividade madeireira viveu sua última e definitiva crise em todo Planalto Médio. Das mais de 150 serrarias Carazinhenses

---

<sup>143</sup> Solon Macedônia SOARES, op. cit. p. 18.

<sup>144</sup> Id. ibid. p. 19.

em atividade entre 1940 e 1945, parte foi desativada, desmontada e transferida, nos anos subseqüentes, para Santa Catarina e Paraná, onde ainda havia muitos milhares de pinheiros a derrubar, as outras tiveram sua produção reduzida. Das dezessete serrarias (conhecidas como "fábricas de madeira") que funcionavam na cidade restaram apenas nove em 1980. A banha e a raspa, também, perderam a importância econômica que possuíam. O comércio de mulas, com a progressiva motorização dos transportes e da lavoura, desapareceu na década de 1950, quando as últimas tropas foram conduzidas para Ponta Grossa, Itapetininga, Ourinhos. Com a demanda reduzida, nas feiras, os últimos tropeiros vendiam "picados" no interior de São Paulo e Paraná<sup>145</sup> Também desaparecera, com a derrota do Eixo nazi-fascista, o contrabando de pneus que fizera circular em Carazinho quantias consideráveis de dinheiro, ouro e cocaína.

"É que havia dinheiro do comércio da madeira. E havia dinheiro desse comércio metido no contrabando"... "Todo esse dinheiro circulou e não ficou nada na melhora da cidade, não ficou uma solução industrial, não deixou traços culturais, não deixou um grande colégio, não deixou uma melhor rede de ensino, não deixou nada"<sup>146</sup>.

Dois fenômenos ocorrem nos anos 1950: o desemprego e a migração. Depois de mais de vinte anos de quase pleno emprego que atrai muita gente para Carazinho, a cidade conhece o desemprego generalizado. Operários da madeira e de outros segmentos produtivos e trabalhadores dos serviços e do comércio perdem seus empregos e novas oportunidades de emprego não surgem. Desemprego, esgotamento das terras e

---

<sup>145</sup> Pedro A. Verissimo da FONSECA, Tropeiros de Mula, p. 39.

<sup>146</sup> Claudio WEIDLICIL, Entrevista, falas 189 e 193.



desestimulo da suinocultura (preços baixos e atrasos de mais de seis meses nos pagamentos da banha fornecida à Refinaria) forçaram a migração de agricultores e de trabalhadores dos engenhos de serra e das atafonas. A migração direcionou-se, principalmente, para o Oeste catarinense e norte do Paraná. Eram os birivas fazendo o caminho inverso dos seus bisavós e os filhos e netos dos migrantes das "colônias velhas" buscando "terras novas". Os desempregados que ficaram tornaram-se "bóias-frias" nas granjas e os agricultores que migraram cederam (por venda ou arrendamento) suas terras, a preços irrisórios, aos granjeiros.

Motivados pelas excepcionais medidas tomadas pelo Estado brasileiro para encorajar a grande cultura do trigo, surgem os "granjeiros", muitos são descendentes de colonos pomicultores, e t em seu currículo o exercício de atividades não agrícolas, como serrarias, pequenas indústrias locais e comércio nas colônias; isso lhes facultava certo "tino" para os negócios<sup>147</sup> e os credenciava na incumbência de vencer a "barba-de-bode" (*Assistida jubata*).

Também se aventuram nessa empreitada profissionais liberais (advogados, médicos, e outros), os bacharéis e doutores apelidados de "poetas rurais", cuja única tradição agrícola era "terem comido terra quando crianças" (numa alusão à origem interiorana de quase todos, mesmo dos criados em Carazinho) ou contarem entre seus ascendentes alguns "colonos".

"Lês premiers vrais 'granjeiros' ne furent ni dos colons, ni des éleveurs. Ceux-là respectaient trop les mythes traditionnels pour tenter l'aventure du blé dans la

---

<sup>147</sup> Selina M. DAL'MORO, Aldomar A. RIJCKERT, "A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio Rio-Grandense".

prairie; ceux-ci. voyaient comme un crime l'entrée des charrues dans les campos. Lês pionniers de la culture furent donc citadins ('les agriculteurs de l'aspha On nous les présente voltintiers aujourd'hui comme des industriels, des cornmerçants et des 'docteurs' (titulaires de professions libérales) , uniquement intéressés par les énormes avantages financiers qu'accordait alors le gouvernement à ceux qui acceptaient de cultiver la céréale noble"<sup>148</sup>.

Mas não apenas os empresários (a granja tritícola é urna típica empresa capitalista) , também, boa parte dos trabalhadores especializados (motoristas, mecânicos) das granjas são citadinos. E à medida que a triticultura se expande é cada vez maior a força de trabalho eventual ou sazonal recrutada na periferia urbana, os "bóias-frias".

O Planalto Médio Rio-Grandense, uma tradicional região de pecuária extensiva, no início da década de 1950, passou por profunda transformação. Ai, criadores gaúchos tradicionais, apesar de aptos para explorar as diferentes variedades de pastas naturais do campo, entraram em decadência. A pecuária tradicional e suas relações de trabalho pré-capitalistas cederam as coxilhas à agricultura moto-mecanizada capitalista monocultora. Até o final da década de 1960 o trigo predominou em toda região, porque) embora seus solos sejam pobres em nutrientes disponíveis e fortemente ácidos são ideais para a moto-mecanização, o que viabilizou a triticultura.

"O trigo representava uma das principais atividades produtivas gaúchas, ocupando

---

<sup>148</sup> Raymond PEBAYLE, *Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul*, p. 634.

cerca de um terço da área total cultivada do Rio Grande do Sul e era amparado por urna política de forte estímulo à mecanização”<sup>149</sup>.

Os campos do Planalto Médio que eram uma das áreas menos desenvolvidas do Rio Grande do Sul se tornaram uma das áreas mais dinâmicas do sul do Brasil. Carazinho que na época da madeira recebera o bisonho título de “Manchester de Serra”, na década de 1950 foi proclamada a “Capital do Trigo”.

O cereal que vicejava nos campos, reativava na cidade o comércio e os serviços, abria agências bancárias, impulsionava a indústria de implementos agrícolas, criava fábricas e oficinas.

“Carazinho que agora se expande

No horizonte das granjas sem fim,

Onde espigas douradas se abrem

E te acenam riquezas “.

Esta estrofe do hino oficial do cinquentenário de Carazinho mostra a percepção parcial e ufanista que se disseminava na cidade e no campo. As “douradas espigas” acenavam riquezas para alguns privilegiados, que além de grandes proprietários de terras de campo, tornavam-se grandes proprietários de lotes urbanos limitando assim, cada vez, mais o direito de morar de muitos.

Por ocasião da IV Festa Nacional do Trigo, realizada em Carazinho, em 1954, o município foi considerado “o maior parque lavoureiro mecanizado da América Latina”<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> Octávio Augusto C. CONCEIÇÃO, A expansão da soja no Rio Grande do Sul, p. 52.

<sup>150</sup> “Crise ou decadência”, Noticioso, Carazinho, 25 jan. 1984.

Em 1960, com a expansão da soja em zonas triticultoras, Carazinho ocupou o 10º lugar em área cultivada de soja, entre os municípios do Rio Grande do Sul, em 1970, o 82º lugar, e em 1975 o 4º lugar<sup>151</sup>

A agricultura de campo, com suas granjas moto-mecanizadas, ao adotar o trigo como cultura de inverno, a soja e o milho como culturas de verão, e a associação com a pecuária, produziu na área urbana um período de crescimento econômico e demográfico bem maior do que cada uma das atividades, isoladamente, era capaz de produzir.

O trigo, como monocultura, teve vida curta. A soja, de início cultura complementar ao trigo, se expandiu rapidamente e transformou-se em produto soberano. Na década de 1980 havia lavouras de soja dentro do perímetro urbano de Carazinho. Porém, as culturas alimentares ficaram em situação de significativa estagnação, seja em área cultivada, seja em quantidade, conforme revelam os dados dos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970 e 1980.

A evolução urbana da cidade de Carazinho esta, assim, articulada à economia regional que por sua vez se incorpora ao processo capitalista implantado em nível nacional após 1930. As relações contraditórias que daí surgem são evidenciadas por intermédio de uma hierarquização crescente dos grupos sociais que fazem e refazem a cidade, e de suas percepções do espaço urbano, espaço da cidade, que por conseguinte também s hierarquizadas. Nessa perspectiva de percepções hierarquizadas, também incluem-se as aplicações práticas da reflexão urbana, ou seja, o planejamento urbano, mais exatamente os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, objeto de exame no próximo capítulo.

---

<sup>151</sup> Octávio Augusto C. CONCEIÇÃO, op. cit. p. 103-4.



## Capítulo III

### APERCEPÇÃO DA CIDADE NA ÓTICA DO PLANEJAMENTO URBANO

Admiro a ousadia dos técnicos atuais do urbanismo que, quando aplicam esta ciência a uma cidade, consideram antes de tudo a aparência das coisas, como se a consideração dos habitantes que formam a cidade não se impusesse previamente. através destes que a cidade precisa ser vista, ao invés de ser observada simplesmente do ponto de vista dos espaços cheios e vazios que ela forma sobre o solo. Para compreender uma cidade, é preciso conhecer seus habitantes; uma cidade é um conjunto de almas.

Marcel Poöte

#### 3.1 Notas Preliminares sobre o Planejamento Urbano.

O planejamento urbano é uma atividade que objetiva, principalmente, responder aos problemas urbanos, devendo buscar não só soluções técnicas, mas soluções que envolvam gestão e articulação políticas<sup>152</sup>. Em geral, o especialista

---

<sup>152</sup> Marta GUEZZI, "Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul - Planos Diretores: Realidade e Perspectivas" In: Naia OLIVEIRA, Tanya BARCELLOS, org. O Rio Grande do Sul Urbano, p. 25-42.

responsável pelo planejamento urbano é o arquiteto, a ponto de Le Corbusier considerar que "o urbanista nada mais é que o arquiteto"<sup>153</sup>. Cristina Sã, arquiteta e arqueóloga, assim historia o surgimento do Planejamento Urbano:

"Até princípios do século XIX, planejar espaços urbanos era uma atividade essencialmente prática, que se baseava em critérios estéticos, funcionais ou técnicos, mas não em investigações sobre a natureza desses espaços ou do fato urbano em si. A necessidade de compreender a cidade, de explicá-la, ou seja, de teorizar sobre o assunto, surge apenas a partir do momento em que cidades Europa começam a ser profundamente modificadas por um crescimento demográfico sem precedentes. Esse crescimento, consequência da drenagem da população rural que se seguiu à Revolução Industrial, acompanhou a ordem e o ritmo da industrialização dos diferentes países europeus: na virada do século XVIII para o XIX já era notado na Inglaterra, enquanto na França e na Alemanha só se fez sentir algumas décadas mais tarde"<sup>154</sup>

Marta Gisé considera ter sido com base neste histórico e nas características das cidades européias, pós Revolução Industrial, que o Planejamento Urbano adotou um -descorçoa "racionalista e tecnocrático", o qual objetiva:

"Mascarar a verdadeira face da cidade capitalista que é moldada na disputa pelo

---

<sup>153</sup> Le CORBUSIER, Planejamento Urbano, p. 14.

<sup>154</sup> Cristina Sã, Olhar Urbano, Olhar Humano, p. 16.

espaço e seus melhoramentos”<sup>155</sup>

Além disso entende que:

“Os planejadores urbanos que adotam essa postura agem como se desconhecassem os limites da competência municipal e tratam o espaço urbano como uma instância autônoma dissociada dos fatores econômicos, políticos e sociais que realmente condicionam, determinam, impulsionam e traçam os rumos e os ritmos de nossas cidades” . “Ao longo de todos esses anos de prática de planejamento urbano, ocorreram apenas alterações no método e nos instrumentos do Plano Diretor, O momento atual é de revisão de princípios. A discussão está aberta e dela participam, em uma articulação nacional, entidades do movimento popular urbano, organismos de assessoria a esse movimento e associações representativas de categorias profissionais”<sup>156</sup>

Mas, por que o planejamento urbano suscita hoje tantas dúvidas e dificuldades? Esta indagação foi o foco das reflexões de Françoise Choay - há quase trinta anos, nos seus “elementos de resposta” que buscavam dar conta da interrogação acima, expunha questões, que merecem ainda atenção:

“O urbanista deve deixar de conceber a aglomeração urbana exclusivamente em termos de modelos e de funcionalismo. E preciso parar de repetir fórmulas fixas que

---

<sup>155</sup> Marta GHEZZI, loc. cit.

<sup>156</sup> Id. ibid.



transformam o discurso em objeto, para definir sistemas de relações, criar estruturas flexíveis, uma pré-sintaxe aberta a significados ainda não constituídos." ... "Quanto ao habitante, sua primeira tarefa é a lucidez"<sup>157</sup>

### 3.1.1 Os Planos Diretores

Os Planos Diretores, em geral, têm sido alvo de severas críticas muito em função das posturas , acima referidas, adotadas pelos planejadores urbanos.

Milton Santos formula crítica contundente em relação aos Planos Diretores, propõe a elaboração de um "Discurso Territorial Competente"<sup>158</sup> e entende que:

"Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito"<sup>159</sup>

Mas Milton Santos vai mais longe e é ,igualmente, enfático quando se dirige aos administradores municipais que

---

<sup>157</sup> F. CHOAY, O Urbanismo, p. 54-5.

<sup>158</sup> Milton SANTOS, O Espaço do Cidadão, p. 131.

<sup>159</sup> Id. ibid. p. 132-3.

absorvem, este discurso "incoerente, fragmentado e analiticamente indigente", com uma clara impotência crítica e analítica. Situação, aliás, que atinge desde o administrador da metrópole até o administrador da pequena cidade do interior. Santos afirma:

"A indústria dos Planos Diretores por vezes constitui uma resposta à ingenuidade de administradores bisonhos ou mal preparados; mas, freqüentemente é uma empulhação pura e simples"<sup>160</sup>

Todas essas considerações suscitam uma séria reflexão e denunciam a urgência de se repensar a concepção dos Planos Diretores. Hoje, numa avaliação mais crítica propõe-se que o Plano Diretor seja também um instrumento de Reforma Urbana, estabelecendo:

"Mecanismos para a implementação das políticas fundiária, ambiental, de circulação e transporte e de investimentos em infra-estrutura e equipamentos sociais"<sup>161</sup>

### 3.2 Carazinho antes dos Planos Diretores propriamente ditos

Em 1931 cf. Decreto número 5, de 30 de setembro foi publicado oficialmente<sup>162</sup> o primeiro Código de Posturas

---

<sup>160</sup> Id. *ibid.* p. 131.

<sup>161</sup> Marta GHEZZI, *loc. cit.*

<sup>162</sup> Na época o Prefeito Municipal era José Ivalino Pessoa de Brum, segundo prefeito de Carazinho, seu mandato iniciou em 15/06/1931 e se estendeu até 31/12/1932.- O primeiro prefeito foi 1 Guerra, nomeado por Decreto (ng 4.718 de

Municipais de Carasinho<sup>163</sup> O Código determinava os padrões urbanos, para os "terrenos situados dentro dos limites da vila e das sedes dos distritos"<sup>164</sup> pertinente destacar que as posturas municipais eram impositivas, o não cumprimento de suas normas era passível de penalidade. O Código, composto de trinta capítulos, dispunha sobre temas diversos. Para que se faça uma idéia das preocupações urbanas daquela época e dos problemas urbanos, que buscavam evitar, transcrevem-se os títulos de cada um dos capítulos:

Capitulo	Titulo
I	Limites do Município
II	Limites tirbanos
III	[não esta titulado, trata das diversões públicas.]
IV	Do fechamento dos terrenos
V	Dos estabelecimentos de educação
VI	Das escolas municipais
VII	Da higiene e das moléstias contagiosas Seção única: Dos gêneros alimentícios

---

10/02/31) pelo interventor federal José Antonio Flores da Cunha, cf. livro nZ 0698 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>163</sup> "Até a década de cinqüenta, todos os registros oficiais se faziam com CARASINHO, porque assim constava na Lei Provin cial do Rio Grande do Sul (Lei ne 1.250, de 14/06/1880)". Maria Beaty OTT, "Folclore x Ortografia".

<sup>164</sup> Prefeitura Municipal, Código de Posturas Municipais, •Art. 2.

Capitulo	Titulo
VIII	Dos matadouros
IX	Dos açougues
X	Do comércio de leite
XI	Das padarias
X	Mercadinhos, pastelarias e confeitarias
XIII	Quitandeiros, vendedores de herva e frutas
XIV	Hotéis, pensões e restaurantes
XV	Das casas comerciais e estabelecimentos fabris e industriais
XVI	Dos pesos e medidas
XVII	Secção Primeira: Das casas de jogo e botequim Secção Segunda: Das corridas de cavalos Secção Terceira: Das rinhas de galos

XVIII	Secção Primeira: Da caça Secção Segunda: Da pesca
XIX	Da extinção das formigas
XX	Do lixo
XXI	Dos cemitérios Secção Primeira: Das inhumações Secção Segunda: Das exumações Secção Terceira: Das coroas de flores
XXII	Dos veículos
XXIII	Das casas e habitações
XXIV	Dos cordões e do calçamento
XXV	Dos pesos e medidas
XXVI	Da propriedade Agrícola e Pastoril Secção Primeira: Divisão das Regiões do Município Secção Segunda: Da Região Agrícola Secção Terceira: Da Região Pastoril
XXVII	Das Tropas e animais diversos Secção Primeira: Da condução de tropas e gados para os açougues Secção Segunda: De animais diversos
XXVIII	Das estradas e caminhos
XXIX	Da tranqüilidade pública
XXX	Das disposições gerais

Interessante notar que as preocupações das autoridades municipais, na recém inaugurada década de 1930, possuem ainda resquícios ideológicos do período anterior, mais exatamente da República Velha, quando o Estado do Rio Grande do Sul orientava-se pela doutrina positivista. Dos 30 capítulos do

Código de Postura, 9 são destinados diretamente a traçar severas normas higiênicas, em relação a padarias, restaurantes, açougues, quitandas, matadouros, pensões, hotéis e 3, indiretamente, também recomendam atitudes higiênicas. Não se trata exatamente de um "despotismo sanitário"<sup>165</sup>, mas de qualquer maneira guarda muito da política sanitaria dos positivistas. Atente-se para alguns artigos:

"Art. 69 – Não é permitido que as vasilhas em que seja conduzido leite para ser vendido sejam tapadas com palhas, papel, sabugo ou outro material qualquer anti-higiênico".

"Art. 79 – Os quitandeiros e vendedores ambulantes ou não – de ervas e frutas – são obrigados a conservarem com toalha branca não enxovalhada, sob oleado, os seus tabuleiros, cestos ou outra qualquer vasilha de que se servirem ou usarem para a condução ou depósito de suas quitandas, ervas ou frutas".

"Art. 84 – Nos refeitórios, pensões e restaurantes e 'casas de pasto', os guardanapos devem ser utilizados uma só vez e os pães não poderão ser servidos se não acondicionados em papel como saem das padarias".

Além dessas normas, típicas de um país tropical, o

---

<sup>165</sup> Ver Gunter WEIMER, "A Política Sanitaria como Diretriz de Planejamento na República Velha Gaúcha", In: org. Urbanismo no Rio Grande do Sul, p. 97; e Nelson BOEIRA, "O Rio Grande de Augusto Comte". In: Décio FREITAS et ai. RS: Cultura & Ideologia, p. 53.

Código externava também uma grande preocupação com a limpeza dos sanitários em estabelecimentos públicos:

"Art. 82 – Os hotéis, pensões, restaurantes e as chamadas casa de pasto, são obrigadas a manter máxima. limpeza e higiene nas casinhas".

"Art. 86 – Todo o hoteleiro, dono ou gerente de pensão ou de 'casa de pasto' é obrigado a ter banheiros e latrinas em perfeita condição de higiene e comodidade, na proporção de 2 para cada 10 pessoas". Na verdade as instalações, quer em casas particulares, quer em casas pi eram ri (as conhecidas casinhas de que fala o Código) , pois conforme depoimento de um carazinhense: "Carazinho até 1930 não tinha instalação sanitária. As primeiras instalações sanitárias, as instalações em nível comercial foram as do Hotel Liberal, que hoje está fechado. E as instalações sanitárias da minha casa. Eu sou o primeiro carazinhense que em 1930 puxou a água de uma instalação sanitária, aquilo que até a década de 60 nem senador brasileiro sabia fazer..."<sup>166</sup>

Mas nem só de higienização versava o Código, inquietava-se também com a "tranqüilidade pública". Dois artigos expressam a idéia que vincula, bem ao estilo de "Classes Laborieuses et Classes Dangereuses": pobre, desempregado e perigoso<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Claudio WEIDLICH, Entrevista, fala 114.

<sup>167</sup> Maria S. BRESCIANI, Londres e Paris no século XIX: O

"Art 255 – As pessoas que não tiverem ocupação conhecida, nem domicilio certo, são obrigadas a procurar emprego sob pena de prisão correccional." "Art. 256 – Os mendigos não podem esmolar sem licença escrita do Prefeito, sob pena de prisão correccional."

Na verdade, tratava-se de evitar a exposição pública de uma realidade social, que sem dúvida amofinava os mais aquinhoados.

De resto, o Código proibia os jogos de azar: roleta, osso, bacarat, bicho, sete baiano, tampinha, e outros (Art. 106), bem como qualquer tipo de jogo "nas ruas, avenidas ou praças", "fazer rifas" e "jogar MORA (Art. 107) . Em síntese, pode-se afirmar que o primeiro Código de Posturas Municipais de Carazinho não exibia, em sua apresentação formal e do conte nenhuma originalidade; era a imagem e semelhança de tantos outros que, por intermédio das 'autoridades competentes locais", regurgitava a maneira de pensar da classe dominante.

### 3.3 O Plano Diretor de 1946

O Plano Diretor da cidade de Carazinho de 1946<sup>168</sup> [ foi

---

espeta culo da pobreza, p. 51, ver tb. Michelle PERROT, Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros, p. 298.

<sup>168</sup> Esse Plano não foi promulgado pelo executivo municipal. Nos depoimentos de carazinhenses contemporâneos, colhidos por meio de Entrevistas de História Oral em 1991 e 1992, não é mencionado. Os originais e cópias



realizado pelo Engenheiro Urbanista Francisco Rio-pardense de Macedo, em cumprimento à ordem de serviço número 49, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas - Diretoria de Saneamento e Urbanismo, que na época pretendia instalar a hidráulica da cidade. Assim, conforme Rio-pardense:

"A finalidade principal do Plano é atender o serviço de abastecimento de água para a cidade baseado nele que será traçada a rede"<sup>169</sup>. Intui-se daí que "Plano Diretor da Cidade de Carazinho não é o título mais adequado, melhor seria nominar de "Estudo para a Instalação da Hidráulica na cidade de Carazinho". Trata-se, pois, de um estudo de horizontes limitados.

Rio-pardense considerou uma população citadina de pouco mais de oito mil pessoas: "A população rural é de 46.820 habitantes e a população urbana e suburbana é de 8.290 habitantes"<sup>170</sup>.

Convém notar que o Censo Demográfico de 1940 registrou uma população total de 50.866 habitantes: 10.501 na área urbana e suburbana e 40.365 na área rural, O de 1950 população total 56.127, 15.175 na área urbana e suburbana,

---

desse Plano não foram encontrados (quando de nossa pesquisa) nos Arquivos da Prefeitura Municipal. A cópia que se usou foi obtida na Mapoteca da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Riopardense de MACEDO, Plano Diretor da Cidade de Carazinho, p.4.

<sup>169</sup> Francisco Rio-pardense de MACEDO, Plano Diretor da Cidade de Carazinho, p. 4.

<sup>170</sup> Id. *ibid.* p. 2 [ autor não indica a fonte utilizada].

40.952 na área rural<sup>171</sup>

Nas considerações que procuram dar conta da 'Origem do projeto', o urbanista afirma:

"Carazinho, a cidade que se desenvolveu vertiginosamente num pequeno espaço de tempo, encerra problemas urbanísticos da mais alta gravidade, cuja urgente solução é de imperiosa necessidade para a cidade afim (sic) de atender as elementares condi de higiene e segurança da população"<sup>172</sup>.

Em que pese as hipérboles, a descrição feita é inquietante. Contudo, entre os poucos "problemas urbanísticos" citados é destacado o seguinte:

"A população se estendendo de um e outro lado da linha férrea, determinou uma série de cruzamentos sumamente perigosos, de difícil conservação e travessia"<sup>173</sup>.

No memorial descritivo do Plano (sete páginas) o autor, também, arrola brevemente os aspectos econômicos, dando ênfase a indústria madeireira: -

"A cidade, ao lado de um comércio intenso, possui indústria de relevante valor. Destas destacam-se três maiores indústrias meta Utragicas que com as menores de mesmo gênero tem uma produção de mais de três milhões de cruzeiros anualmente. Mais importante que essas são as indústrias de madeira: fábrica de móveis e caixas, objetos de luxo em

---

<sup>171</sup> FEE, De Provincia de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul Censos do RS: 1803-1950. p. 147 e 175.

<sup>172</sup> F. li. de MACEDO, op. cit. p. 1.

<sup>173</sup> Id. ibid. p. 1.

madeira e quantidade de outras utilidades na base da maior riqueza do lugar, esteio do crescimento e grandeza da cidade"<sup>174</sup>

Essa passagem se constitui numa mostra da debilidade analítica do "Plano", a qual reflete as limitações teóricas do momento (década de 40) que turvavam a compreensão da realidade. Rio-pardense referindo-se à cidade afirmara na página anterior:

"O agravamento urbano que lá nasceu, resultou c grande exploração da indústria madeireira"<sup>175</sup>.

O autor num instante reconhece os prejuízos causados pela ação desordenada e depredadora dos madeireiros<sup>176</sup>. e noutro enaltece a indústria madeireira "esteio do crescimento e grandeza da cidade". Constata-se que o autor não explorou (talvez por não compreende-la) a situação imbricada e complexa, limitou-se a noticiar um quadro que de um lado retratava uma "população carente de condições de higiene e segurança" e de outro, os madeireiros "esteio do crescimento e grandeza da cidade". Pondere-se, todavia, que num momento em que a compreensão das características da cidade capitalista era ainda, na maior parte do país, fragmentada e desarticulada, tornava-se difícil a percepção dos

---

<sup>174</sup> Id. *ibid.* p. 2. Grifo nosso.

<sup>175</sup> Id. *ibid.* p. 1.

<sup>176</sup> A ação depredadora dos madeireiros foi denunciada em 1949, em discurso, no Foro de Carazinho: "Os pinheirais, que há menos de três decênios, embelezavam e enriqueciam estes chapadões serranos, sumiram na voracidade pantagruélica dos senhores de engenhos, deformadores insensíveis da paisagem, da fertilidade e até do regime climático desta zona sul-riograndense". Desembargador Solon Macedônia SOARES, *Estudo Histórico Social Sobre o Município de Carasinho*, p. 17.

antagonismos desencadeados pelo extrativismo madeireiro.

Não obstante a finalidade principal (já referida) do Plano fosse "atender o serviço de abastecimento de água para a cidade", são propostas diretivas de uso do espaço urbano. Para os objetivos desta dissertação merecem atenção os seguintes trechos:

a) viação:

"Não modificamos as ruas em que a edificação é mais densa; entretanto, em algumas delas, previmos alargamento. Preferimos o traçado em curva nas zonas mais acidentadas e empregamos em algumas encostas de grande declive quarteirões estreitos para receber dois lotes, fazendo cada um deles, frente para os dois lados maiores do retângulo"<sup>177</sup>.

b) zonas verdes:

"Da área ocupada pela cidade que é aproximadamente de 288 ha, está reservada para construção uma área de 165 ha, para espaços verdes 14 ha e para Avenida e pavimentação simples: 100 ha"<sup>178</sup>.

c) zoneamento:

---

<sup>177</sup> - F. R. de MACEDO, op. cit. p. 5.

<sup>178</sup> Id. ibid. p. 6.

"Para melhor travessia dos trilhos da Viação férrea projetamos uma passagem superior aproveitando o corte já realizado frente ao antigo cemitério que há sete anos está fechado. Esta passagem é uma necessidade para o trânsito que ligará as duas partes da zona industrial situadas de um lado e outro dos trilhos"<sup>179</sup>.

A propósito dos trilhos, ou melhor, da passagem de nível sobre a linha férrea, o autor informava:

"O projeto, cálculo e orçamento desta ponte estão em andamento e foram solicitados pelo Sr. Prefeito da cidade que achou de grande interesse e está resolvido a executá-lo para solucionar sérios problemas que o tráfego vem criando na metrópole"<sup>180</sup>.

Detalhavam as propostas diretivas: uma planta topográfica, uma planta geral, uma planta de viação e áreas verdes, uma planta de zoneamento, 4 perfis transversais e 22 perfis longitudinais.

Numa apreciação final, julga-se lícito afirmar que era um plano fiel às características da primeira fase do planejamento urbano no Rio Grande do Sul, essencialmente viário, uma grande preocupação com a forma: largas avenidas, áreas verdes e acanhadas propostas disciplinadoras do uso e da ocupação do solo urbano<sup>181</sup>. Não obstante, é lamentável que esse, como outros estudos, tenha sido menosprezado pelos responsáveis pela administração municipal (prefeitos, secretários municipais e vereadores) e pelos autores dos

---

<sup>179</sup> Id. *ibid.* p. 6.

<sup>180</sup> Id. *ibid.* p. 6. O prefeito era Romeu Scheibe. Até hoje, 1993, a "passagem superior" não foi construída.

<sup>181</sup> Marta GHEZZI, *loc. cit.*

planos que se seguiram. De fato, tanto os primeiros, como os últimos, pelo que foi possível constatar, nem chegaram a tomar conhecimento desse estudo, há quase meio século ocupando uma pasta num arquivo estadual.

### 3.4 O Plano Diretor de 1969

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Carazinho, elaborado em 1969, possui, diferentemente do de 1946, as características e os elementos de um plano diretor. Consta de cento e cinco páginas, distribuídas em três partes. A primeira parte, em cinco capítulos, versa sobre o município e a região. A segunda parte, seis capítulos, dedica-se à cidade. E a terceira parte trata da Lei do Plano<sup>182</sup>.

Esse Plano Diretor inovou no que concerne à constituição do grupo de planejadores. Foi elaborado não somente por urbanistas mas por uma equipe multidisciplinar, incorporando assim as novas tendências do planejamento urbano no Rio Grande do Sul. Da equipe participou um geógrafo, dois geólogos, um economista e dois arquitetos, além de dois desenhistas., dois auxiliares de engenheiro e uma datilógrafa, na condição de colaboradores<sup>183</sup>.

---

<sup>182</sup> Esse Plano Diretor não foi submetido à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, tampouco consta nos Arquivos da Prefeitura Municipal. A cópia que se usou foi obtida na SURBAM, em Porto Alegre. Era prefeito municipal Lorenzo Albuquerque Graeff.

<sup>183</sup> Cf. ficha técnica, a equipe estava constituída por: arquitetos— Ignez d'Avila e Paul Nygaard; geógrafa— Olga Becker; geólogos— Sandor Grehs e Valmor D'Avila Vergara; economista Rute Marques; desenhistas— Cleto Tartarelli e Dascylio Menna Barreto; auxiliares de engenheiro— José

O primeiro capítulo trata da "Região homogênea" e o segundo capítulo atenta para a "Região Polarizada"<sup>184</sup> e busca relacionar a cidade à região. Estes dois capítulos expressam, já de início, as concepções teóricas que nortearam o trabalho dos planejadores e por consequência suas propostas para a cidade de Carazinho, baseados na Teoria da Polarização<sup>185</sup> que concebe o espaço:

"Como um sistema hierarquizado, em que se estabelecem relações entre objetos espaciais em um determinado espaço ou entre espaços, em um sentido unilateral de dominação, com um espaço polarizador. A especificidade dos espaços subordinados desaparece e eles são encarados de fora para dentro, como reflexo do espaço subordinante e do seu dinamismo"<sup>186</sup>.

Esta visão não vê as peculiaridades, as especificidade não reconhece a história de cada cidade, não dá conta das múltiplas relações que ocorrem em um dado meio, enfim ela detecta e descreve a dominação, mas não a explica, toma como "natural"<sup>187</sup>. Por exemplo ao referir a "rede urbana regional" a equipe argumenta:

"As cidades mantém relações entre si, criando a partir deste feito o problema da rede urbana. Cada aglomeração urbana tem seu

---

da Cunha e Fredolino Bourscheid; datilógrafa- Berenice de Araújo.

<sup>184</sup> Ignez d'AVILA et al. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Carazinho, p. 4-10.

<sup>185</sup> Ver Áurea C. BREITBACH, op. cit. p. 38-40.

<sup>186</sup> Rosa M. G. SILVEIRA, "Região e História: Questão de Método". In: Marcos Silva, op. cit. p. 25.

<sup>187</sup> Id. loc. cit.

raio de influência que pode, porém, ser modificado pelo maior desenvolvimento de um centro vizinho. A rede urbana se estrutura, assim, a partir do crescimento dos aglomerados urbanos os quais aos poucos vão se hierarquizando, segundo um pólo regional"<sup>188</sup>.

Por outro lado, a equipe apresenta uma abordagem positivista e funcionalista<sup>189</sup> da rede urbana, v a cidade e por - extensão a rede urbana destituída de vida social. Não percebe os interesses antagônicos nem os conflitos sociais. A cidade é vista como um "espaço neutro". E assim entendendo a equipe considera Passo Fundo como o "centro de comando regional"<sup>190</sup>

No terceiro capítulo é delimitada a "Área de Influência de Carazinho"; com base em ensinamentos do geógrafo fianças Georges Chabot, é afirmado:

"Nos tempos atuais, cidade e região são termos que não podem ser analisados separadamente, pois, olés se identificam entre si. As relações da cidade são constantes e vitais. São elas que nos mostrarão até onde a cidade influencia e é influenciada. portanto, através, da análise de suas relações com a região que delimitaremos sua área de influencia "<sup>191</sup>

A intensidade da atuação de Carazinho na região é mensurada por meio da análise de dados relativos à "frequência dos fluxos rodoviários, ferroviários, ligações

---

<sup>188</sup> Ignez d'AVILA et al. op. cit. p. 11.

<sup>189</sup> Roberto Lobato CORRÊA, A Rede Urbana, p. 47.

<sup>190</sup> Ignez d'AVILA et al. op. cit. p. 12.

<sup>191</sup> Id. ibid. p. 14.



telefônicas, serviços de saúde e educação, área de jurisdição do Banco do Brasil, comércio atacadista e varejista”<sup>192</sup>. Ainda no capítulo terceiro o Plano apresenta informações relevantes, por exemplo, sobre os serviços bancários, áreas de abastecimento da cidade, transportes e comunicações, saúde e educação. Destaca que as aplicações na carteira agrícola são maiores em Carazinho do que em Passo Fundo ou Erechim<sup>193</sup>. As informações apresentadas são importantes na medida em que mostram que Carazinho, em fins da década de 60, tinha sua economia fundada na agricultura, situação aliás que j foi objeto de análise no capítulo anterior.

O quarto capítulo se ocupa da população, mais exatamente, do crescimento demográfico e da mobilidade populacional. Os dados coletados pela equipe indicaram que:

“A população urbana de Carazinho no período de 40/50 apresentou uma taxa de crescimento de 4,3%, superior a observada no Estado que era de 3,2% e igual a da região, enquanto em Passo Fundo ocorria um crescimento de 4%. No decênio seguinte (50-60) enquanto Passo Fundo apresenta o Índice de crescimento 6,1%, Carazinho apresenta um índice de 4,9% inferior também a do Estado (5,57%) e da região (6%)”<sup>194</sup>.

No item “Crescimento Demográfico” também são oferecidos dados sobre a população rural. No item “Proveniência do Pessoal Imigrado” é feita a i constatação de que:

“Apenas 10% da população entrevistada

---

<sup>192</sup> Id. ibid. p. 15

<sup>193</sup> Id. ibid. p. 23.

<sup>194</sup> Id. ibid. p. 46-7. Cf. dados da FEE a população de Carazinho em 1970 era de 42.504 habitantes, com 29.503 na área urbana e suburbana, e 13.001 na área rural.

pertencia à cidade de Carazinho; 21% da população imigrada tem por origem o interior do município; da área polarizada diretamente por Carazinho provém 16% da população imigrada sendo Soledade que contribui com 7%”<sup>195</sup>.

Além da origem dos migrantes são apontados os principais motivos da migração:

“Procura de melhores condições de vida – Carazinho atrai população pelas facilidades de oportunidade que apresenta como segunda cidade da região polarizada. Neste caso muitas vezes observa-se uma migração de família, primeiro vindo o pai e após a mãe e os filhos. Transfere - devido a presença de várias repartições públicas estaduais e federais. “ . . . ” Observou-se uma tendência a migrações sucessivas pela região, isto è, a família deslocou-se para uma série de municípios antes de fixar-se em Carazinho”<sup>196</sup>.

O quinto Capítulo confere especial atenção aos aspectos econômicos do município, no setor primário, secundário e de finanças públicas. Os dados estão dispostos em várias tabelas. As conclusões exibidas são as seguintes:

“Carazinho é um município que conta com bases econômicas típicas da região de colônia do Estado. O Setor Primário detém a maior parcela de responsabilidade quanto à criação de riquezas, tanto no que se refere ao poder aquisitivo familiar, quanto à

---

<sup>195</sup> Id. *ibid.* p. 52.

geração de impostos. Sua importância para o município - ainda avulta quando se constata que 90% da atividade industrial depende da matéria-prima agrícola. Portanto, na estrutura de produção existente o crescimento econômico municipal está diretamente vinculado à maiores quantidades produzidas pelo Setor Primário e ao seu incremento de produtividade"<sup>197</sup>.

A Parte II estuda especificamente a cidade de Carazinho. O sexto capítulo trata das características geológicas e geomorfológicas do sitio urbano, da hidrogeologia, da agrogeologia e da geotécnica. A linguagem usada, na maior parte do texto, é essencialmente técnica. Despertam a atenção algumas medidas recomendadas; por exemplo, considerando os aspectos geotécnicos estudados, a equipe sugere:

"Para o pleno desenvolvimento (do plano diretor) da cidade de Carazinho é conveniente que se transfira o traçado ferroviário atual, isto porque, com o crescimento populacional o mesmo ficou localizado no centro do núcleo urbano. ... " Após a retirada dos trilhos todas condições serão ideais para implantar em locais já determinados em fase anterior, as obras comunitárias, que atendam às aspirações e necessidades da população assim a cidade receberá um grande espaço com funções culturais, sociais, telitricas, recreativas, etc, e a polarização antes afeta a uma rua congestionada, ficará ao encargo de um

---

<sup>196</sup> Id. *ibid.* p. 53-4.

<sup>197</sup> Id. *ibid.* p. 69-70.

verdadeiro centro, para tal fim estudado e dimensionado”<sup>198</sup>

Os trilhos, sempre os trilhos, 6 benditos trilhos.

O sétimo capítulo trata do processo de ocupação urbana, perspectivas de crescimento e intensidade, de ocupação. As referências históricas ao processo de ocupação apenas repetem as costumeiras versões da História local. Nas conclusões novamente a equipe insiste na necessidade de elaboração de estudo setorial objetivando a retirada dos trilhos para ampliar a Rua Itararé e desse modo aliviar o tráfego na Avenida Flores da Cunha<sup>199</sup>.

O oitavo capítulo alude à situação do uso do solo, e propõe um zoneamento de usos<sup>200</sup>. Destaca inicialmente a “polivalência comercial” da Av. Flores da Cunha, que concentra a maior parte das casas comerciais de relevo e as de prestação de serviços, além dos estabelecimentos de caráter industrial que se localizam, principalmente, nas suas

---

<sup>198</sup> Id. *ibid.* p. 74 e 90.

<sup>199</sup> O Plano Diretor de 1946 já detectara os trilhos como algo problemático, cf. *supra* p. 78.

<sup>200</sup> “O zoneamento foi a primeira forma de regulação pública. Através da instauração de normas, critérios e padrões de uso e ocupação do solo urbano, pretendia-se, de um lado, bom distribuir as atividades no espaço, evitando as misturas consideradas nefastas, e , de outro, fixar as densidades construtivas máximas que evitassem o congestionamento da vida urbana. Em consequência, as duas peças centrais do zoneamento foram a divisão funcional do espaço da cidade e o estabelecimento de coeficientes de utilização dos terrenos”. Luiz C. de Queiros RIBEIRO, Adauto CARDOSO, “O solo criado como instrumento da Reforma Urbana: Uma avaliação do seu impacto na Dinâmica Urbana”, *Ensaio FEE*, 1992, p. 370-381.

extremidades<sup>201</sup>. Sugere que a área urbana subdivida-se em seis tipos de zonas: Zona Comercial Especial, Zona Comercial, Zona Industrial, Zonas Residenciais, Zona de Contensão Residencial, Zona Especial (trilhos) , além de um Centro Administrativo<sup>202</sup>.

O nono capítulo trata do sistema viário. Analisadas as condições topográficas observa que o sistema viário da cidade se apresenta em "espinha de peixe", no qual:

"A Av. Flôres da Cunha é a 'espinha dorsal' e as demais ruas, como a Av. Pátria, São Bento, Bernardo Paz, Dinarte da Costa, Marcílio Dias e Alexandre da Motta as 'espinhas laterais', quase sempre incidindo com os dorsos intervalares<sup>203</sup>.

A equipe argumenta que sistemas viários com tais características acarretam a má distribuição ou o mau aproveitamento dos equipamentos urbanos e o deficiente e mal localizado sistema de abastecimento de gêneros de primeira necessidade<sup>204</sup>. A problemática da distribuição do equipamento social volta a ser enfocada no décimo capítulo:

"Em Carazinho existe apenas o centro principal (Av. Flôres da Cunha) concentrando a maioria do equipamento social em detrimento das outras áreas. O equipamento de abastecimento concentra-se na sua maioria na Av. Flôres da Cunha e proximidades congestionando esta via e trazendo como conseqüências deficiências nas áreas

---

<sup>201</sup> Ignez d'AVILA et al. op. cit. p. 91.

<sup>202</sup> Id. ibid. p. 92-4.

<sup>203</sup> Id. ibid. p. 96-7

periféricas”<sup>204</sup>.

A característica concentradora da Avenida Flores da Cunha foi perfeitamente apreendida, aliás, essa característica originou o epíteto à Carazinho de “cidade de uma rua só”, mas o que efetivamente concentra a Avenida Flores da Cunha são as famílias mais abastadas da cidade que, por sua condição social privilegiada, podem utilizar plenamente os equipamentos urbanos, ao passo que para os que moram nas áreas periféricas, “cidadãos diminuídos, incompletos”<sup>205</sup>, o uso dos equipamentos urbanos é realidade onírica. Essa contradição não foi percebida pelos planejadores. Em outros termos a contradição foi captada em seu aspecto formal, macro-estrutural, portanto destituída de sujeitos.

Nas conclusões do capítulo é sugerido: reivindicar junto a VFRGS, a retirada dos trilhos; centralizar os órgãos administrativos e autárquicos em um único espaço com características de centro administrativo; desestimular a ampliação do hospital e prever espaços para novas unidades de as Me, descentralizar o serviço farmacêutico e o serviço de abastecimento de gêneros, localizar o equipamento de educação observadas as necessidades de cada setor e os raios de atendimento<sup>206</sup>.

o décimo primeiro e. Itimo capítulo aborda os serviços públicos, descreve sua situação naquele momento e apresenta algumas sugestões. Refere a inexistência de rede de esgoto e constata que somente a rede elétrica domiciliar atinge quase toda a área urbana<sup>207</sup>.

Cumpram ainda registrar que completam o Plano, em anexo,

---

<sup>204</sup> Id. *ibid.* p. 98.

<sup>205</sup> Milton SANTOS, *op. cit.* p. 112.

<sup>206</sup> Id. *ibid.* p. 100–3.

<sup>207</sup> Id. *ibid.* p. 103.

vinte e três mapas e nove pranchas, além de várias tabelas e quadros inseridos no texto, e um anteprojeto da Lei do Plano.

Em síntese, pode-se afirmar que o Plano Diretor da cidade de Carazinho, elaborado em 1969, insere-se na fase dos chamados Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs) ; este tipo de plano passou a enfatizar:

"A racionalidade e a funcionalidade do espaço, estabelecendo, além do traçado viário, um rígido zoneamento de usos, mecanismos de controle do volume de edificações, a previsão de locais para a implantação de equipamentos sociais e a definição de prioridades para instalação da infra- estrutura urbana"<sup>208</sup>.

### 3.5 O Plano Diretor de 1991

O plano elaborado em 1991 é o atual Plano Diretor do Município de Carazinho<sup>209</sup> e, por consequência, da cidade. Esse Plano foi realizado pela empresa Danilo Landó Consultores Brasileiros Associados<sup>210</sup>

Possui uma Introdução de treze páginas, dedicada a

---

<sup>208</sup> Marta GUEZZI, op. cit. p. 29.

<sup>209</sup> Plano aprovado, por unanimidade, com vinte e seis emendas, pela Câmara Municipal de Vereadores, cf. OP/537/92, de 22 de dezembro de 1992, subscrito pelo Vereador Gelso De Carli, ao Prefeito Municipal José Luiz Espanhol.

<sup>210</sup> Equipe técnica constituída por: arquitetos- Danilo Landó (coordenador) , Luiz Gonçalves Miranda, Adilson Costa e Vânia Schreiner; geógrafo- Gervásio Neves; engenheiro- Lauri Figueira; socióloga- Maya Burguer; desenhista- Pelâpidas.

apresentar a "situação atual" do município em relação ao: 1- Saneamento, II- Infra-estrutura Energética, Iluminação pública e Telefonia. Estes dois grandes itens subdividem-se em subitens, acompanhados de sugestões. O Projeto de Lei, propriamente dito, tem quinze páginas distribuídas em cinco capítulos e um quadro de usos. À exceção do segundo capítulo os demais não possuem seções.

Em relação ao abastecimento de água no momento da elaboração do Plano é afirmado que:

"A cidade de Carazinho é quase totalmente abastecida por rede d'água, com exceção de apenas 3% representada por pequenas vilas da periferia da cidade. A água é bombeada do rio da Várzea numa distância de recalque de 6,8 Km. onde funcionam duas redes, urna de diâmetro nominal de 300 mm e outra de 350 mm, estando as duas em boas condições de funcionamento, O sistema de distribuição apresenta atualmente uma perda média de 48% contra uma perda de 44% referente ao ano de 1990, representando uma perda muito elevada, considerando-se que uma perda razoável estaria em torno de 30%"<sup>211</sup>

E pertinente retomar a propósito as observações, com base em estudos hidrogeológicos, consignadas no Plano Diretor de 1969:

"A cidade de Carazinho possui todas as boas condições para a prospecção de águas subterrâneas, sendo econômica e tecnicamente injustificável a busca de águas superficiais

---

<sup>211</sup> Danilo LANDÓ et al. Plano Diretor do Município de Carazinho, 1991. p. 1. Grifo nosso.



do Rio da Várzea, por dois aspectos principais: a) o bombeamento até a cidade torna-se antieconômico devido a distância; b) em épocas de chuvas, por haver grandes espessuras de solo na região (solo argiloso) a água do rio será forçosamente contaminada no seu trajeto, necessitando custos elevados no seu tratamento"<sup>212</sup>

Note-se aí a negligencia com que as autoridades locais competentes tratam as propostas de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; tem-se a impressão de que encomendam Planos Diretores, simplesmente para conferir "status" ao município, aceder às verbas públicas distribuídas por órgãos estaduais, quiçá federais ou, mais recentemente, cumprir prescrição da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>213</sup>.

Quanto à remoção e deposição dos resíduos sólidos (lixo) o Plano informa serem realizadas pela Companhia de Desenvolvimento de Carazinho S.A. - CODECAR<sup>214</sup> acrescentando "o município opera atualmente com uma Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo", a qual na opinião dos formuladores do Plano:

"Atende perfeitamente os aspectos econômicos de reintroduzir matéria prima no processo de

---

<sup>212</sup> Ignez d'AVILA et al. op. cit. p. 71. Grifo nosso.

<sup>213</sup> Cap. I Da Política Urbana. Art. 182, § 1º.

<sup>214</sup> CODECAR "companhia de economia mista organizada para realizar os serviços de remoção, reciclagem e deposição do lixo da cidade de Carazinho, fabricação de artefatos de cimento utilizados na infra-estrutura viária, extração de pedra britada, e outros serviços relacionados à manutenção de infra-estrutura da cidade". Danilo LAND1! et ai. op. cit. p.2.

produção novamente e também o aspecto social, de melhorar as condições de serviço e econômicas das pessoas que vivem da exploração do lixo, estando recebendo cada operário da usina a partir de 1,5 salários mínimos acrescido de 40% de taxa de insalubridade, totalizando 2,1 salários mínimos, além de estarem sendo beneficiados e assegurados pelo

lAPAS”<sup>215</sup>

É necessário destacar que as sugestões e recomendações do Plano em relação ao lixo doméstico, industrial e hospitalar, como de resto em relação ao conjunto da política ambiental para Carazinho, são vagas e inconsistentes. Os trechos a seguir servem de exemplo:

“Uma- política de meio ambiente para o município em que o lixo, tanto o doméstico como o industrial, recebam um capítulo a parte para o seu equacionamento”<sup>216</sup>

“Condicionado (sic) em valas nas proximidades do Distrito Industrial, devendo ser no futuro devidamente acondicionado em valas devidamente herméticas para não poluir o lençol freático”<sup>217</sup>

“O município deverá estabelecer uma Política de Meio Ambiente, na qual o item Esgoto Sanitário deverá ser correlacionado com a Drenagem Urbana e Lixo”<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> Id. *ibid.* p. 3.

<sup>216</sup> Id. *ibid.* p. 4.

<sup>217</sup> Id. *ibid.* p. 4.

<sup>218</sup> Id. *ibid.* p. 6.

O Plano noticia ainda que não consta no programa da Cia. Riograndense de Saneamento - CORSAN, para os próximos dez anos, a implantação de esgotamento sanitário para a cidade de Carazinho. Os planejadores mesmo admitindo que a preocupação atual da CORSAN é, apenas, o abastecimento d'água<sup>219</sup> e que:

"A cidade de Carazinho não é atendida por rede de esgoto sanitário e também não dispõe de rede de esgoto misto porque praticamente não possui rede de esgoto pluvial. O esgoto sanitário de uma forma geral é lançado matura aos valos, córregos e arroios"<sup>220</sup>

Não apontam nenhuma proposta concreta e viável, ficando ao encargo "do município" (1) "assumir ou não o sistema de esgoto sanitário"<sup>221</sup>, quando uma das obrigações dos técnicos pagos para planejar é justamente a de indicar, com base em estudos de viabilidade, soluções a curto, médio e longo prazo constituindo-se desta forma o Plano Diretor, também, num instrumento de assessoria técnica ao prefeito, secretários municipais e vereadores.

O presente Plano Diretor limita-se na maioria das questões a descrever a "situação atual", isto é, a constatar o estado das "coisas" no momento da elaboração (1991-2). Assim, ainda na Introdução, relata a "situação atual" do município em relação à drenagem urbana e à infra-estrutura energética e de telefonia, conferindo especial destaque, como uma particularidade do município, às Centrais Elétricas de Carazinho S. A. - ELETROCAR. Essa empresa<sup>222</sup> dispõe de duas

---

<sup>219</sup> Id. *ibid.* p. 5.

<sup>220</sup> Id. *ibid.* p. 4.

<sup>221</sup> Id. *ibid.* p. 7.

<sup>222</sup> A ELETROCAR foi criada na gestão do Prefeito Ernesto Guilherme Keller Filho, pela Lei Municipal n 1664 de 07/02/1964, e iniciou suas atividades em 1968, sucedendo

usinas, a Usina Hidrelétrica Mata Cobra e a Usina Hidrelétrica Cobrado, e abastece parcialmente de energia elétrica os municípios de Carazinho, Chapada, Cobrado e Selbach.

A Lei do Plano Diretor no primeiro capítulo, "Disposições Preliminares", institui o Plano e define seu objetivo:

"Este Plano Diretor visa a organizar o espaço físico do município, para a plena realização das funções urbanas"<sup>223</sup>

O segundo capítulo normativa o zoneamento, os loteamentos, e as edificações. Dispõe que a área urbana "fica dividida em zonas diferenciadas pelos usos e/OU intensidade de ocupação", em:

Zona Residencial 1; Zona Residencial 2; Zona de Ocupação Prioritária; Zona Comercial 1; Zona Comercial 2; Distrito Industrial e Zona Mixta (sic)<sup>224</sup>

O terceiro capítulo trata da proteção ambiental. O Art. 28 estabelece:

"Como medida de proteção ao meio ambiente, é considerada como vegetação de preservação ecológica toda vegetação nativa dentro do perímetro urbano do Município e a vegetação contida nas áreas a seguir referidas: I- Nas encostas com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento); II- Nos topos das serras; III- No entorno dos arroios, cursos d'água e lagos"<sup>225</sup>.

---

a Autarquia Municipal: Serviços Carazinhenses de Energia Elétrica e Industriais.

<sup>223</sup> Danibo LANDÕ et al. op. cit. p. 13.

<sup>224</sup> Id. ibid. p. 15-8.

<sup>225</sup> Id. ibid. p. 25.

Este é um exemplo do discurso "incoerente, fragmentado e analiticamente indigente"<sup>226</sup> referido anteriormente. A Lei do Plano institui a Área de Preservação de Matas Ciliares ao longo das sangas, arroios e cursos d'água (Art. 28 § 3 ), porém, tendo sido constatado que o esgoto sanitário, na cidade de Carazinho, de uma forma geral, é lançado "in natura" nos valos, córregos e arroios<sup>227</sup> nenhuma medida de efetiva correção do problema foi proposta.

No quarto capítulo, "Recursos", o Art. 33 determina:

"Anualmente, no orçamento do Município, serão destinados recursos para a execução do presente que constarão igualmente, dos Programas Plurianuais de Investimento"<sup>228</sup>.

O quinto e i capítulo é o das "Di Gerais".

Fazem parte da Lei do Plano os seguintes elementos técnicos: Planta de Zoneamento e Planta do Sistema Viário Principais com especificação em planta dos gabaritos das vias.

Numa avaliação final e geral do Plano Diretor elaborado em 1991 constata-se que o mesmo busca, fundamentalmente, soluções técnicas para os problemas de Carazinho, não envolve gestão e articulação políticas. Os técnicos que o elaboraram descuidaram dos problemas globais, não viram a cidade como uma:

"Totalidade menor, dependente, ao mesmo tempo, de uma lógica local, de uma lógica nacional e de uma lógica mundial"<sup>230</sup>.

Os planejadores realizaram, basicamente, uma "operação

---

<sup>226</sup> Milton SANTOS, op. cit. 132.

<sup>227</sup> Danilo LANDÓ et. ai. op. cit. p. 4.

<sup>228</sup> Id. ibid. p. 27.

<sup>230</sup> Milton SANTOS, A Urbanização Brasileira, p. 12.

de maquilagem”<sup>231</sup> Um plano diretor que se apóia na simples análise formal da realidade aparente de uma cidade não poderá ser mais do que um projeto ideal, incapaz de resistir ao impacto dos acontecimentos urbanos. Um plano diretor deve resultar da compreensão do processo de g e desenvolvimento histórico da cidade e do conhecimento de sua realidade atual. Mas esta realidade não pode ser tratada somente como o conjunto de fatos aparentes que já atuam sobre a cidade. Esta realidade deve ser estudada como momento de um processo de desenvolvimento, como um encontro harmônico ou contraditório das condições legadas pelo passado com as condições previsíveis do futuro<sup>232</sup>.

Um plano diretor não é a solução para todos os conflitos que a cidade expressa. , sem dúvida, um instrumento limitado, mas por outro lado, constitui-se numa via privilegiada para explicitação desses conflitos. Portanto, os elaboradores de planos diretores não devem desperdiçar tal prerrogativa, sob pena de não irem além da apresentação de um conjunto de diagnósticos desarticulados.

---

<sup>231</sup> Id. O Espaço do Cidadão, p. 131.

## Capítulo IV

### CARAZINHO HOJE, CUI PRODEST?

Um povo será tanto mais livre das suas contradições sociais locais quanto mais apto for para integrá-las e, assim, superá-las; tornar coesa e eficiente a sua capacidade de processar as diferenças locais é registrar a etapa de uma mudança história que projeta o local no global e se explica nessa projeção.

Lucrécia Ferrara

#### 4.1 Carazinho e as peças do jogo urbano

Carazinho hoje: quem aproveita? responder ou constituir elementos de resposta a essa indagação é o que se pretende a seguir. Observada a evolução urbana da cidade de Carazinho, a percepção da cidade na ótica do Planejamento Urbano e diferentes percepções dos agentes sociais envolvidos na produção e reprodução desse espaço convém examinar, mais detidamente, quais os consumidores desse espaço; quais as ideologias subjacentes a essas percepções. Para tanto fará uso de uma alegoria: a cidade como um jogo de cartas<sup>233</sup>

A cidade pode ser comparada a um jogo de cartas na

---

<sup>232</sup> Edvaldo PAIVA et al. Plano Diretor de Passo Fundo, p. 18.

<sup>233</sup> Carlos Nelson Ferreira dos SANTOS, A Cidade como um jogo de Cartas, p. 49-55.

medida que o jogo urbano se joga sobre um sitio determinado que é a sua mesa. Nessa mesa se juntam parceiros que se embatem segundo os grupos e filiações a que pertençam<sup>234</sup> Tem-se técnicos e funcionários que representam o governo no caso, o municipal; as empresas que atuam por intermédio de investimentos, na indústria comércio, serviços e em especial no ramo da construção civil e imobiliário, cujas ações têm reflexos imediatos no espaço urbano, espaço da cidade; e a população fragmentada nos mais diversos grupos (vizinhança e parentesco, filiação política e religiosa, profissão, associações de moradores)<sup>235</sup> Mas, o enfrentamento entre esses "parceiros" e o acesso às normas do jogo urbano nem sempre é equilibrado. Há interesses de classes antagônicos que não deixam o jogo fluir democraticamente, o direito de participar de forma ativa nas decisões não é a todos estendido.

Na cidade de Carazinho o jogo não foi diferente, desde o início. Observe-se no item 2.3, supra, que tratou da formação do espaço urbano, espaço da cidade, onde se menciona Sebastião de Camargo, um bodegueiro que "planejava fundar uma freguesia", seu sonho foi frustrado, ele não possuía patrimônio suficiente para atender a exigência da legislação eclesiástica. Coube então a forasteiros de Ponta Grossa, família Vargas, com cabedal bastante e mais bem relacionada, possibilitar esse feito.

Após a emancipação politico-administrativa e apesar da vila viver um momento em que a madeira gerava grandes fortunas, o povo continuava "às escuras" e não lhe era permitido "ver" a escamoteação de seus "níqueis", conforme se escrevia na imprensa local, em 1932:

"Possuímos a mais engraçada das usinas hidroelétricas: quando faz seca, a luz se

---

<sup>234</sup> Id. *ibid.* p. 50.

<sup>235</sup> Id. *ibid.* p. 50-1.



assemelha a vela de sebo, e quando chove demais, como vem acontecendo, a nossa inefável luz elétrica fica mais tristonha que um candieiro sem querosene! Mas não para por aí a nossa desdita, não. Quando o tempo se firma alguns dias e a água aumentadora da turbina não é nem abundante nem escassa, ainda assim a luz enguiça, não clareia ... O interessante, porém, é que embora a luz não produza seus efeitos legais, a cobrança se faz religiosamente como se ela estivesse, como um sol, iluminando as trevas em que vivemos ... O povo vive às escuras, tropeçando aqui e ali, mas os cobres não encontram embaraço algum em se canalizarem para as algibeiras da simpática empresa que nos fornece a escuridão ... Como tateamos na mais densa escuridão não nos é permitido ver a escamoteação de nossos níqueis. Seria assim deselegante denunciar alguém... Por isso ficáramos por aqui... Boa noite, caro leitor"<sup>236</sup>.

Em que pese, em vários instantes, o tom jocoso, o texto é revelador de uma percepção que desnuda uma outra face do jogo urbano, que diz respeito à carência dos serviços prestados à população e às dificuldades que esta mesma população tem para exercer plenamente o direito de saber o destino da "res" pi

#### 4.2 A cidade e seus heróis

---

<sup>236</sup> "Luz-Luz, que não clareia ...", Jornal da Serra, Carazinho, 2 jun. 1932. Grifo nosso.

Com o morador do burgo, o burguês, nasceu o cidadão, o trabalhador livre. Stadtluft macht frei<sup>237</sup> Vivendo num lugar livre, a cidade, o homem tornava-se, ipso facto , livre e cidadão. Mas no jogo urbano da cidade não basta a liberdade formal do cidadão. Todos são iguais perante a lei, porém desiguais em oportunidades, portanto essa igualdade e essa liberdade de são meras ficções do ponto de vista da realidade social. Existe o uso ou o consumidor que é um cidadão mutilado:

“Que alimenta-se de parcialidade, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limita das, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, p ou privadas”<sup>238</sup>.

E o cidadão carazinhense tem consciência de si? Percebe-se na riqueza que cria? Interroga-se: Quem operava os engenhos da Carazinho Manchester da Serra? Quem conduzia os tratores e as automotrizes da Carazinho Capital do Trigo?<sup>239</sup>.

Com o intuito de compor um quadro representativo da memória urbana de Carazinho, analisou-se cerca de trinta Entrevistas de história Oral, realizadas pelo Projeto Memória Carazinhense, no período de junho de 1991 a junho de 1992, com pessoas idosas da comunidade<sup>240</sup>. Apesar das entrevistas terem colhido depoimentos de pessoas letradas e não-letradas, homens e mulheres de diferentes condições socioeconômicas,

---

<sup>237</sup> Provérbio alemão medieval, segundo o qual: O ar da cidade possui o dom de produzir liberdade.

<sup>238</sup> Milton SANTOS, O Espaço do Cidadão, p. 42.

<sup>239</sup> Perguntas inspiradas em “Fragen Eines Lesenden Arbeiters” de Bertold Brecht.

<sup>240</sup> Ecléa BOSI, Memória e Sociedade: lembranças de velhos; Vere- na ALBERTI, História Oral: a experiência do CPDOC; Carlos II. P. CORR História Oral: teoria e técnica.

cor da pele e credo religioso, foram raras as passagens em que entrevistado ou entrevistada viu-se, também, como sujeito na construção daquele espaço. A maioria dos depoentes limitou-se a prefeitos, comerciantes de destaque, famílias conceituadas e empresários com espírito altruísta. E, sem a idéia do "herói" que está embutida nessas percepções. Uma História construída de figuras proeminentes e personagens heróicos, na qual as marcas coletivas ficam esmaecidas e a cotidianidade de cada indivíduo obscurecida.

"Carazinho de heróis, no passado, Que forjaram os seus ideais Na extensão infinita dos campos Na imponência dos teus pinheirais"<sup>241</sup>.

O espaço urbano é então apreendido pelos seus habitantes como um palco de magníficos eventos e a história como espetáculo. A versão da história local concebida pelo grupo dominante e veiculada pelos historioficiais, é assumida como única.

#### 4.3 O direito à moradia

Na organização do espaço urbano, o lote é a unidade territorial mínima, que configura o domínio privado por excelência e serve para abrigar uma família ou um conjunto de famílias. Mas essa unidade mínima, o lote, bem não produzido, tem um preço.

"Regulado pelas condições de competição entre os v capitais e pelas possibilidades diferenciadas pelas diversas localizações no espaço urbano. Nesse sentido, o seu preço final será determinado

pelo uso hegemônico, ou seja, por aquele setor da atividade econômica que conseguir estabelecer a melhor localização/lucratividade, o que lhe permite pagar ao proprietário um maior valor pelo acesso à terra"<sup>242</sup>.

No Brasil, a partir da segunda metade da década de setenta os agentes privados, em decorrência do fim do chamado "milagre econômico brasileiro" passaram a:

"Redirecionar a sua ação para a ampla faixa populacional de baixa renda, que se apresentava na época, como mercado potencial capaz de oferecer bons retornos aos investimentos realizados"<sup>243</sup>

O Estado, por sua vez, retraiu suas atividades de agente direto da produção habitacional. Mas o seu papel de gerente do sistema consolida-se por meio das políticas que elabora e implementa e, especialmente, por intermédio dos recursos que coloca à disposição da iniciativa privada. , pois, nesse quadro que os agentes privados obtiveram condições para "controlar" e "impor" as regras de funcionamento de todo o sistema de promoção fundiária e imobiliária<sup>244</sup>

Atualmente observa-se que as maiores dificuldades que as pessoas que sonham com uma moradia decente encontram são: obtenção de lotes disponíveis nas proximidades da área central a preços compatíveis e o alto custo da construção. Isto para aqueles que ainda se acham em situação de resistir

---

<sup>241</sup> Hino do Cinquentenário de Carazinho, primeira estrofe.

<sup>242</sup> Luiz Cesar de Quejroz RIBEIRO, Adauto CARDOSO, loc. cit.

<sup>243</sup> Wrana Maria PANIZZI, "Da Legalidade par a Ilegalidade: A formação de micro-territórios urbanos", In: Naia OLIVEIRA, Tanya BARCELLOS, op. cit. p. 192-213.

<sup>244</sup> Id. ibid. p. 192

à favelização. Em Carazinho uma cidade de pequeno porte<sup>245</sup> os problemas de moradia eram visíveis já em fins da década de setenta, início dos anos oitenta. A cultura da soja amplamente subsidiada pelo Estado alterou o panorama sócio-econômico regional e por conseguinte de Carazinho. De um lado, um ciclo de prosperidade insinuava-se. De outro, acirravam-se as contradições sociais. Não se duvida de que a sojicultura proporcionou maior riqueza para a região. Os indicadores apontam, entretanto, para uma distribuição pouco eqüitativa dos ganhos entre os vários extratos sociais<sup>246</sup> nessa contextura que o "bóia-fria", trabalhador temporário contratado para capinar o inço nas granjas de soja, fixa-se na periferia da cidade, na favela.

"Enquanto vemos uma economia agrícola que se expande baseada na tecnologia moderna, utilizando não só máquinas agrícolas, mas também insumos que favorecem o crescimento da monocultura do soja – período 70/81, 612,9% – nas periferias urbanas encontramos uma população que cresce em condições de miséria total"<sup>247</sup>.

Em 1981, em uma edição comemorativa do cinquentenário de Carazinho, era afirmado:

---

<sup>245</sup> A população urbana de Carazinho é de 49.887 habitantes (dados do Censo Demográfico de 1991). Cf. Milton SANTOS, em que pese divergências de interpretação, hoje ao contrário das décadas de 1940–50, uma cidade para ser considerada de porte médio deve ter população em torno 100.000 habitantes. In: A Urbanização Brasileira, p. 70-1.

<sup>246</sup> Selina M. DAL'NORO, Aldomar A. RUCKERT, loc. cit.

<sup>247</sup> DIOCESE de Passo Fundo, X Plano Pastoral: Diretrizes 1987-1990, apud Elli BENINCA, Conflito Religioso e Prâxis, p. 127.

"Carazinho, hoje com mais de 50 mil habitantes, não foge a regra. Dos 39 bairros e vilas de Carazinho a maioria deles se ressentem de falta de melhores condições de vida, não podendo contar com . encanada, luz elétrica, calçamento, recolhimento de lixo e uma série de outros serviços"<sup>248</sup>.

Esses são na verdade indícios de um crescente processo de favelização, como bem comprovam as fotografias da época. Quando se fez referência ao Plano Diretor de 1969, item 3.4, comentou-se a dificuldade que a população afastada do centro da cidade tinha para usufruir dos equipamentos sociais. Doze anos se passaram e percebe-se um agravamento daquela situação. A par disso as "autoridades municipais competentes" apontam como "obra de maior relevância nos últimos tempos", a rigor uma benesse ocasional, o loteamento Vila Esperança<sup>249</sup>. Iniciada em fins de 1980, a "obra" isolou "às margens da BR-386, próximo da Pedreira Municipal" 550 pessoas, entre adultos e crianças. Bem ao estilo segregacionista esses "excluídos" foram retirados das "beira de sangas" e confinados longe de recursos. E a Vila Esperança, sem esperança de dispor dos bens e serviços urbanos. A edição citada ainda menciona que:

"Em fevereiro de 81, o então prefeito em exercício, Hélio Rocha esteve no Passo do Carazinho e sentiu na carne o estado de pobreza dos moradores, que segundo cálculos já realizados, ultrapassaram os 1.200"<sup>250</sup>

Provavelmente o vice-prefeito não sabia que:

"Morar na periferia é se condenar duas vezes

---

<sup>248</sup> "Bairros e Vilas. As maiores dificuldades dos administradores", Carazinho.

<sup>249</sup> "Bairros e Vilas..." loc. cit.

<sup>250</sup> "Bairros e Vilas..." loc. cit.

à pobre gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem somente na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público.<sup>251</sup>

Enfim, em 1981 estas eram as marcas que a paisagem urbana registrava. Era pois o contraponto do "maior parque lavoureiro mecanizado da América Latina" (vide supra p. 63)

No início de junho de 1993, mediante uma "sindicância para verificação de indigência" ficou constatado que 10% dos habitantes do perímetro urbano de Carazinho vivem na condição de indigentes<sup>252</sup>. O órgão encarregado da sindicância, o departamento Municipal do Bem Estar Social - DEMBES, cadastrou 752 famílias, a maioria vivendo em subabitações, em terrenos não urbanizados de áreas ribeirinhas. Essa população com cerca de 4.500 pessoas é constituída por adultos sem ocupação regular e crianças com escolaridade precária (500 crianças freqüentam creches mantidas pela Prefeitura Municipal)

De 9 a 12 daquele mês o DEMBES efetuou um "Levantamento de Habitações Irregulares", que confirmou e acrescentou novos dados à sindicância. Contudo a Diretora do DEMBES considerou

---

<sup>251</sup> Milton SANTOS, op. cit. p. 115.

<sup>252</sup> "Carazinho. Cidade tem 10% de miseráveis", Correio do Povo, Porto Alegre, 12 jun. 1993.

o índice de "miseráveis baixo se comparado a outras cidades" e portanto exagerada a notícia veiculada pelo jornal Correio do Povo.

Os resultados do levantamento do DEMBES, que infelizmente não mereceu a atenção necessária por parte de seus elaboradores, são extremamente significativos, revelando que:

a- os moradores que estão sob "tetos irregulares", ocupando terrenos urbanos (ociosos, em geral não urbanizados), e portanto, desde um ponto de vista do Direito vigente, praticando um ato ilegal de esbulho possessório, são em sua maioria "bóias- frias", que sobrevivem como trabalhadores sazonais nas granjas, biscateiros, catadores, ou trabalhadores eventuais, serventes de pedreiros, faxineiras e lavadeiras;

b- o nível médio de renda familiar mensal situa-se entre um e um meio salário mínimo; o grupo familiar é composto em média por seis pessoas;

c- parte dos terrenos ocupados pertencem a grandes proprietários de terrenos urbanos, todos membros de "famílias tradicionais" de Carazinho (Graeff, Albuquerque, Loeff, entre outras);

d- parte dos terrenos ocupados são áreas do município ou da Rede Ferroviária Federal S.A.;

é- o total das áreas de terrenos urbanos cadastrados como ocupados irregularmente por terceiros (ou como baldios adjacentes àqueles) e pertencentes a particulares (cf. supra letra c), perfazem 204.400 m<sup>2</sup>;

f- em relação ao abastecimento de água 60% desses moradores têm acesso à água fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, os restantes 40% usam água de poço;



g- as águas das sangas, à margem das quais estão localizadas as habitações, são contaminadas por esgoto cloacal;

h- das treze áreas cadastradas, dez ficam alagadas, total ou parcialmente, por ocasião das chuvas;

i- o período inicial de ocupação dos terrenos varia entre os primeiros anos da década de setenta e fevereiro de 1993;

j- as áreas com maior densidade de ocupação estão situadas na Rua Charrua, junto à sanga do frigorífico (170 famílias) e no Passo do Carazinho (138 famílias).

É fácil concluir que essas "habitações irregulares" estio em áreas periféricas, insalubres e de alto risco.

Outrossim destaca-se que esse cadastro do DEMBES não cobre o contingente de "3.514 famílias que passam fome em Carazinho", conforme estima a UACC - União das Associações Comunitárias de Carazinho no relatório, publicado na imprensa local, que buscou mapear a fome, apontar necessidades emergências e sugerir soluções, intitulado "Efeitos Sociais da Miséria e da Fome"<sup>253</sup>

Uma questão que deve estar presente, também, na critica dos dados do DEMBES é o enfoque ultrapassado de "habitações irregulares ou clandestinas":

"Hoje se reavalia a visão de cidade que considera os espaços ilegais (vilas irregulares ou clandestinas) uma questão à parte, uma anomalia. Hoje se entende que a cidade informal é decorrência da cidade-legal, pois cada vez a lógica capitalista re

---

<sup>253</sup> "A União das Associações Comunitárias de Carazinho na Ação da Cidadania", Diário da Manhã, Carazinho, 27 jul. 1993.

produz no espaço a desigualdade social que é a sua própria essência”<sup>254</sup>.

#### 4.3.1 Projetos habitacionais segregacionistas

A população de baixa renda, sem moradia, das cidades está condicionada a receber um lote ou uma “casa construída especialmente para pobre”. São “habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidade”<sup>255</sup>.

Geralmente os locais escolhidos para construção dessas casas “subnormais” são pontos afastados e sem infraestrutura. A política é colocar esses “miseráveis” donos somente de sua força de trabalho, e esta por vezes combatida pelas más condições de vida, em lugares distantes para “não agredir” a sociedade, ou melhor, uma classe média não culta<sup>256</sup>. Lobato Corria considera a segregação residencial “uma expressão espacial das classes sociais”, que implica necessariamente “separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas”<sup>257</sup>.

Em Carazinho alguns projetos habitacionais foram realizados pelo Sistema Financeiro da Habitação COHAB/RS<sup>258</sup>.

Etapa	Ano	Local	Imóveis	financiados
1	1968	Vila São Pedro	20	unidades
2	1968	Vila Sommer Velha	72	
3	1977	Vila Oriental	291	

---

<sup>254</sup> Marta GHEZZI, loc. cit.

<sup>255</sup> Milton SANTOS, op. cit. p. 46.

<sup>256</sup> Id. ibid. p. 46

<sup>257</sup> Roberto Lobato CORR2A, O Espaço Urbano, p. 61-6.

<sup>258</sup> Cf. dados fornecidos pelo Escritório Regional da COHAB/RS em Carazinho, 14 set. 1993.

4	1977 terrenos próprios	19	"
5	1978 " "	39	
6	1979 Vila Sommer Nova	93	"
7	1979 Vila Ouro Preto	169	
8	1979 terrenos próprios	66	
9	1980-84 " "	49	
10	1985 Vila Profilurb Sommer	209	"
11	1986 terrenos próprios	2	
12	1987-88 " "	165	"
13	1990 " "	64	"
14	1992 lotes urbanizados	4	

Total em 24 anos 1.262

São, via de regra, projetos segregacionistas e acima de tudo massificadores, pois originam:

"Áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes"<sup>259</sup>.

Em 1989, o recém eleito prefeito municipal, José Espanhol afirmava:

"Tem famílias que preferem morar na beira da sanga do que ter que ir para um local mais afastado do centro, ganhando uma moradia mais digna. Vi isso durante a campanha"<sup>260</sup>.

O edil "viu" mas não entendeu que as pessoas preferem as beiras das sangas porque apesar de morarem mal estão mais

---

<sup>259</sup> Roberto Lobato CORRÊA, op. cit. p. 63.

<sup>260</sup> "Nós estamos planejando uma cidade mais humana", Diário da Manhã, Carazinho, 24 jan. 1989. Grifo nosso.

próximas dos equipamentos sociais, em sua maioria concentrados no centro da cidade.

Além do que, esses projetos habitacionais executados pela COHAB não conseguiram atender, em Carazinho, a demanda de moradias da parte da população de baixa renda (às vezes sem renda alguma). Essa defasagem se deve, primordialmente, aos míseros investimentos na construção de moradias para uma população de exígua demanda solvável, e à crescente condição de miséria.

Numa sociedade de liberdades e direitos mutilados para alguns, o arremate não poderia ser outro: os privilegiados do jogo urbano são os que mais se beneficiam e usufruem dos bens e serviços urbanos. O valor do indivíduo depende, em grande medida, do lugar onde esta.

#### 4.4 O acesso aos bens e serviços urbanos

No Brasil o acesso aos bens e serviços essenciais, quer p ou privados, é por demais contrastante. A grande maioria dos brasileiros não usufrui desses bens e serviços, ou or que tais serviços inexistem na área, ou, simplesmente, por. não podem ser alcançados por falta de dinheiro ou de tempo:

"As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo 'passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania"<sup>261</sup>.

Em Carazinho a situação de algumas Vilas e Bairros não destoa da situação de inúmeras cidades brasileiras. Há vilas

---

<sup>261</sup> Milton SANTOS, op. cit. p. 112.

e bairros em que o acesso aos bens e serviços está em muito prejudicado. o caso dos Bairros Vila Rica (1), Aurora, Wincler, Princesa e Medianeira, onde a comunidade reclama, constantemente, não poder usufruir plenamente, em função da distância, de abastecimento de água e energia elétrica, postos de saúde, farmácias, escolas, áreas de lazer, supermercados, transporte coletivo, entre outros.

Importa realçar que há 24 anos sugeriu-se que em Carazinho os equipamentos sociais e de serviços fossem mais bem distribuídos<sup>263</sup>. A não observância dessa e de outras sugestões, de igual teor, mantém até hoje grande parcela da população despercebida e desapercibida.

#### 4.5 A cidade como dimensão simbólica

O espaço urbano, espaço da cidade que é simultaneamente articulado e fragmentado, reflexo e condicionante social, possui uma dimensão simbólica. Por ser a cidade lugar onde classes sociais vivem e se reproduzem, constitui-se além do cotidiano, crenças, valores e mitos, os quais são projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, ruas especiais<sup>264</sup>. Armand Frémont considera que:

"Se o espaço restitui a realidade social, integra também as suas idealizações, cuja consciência pode ser mais viva que a de relações mais materiais"<sup>265</sup>.

Estas idealizações, símbolos ou referenciais são no entanto dinâmicos:

---

<sup>263</sup> Ignez d'AVILA et ai. op. cit. p. 100-1.

<sup>264</sup> Roberto Lobato CORRÊA, op. cit. p. 9.

<sup>265</sup> Armand FR! Região, espaço vivido, apud Rogério }I. da COSTA, RS: Latifúndio e Identidade Regional, p. 20.

"Uma vez que aqueles significados são relações sociais e que o contexto em que a adaptação do espaço se situa também se modifica continuamente. As adaptações do espaço são, freqüentemente, construídas como símbolos do poder, e, por aí, os recursos formais são a escala exagerada, a altura e as situações elevadas, buscando associações com o divino"<sup>266</sup>

Carazinho no processo de produção do seu espaço construiu vários símbolos. Referir-sê-la, a título de exemplo, três deles: o Bombeado, a Rua das Tropas e a Praça.

O monumento ao Gaúcho Bombeador<sup>267</sup> executado pelo escultor riograndense Vasco Prado, uma estátua em pedra, está localizado na Avenida Flores da Cunha, principal via da cidade, em frente a estação rodoviária, na Praça das Bandeiras. Consta que Vasco Prado teria se "inspirado" na figura de Pedro Vargas, considerado o fundador de Carazinho. Na base do monumento encontra-se a seguinte inscrição: "A Pedro Vargas, homenageando sua gente, ele sonhou uma cidade e morreu pelo homem".

Álvaro Vargas, descendente em 5 geração de Possidônio Ribeiro de Sant'Anna Vargas, pai de Pedro Vargas, refere:

"Elogiada por muitos e por muitos não conhecedores de seu significado, ridicularizada, tem essa obra um significado bastante profundo e que foi bem expresso pelo artista"<sup>268</sup>.

O monumento ao bombeador é pois um símbolo de uma das versões sobre a história da cidade. Sem d a defendida pelo

---

<sup>266</sup> - Geraldo SERRA, O Espaço Natural e a Forma Urbana, p. 60.

<sup>267</sup> Bombeador (termo regional, RS) do vb. bombear = espiar, espionar, espreitar com atenção; tb. bombeiro.

<sup>268</sup> Álvaro VARGAS, op. cit. p. 51.

grupo dominante local, no qual a família Vargas ocupa lugar de destaque. Não há documentação histórica que autorize afirmar que Pedro Vargas foi o fundador de Carazinho<sup>269</sup> mas as instituições locais oficializaram-no como tal. E hoje em Carazinho, Pedro Vargas é nome de rua e patrono de Museu e Centro de Tradição Gaúcha.

A "rua das tropas", Rua Sete de Setembro, atual Avenida Pátria, é outro símbolo da cidade. É um símbolo do tropeirismo na região. Essa rua, conforme se pode verificar nas Entrevistas de História Oral, é bastante mencionada.

Rufina Lara Oliveira dos Santos, a "N Rufina", relembra:

"A rua das tropas ... passava tropa e passava boiada, era bonito de ver, passavam as tropas, passavam os burros, com os sininhos, no pescoço, então era esburacada, tinha poucos moradores, era assim a Rua das Tropas que eu conheci"<sup>270</sup>.

A Praça Albino Hillebrand, antiga Praça Brasil, é a praça central, espaço símbolo das manifestações e ritos (pi Antes da doação do terreno para a constituição da Freguesia) o local já servia de ponto de reunião em tardes domingueiras, ali ficava o partidor de uma cancha de carreiras<sup>271</sup>. Com poucos lugares destinados a divulgações p em Carazinho, a praça tem sido ao longo dos anos o locus preferido para comemorar, comunicar, festejar, protestar, denunciar. 11 na praça que a sociedade hierarquizada se explicita, se mostra, busca inverter a dominação. A praça já não é apenas espaço pi mas o palco onde se dramatiza a inversão: o "mundo de cabeça

---

<sup>269</sup> Pedro A. Verissimo da FONSECA, Formação do Gaúcho, p. 106-12; ver tb. supra p. 46-7.

<sup>270</sup> Rufina Lara Oliveira dos SANTOS, Entrevista, fala 44.

<sup>271</sup> Alvaro R. VARGAS, op. cit. p. 51.

para baixo"<sup>272</sup>.

Os ritos religiosos (procissões), os ritos cívicos (parada de Sete de Setembro), os ritos festivos (espetáculos, tertúlias), atividades culturais, ponto de encontro e de lazer, atividades políticas (comícios, atos reivindicatórios ou de protesto), todas essas manifestações têm a praça como palco. Vale referir, embora anacrônica, uma manifestação em 1946; o jornal local informava:

"Carazinho, a cidade modelo, repudiou patrioticamente em plena praça pública o Comunismo Ateu e Pagão"<sup>273</sup>.

#### 4.6 A cidade e o direito à informação

O espaço urbano, fragmentado e articulado, gera também uma sociedade desenformada e portanto limitada para exercitar seu direito de participar efetivamente das decisões e da formulação de políticas para a cidade.

Milton Santos considera que o homem vive numa "sociedade informacional, que entretanto lhe recusa o direito a se informar"<sup>274</sup>. A informação passa a ser um privilégio:

"Do aparelho do Estado e dos grupos hegemônicos, constituindo uma estrutura piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio. Para os demais não, há

---

<sup>272</sup> Peter BURKE, *Cultura popular na idade moderna*, p. 210 e seq.

<sup>273</sup> Noticioso, Carazinho, 6 nov. 1946.

<sup>274</sup> Milton SANTOS, op. cit. p. 127



praticamente, caminho de ida e volta. São apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e códigos com que a mídia trabalha”<sup>275</sup>.

É imprescindível realçar que quando se fala em direito à informação na cidade na socialização de informações de toda ordem, por exemplo, sobre o planejamento urbano, sobre as leis, sobre a documentação histórica e inclusive sobre o próprio passado de construção do espaço urbano.

O planejamento urbano, como percepção prática do espaço da cidade, geralmente tem sido realizado alheio às opiniões e sugestões da sociedade. As pessoas a quem o planejamento se destina, geralmente, não têm acesso aos documentos finais, e muito menos aos documentos de base.

“Nada é mais difícil ao comum dos mortais que poder consultar ou mesmo ver as informações que serviram de fundamento à redação do que depois será apresentado como projeto ou plano”<sup>276</sup>.

Para a cidade de Carazinho foram realizados três planos diretores, dois não foram publicados e sequer constam nos arquivos municipais. Nas entrevistas de história oral compulsadas não há referência alguma, conforme já citado, aos planos de 1946 e 1969. Intui-se daí que o processo de feitura desses planos ignorou os vários segmentos da comunidade, não lhes facultando o direito de informar-se, discutir as propostas dos especialistas, apresentar sugestões e críticas. Quando da elaboração do plano de 1969 um grupo de empresários e administradores participou de reuniões com a equipe técnica

---

<sup>275</sup> Id. *ibid.* p. 127.

<sup>276</sup> Id. *ibid.* p. 131.

da SURBAM<sup>277</sup>.

Em 1909 o prefeito José Espanhol declarava, com entusiasmo, o porquê da escolha de um arquiteto a frente da secretaria do planejamento:

"Quando optei por um arquiteto nessa secretaria foi - para que fizesse um planejamento para nossa cidade e é isso que vais ser feito. Hoje a prefeitura conta com 5 pessoas entre arquitetos e engenheiros. Eles vão planejar uma cidade mais digna"<sup>278</sup>.

E foi exatamente o que aconteceu, eles, os arquitetos e engenheiros "planejaram a cidade". A empresa contratadas Danilo Landó Consultores Brasileiros Associados, supra citada, iniciou a elaboração do atual Plano Diretor do Município de Carazinho em 1990. Concluído em 1992, foi aprovado por unanimidade pela Câmara

Municipal de Vereadores, às vésperas das festas de fim de ano (vide nota 209)

De acordo com relato de um membro daquela Câmara, durante o processo de discussão do ante-projeto do Plano Diretor todas as entidades de classe e associações de moradores foram convidadas a opinar, mas só compareceram representantes da Associação Comercial (ACIC), do Clube dos Diretores Lojistas (CDL) e da Construção Civil<sup>279</sup>. Por que será? E evidente que numa sociedade hierarquizada os que "estão no topo" têm mais condições de usufruir das informações, e orientá-las em seu interesse. Para os menos favorecidos, quer economicamente e/ou culturalmente, um convite via associação de moradores não é suficiente. A

---

<sup>277</sup> Informação prestada por João d'Avila.

<sup>278</sup> "Nós estamos planejando ..." loc. cit. Grifo nosso.

maioria das pessoas não estão organizadas em associações. Além do que as associações de moradores são de um modo geral pouco representativas. Muitas vezes, as informações de interesse dos menos favorecidos são transmitidas incompletas, quando não deformadas.

Percebe-se então que novamente não houve amplo anúncio da elaboração do plano diretor, foi assim em 1946 e em 1969, ficando sua execução reduzida a "arte do traçador de planos"<sup>280</sup> e à participação dos setores mais bem informados da sociedade. Os vereadores, por sua vez, em meio a tantas questões importantes que mereciam sofrer emendas, como por exemplo a questão do saneamento, do meio-ambiente, da distribuição dos equipamentos sociais, do zoneamento, formular 26 emendas, todas relativas a questões perfeitamente sintonizadas com os interesses das empresas loteadoras, da construção civil, e incorporadoras imobiliárias, em especial, Índice de Aproveitamento (IA) e Taxa de Ocupação (TO)<sup>281</sup>

A esse propósito Marta Guezzi apresenta algumas considerações pertinentes:

"Não podemos esquecer que existe uma relação muito estreita entre os instrumentos de controle do uso e da ocupação do solo e do lucro imobiliário. Uma modificação

---

<sup>279</sup> Informação prestada pelo ex-Vereador Lauri Hackenhaar em 14 set. de 1993.

<sup>280</sup> Marcel POETE, "Introduction à l'urbanisme", In Françoise CHOAY, op. cit. p. 281-4.

<sup>281</sup> Índice de Aproveitamento é igual a  $N \times \text{área do terreno} = \text{área total construída}$ , N está em função da densidade máxima a ser alcançada numa determinada área urbana (ou em várias) Taxa de Ocupação é igual ao percentual do terreno a ser ocupado pela construção e em decorrência as áreas livres (jardins e parques, por ex.).

aparentemente inexpressiva no potencial construtivo de um terreno pode implicar centenas de metros quadrados a mais de área construída, enquanto uma alteração no zoneamento de usos para permitir a localização de uma determinada indústria pode resultar em prejuízos ambientais graves. Esses favorecimentos ocorrem com frequência por via legal, ou seja, com o aval de câmaras de vereadores que aprovam emendas com endereço certo"<sup>282</sup>

Problemas dessa ordem somente serão resolvidos quando na cidade os canais de informação forem permanentes, possibilitando vias democráticas mediante as quais a comunidade, também, formule e defina políticas para o espaço urbano, e fiscalize a execução das mesmas. A informação é condição sine qua non para que o cidadão possa participar e negociar as regras do jogo urbano. A arquiteta Suzana Moura atribui significativa importância à formação de canais permanentes de participação:

"A constituição de canais permanentes de participação assume importância na medida em que a democratização dos procedimentos de formulação e definição de políticas requer o conhecimento e a negociação aberta dos diversos interesses coletivos presentes na cidade, colocando-se portanto, em contraposição aos mecanismos informais de acesso de determinados setores, às elites

---

<sup>282</sup> Marta GLIEZZI, "Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul - Planos Diretores: Realidade e Perspectivas", In: N. OLIVEIRA, T. BARCELLOS, op. cit. p. 38-9.

locais, aos centros decisórios”<sup>283</sup>

A cidade de hoje não é só o que está sendo. Tudo o que ela é ou venha a ser está estreitamente relacionado com o que aconteceu antes, ou seja, a cidade de hoje é sobretudo um signo do seu passado. Destarte, é cada vez mais imprescindível a população urbana ter acesso às informações que contenham dados sobre o passado do espaço que habita. Há verdadeiros estoques de informações históricas sobre cidades manipulados por umas poucas pessoas, a socialização dessas informações é indispensável para que a comunidade possa orientar-se e burilar sua percepção do espaço urbano, espaço da cidade, percepção que muitas vezes é prejudicada pela carência de informações sobre sua história.

É muito comum em pequenas cidades o uso de documentação local ser privilégio de uns poucos, que se apegam aos documentos sonegando-os à comunidade e aos pesquisadores. A historiadora Janaina Ribeiro aponta algumas razões para que tal ocorra:

“Isto talvez aconteça porque, em locais menores, onde predominam relações de tipo pessoal e privado, haja mais dificuldade em identificar patrimônio histórico com patrimônio público. Mas acontece também porque, nestes lugares, muitos ‘donos’ da documentação pertencem às oligarquias locais, estão habituados a mandar”<sup>284</sup>

Na cidade de Carazinho a situação não é diferente, há

---

<sup>283</sup> Janaina AMADO, “História e Região: reconhecendo e construindo espaços”, In: Marcos A. da SILVA, op. cit. p. 7-15.

<sup>284</sup> Suzana MOURA, “Perspectivas de Democratização da Gestão Municipal” In: N. OLIVEIRA, T. BARCELLOS, op. cit. p. 43-53.

farta documentação guardada por algumas famílias, que passa de geração em geração, fato que cria uma ignorância generalizada sobre a história da cidade. À comunidade impedida de saber sobre seu passado não resta outra alternativa se não adotar para si a versão da história elaborada pelos pensadores a serviço da classe dominante. o momento em que a ideologia se torna "universal", ou seja, aceita inclusive pelos dominados.

Fundamentada em Gramsci, Marilena Chaui argumenta que a ideologia transforma-se em senso comum, isto é, populariza-se, torna-se um conjunto de idéias e valores concatenados e coerentes, aceitos e interiorizados pela consciência de todos os membros da sociedade (incluídos os não dominantes)<sup>285</sup>

É dessa tessitura que surgem as Histórias de cidade enaltecedoras dos grandes feitos e arroladoras de nomes ilustres. O Projeto Memória Carazinhense<sup>286</sup>, criado em julho de 1991 objetiva romper com esse tipo de História. Por intermédio de entrevistas de História Oral busca democratizar a construção da História. A seleção dos entrevistados tem procurado atender a cortes horizontais (inclusão de elementos do mesmo nível sãcio econômico mas em posições diferentes) e a cortes vcrticais (inclusão de elementos de níveis sócio-econômicos diferentes dentro das mesmas funções)<sup>287</sup>

Ao discorrer sobre o conhecimento global da localidade, Lucrécia Ferrara atribui significativa importância à

---

<sup>285</sup> Marilena CHAUI, O que é ideologia, p. 109 seq.

<sup>286</sup> O Projeto Memória Carazinhense é coordenado e executado pela Fundação Desportiva e Cultural de Carazinho - FUNDESCAR, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Des porto, do Museu Municipal Pedro Vargas, da 39 Deleg de Educação e da Biblioteca Pi Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho.

<sup>287</sup> Ney Eduardo d'AVILA, Silvana Santos de MOURA, Entrevista de História Oral: Manual Básico, p. 7.

informação como meio de permitir a leitura do local no "parâmetro das diferenças que estabelecem particularidades e, aí, alicerçam sua identificação", entendendo a autora que nos dias atuais impõe-se "como forma de reconhecimento, conhecer outra vez, sob as novas luzes da informação global a realidade local"<sup>288</sup>. Argumenta que essa reflexão sobre o local não deve ser confundida com a superada "nostalgia individualista do pitoresco regional ou nacional"<sup>289</sup>. O local deve portanto ser pensado de modo abrangente e integrador:

"Pensa-se globalmente a localidade a fim de entender a diferença que lhe permite ter existência, voz e voto no panorama de uma aldeia global descentrada, anti-hegemônica"<sup>290</sup>.

A autora acrescenta ainda que o estudo do passado ganha especial importância nessa releitura do local. O passado, conforme entende, possibilita aprender, rever e reconhecer como se pode reverter o presente e construir o futuro. A realização de uma informação democrática depende da:

V. "Coragem cultural de reconhecer um cotidiano cultural alienado que reprime e ilude o exercício ancestral da cidadania"<sup>291</sup>

Em resumo, pode-se afirmar que o direito à informação é peça fundamental para que o morador-cidadão, e não o proprietário-consumidor, enxergue:

"A cidade como um todo, pedindo que a façam evoluir segundo um plano global e uma lista

---

<sup>288</sup> Lucrécia D'Alessio FERRARA, "O mapa da mina, Informação: espaço e lugar", In: Milton SANTOS et al. Fim de Século e Globalização, p. 161-71.

<sup>289</sup> Id. *ibid.* p. 169.

<sup>290</sup> Id. *ibid.* p. 169.

<sup>291</sup> Id. *ibid.* p. 170

correspondente de prioridades, em vez de se tornar o egoísta local, defensor de interesses de bairro ou de rua, mais condizentes com o direito fetichista da propriedade que com a dignidade de viver”<sup>292</sup>

Retomando: Carazinho hoje, cui prodest? No contexto sócio econômico-cultural que Carazinho apresenta sobram indícios denotadores de uma desigualdade social, embora esta seja, muitas vezes, camuflada pela suposição, nem sempre correta, de que os problemas das pequenas cidades não apresentam a gravidade dos das metrópoles. O espaço urbano, em suma, é aproveitado por aqueles que na hierarquia social se acham mais bemcolocados, concentram grande quantidades de lotes urbanos, gozam privilegiadamente de direitos que são públicos, monopolizam as informações, tomam para si o direito de exclusividade do uso de documentos históricos, e impõem um ritmo ao jogo urbano que vai deixando marcas indisfarçáveis de miséria e desigualdade. Resta então inquirir: Quousque tandem?

---

<sup>292</sup> Milton SANTOS, op. cit. p. 129.



## CONCLUSÃO

A realidade é sempre mais rica que as nossas teorias, essa é a primeira consideração necessária que se faz, à guisa de advertência, antes de prosseguir dando conta das conclusões que o estudo de História realizado sobre a cidade de Carazinho, vista como espaço urbano, permitiu constituir.

O estudo realizado sobre o espaço urbano, espaço da cidade de Carazinho, levando em linha de conta que a (re)produção do espaço não se faz sem os conflitos, e nem as contradições inerentes a uma sociedade de classes, mostrou quais são as visões e versões "mais verdadeiras", "mais reais" acerca do espaço da cidade.

As concepções hierarquizadas povoam o ambiente urbano de Carazinho desde seus primórdios. Quando se tratou de verificar a construção do espaço urbano, espaço da Cidade notou-se com mais intensidade a percepção dominante. Essa percepção destaca na construção do espaço da cidade o rol dos "senhores de engenho" (madeireiros), dos atafoneiros, dos granjeiros. É a ação quase sobre-humana desses indivíduos que "herculeamente" construiu a cidade. Como se as serrarias e atafonas não fossem operadas por trabalhadores, e como se as máquinas que cultivam a terra não necessitassem de condutores e mecânicos.

Percebeu-se que a história do espaço urbano carazinhense, desde sua formação, transmitida aos seus habitantes, é uma arenga rançosa e mal feita. São sempre os mesmos heróis, os mesmos feitos, as mesmas personagens, as mesmas autoridades que se prestigia e enaltece, as mesmas explicações. Faz-se necessário um elã revisionista que labore a História de Carazinho com novos objetos, novas abordagens, novos problemas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### a- Livros e artigos

- 1- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1980. 212 p.
- 2- ALONSO, José <sup>a</sup> Fialho. "Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo - RS: 1939-87". **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 10(2):285-302, 189.
- 3- ALVES, Paulo, MASSEI, Roberto Carlos C. "Fotografia e História". **História**. São Paulo/UNESP, 8(8):81-6, 1989.
- 4- ANDERSON, Perry. **Passagens Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1987. 293 p.
- 5- ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: As Oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. 120 p.
- 6- AVILA, João d'. "O Desenvolvimento Econômico de Carazinho". **A Unidade**, Carazinho, ed. Especial, 24 set. 1971. P. 10-3. Fundação do Município de Carazinho. 11-3, jan. 1971.
- 7- AVILA, Ignez d' et al. **Plano Diretor de Carazinho**. Porto Alegre, Mapoteca SURBAM, Urbanismo, 1970. 105 p. [mimeo].
- 8- AVILA, Ney Eduardo d'. **O Historiador Passo-Fundense Antonino Xavier**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. 172 p.
- 9- \_\_\_\_\_, MOURA, Silvana Santos de. **Entrevista de História Oral: Manual Básico**. Carazinho, FUNDESCAR. 1991. [mimeo].
- 10-AZEVEDO, Fernando de. Formação e Expansão das Cidades. In: FERNANDES, Florestan org. **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional. 1972. 587 p.
- 11-BARBOSA, Fidelis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. J. ed. Porto Alegre, EST, 1985. 248 p.
- 12-BARLEZE, Romeu. "Reminiscências". **Carazinho**, 1981. P. 53.

- 13-BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo, Perspectiva, s. d. 728 p.
- 14-BENINCA, Elli. **Conflito Religioso e Práxis**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.
- 15-BESSELAAR, J. van den. **Introdução aos Estudos Históricos**. 5. Ed. São Paulo, EPU, 1979. 340 p.
- 16-BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 4. ed. Lisboa, Europa-América, [s.d.] 173 p.
- 17-BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, Queroz/EDUSP, 1987. 402 p.
- 18-BREITBACH, Aurea Corrêa de. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, FEE, 1988. 96 p.
- 19-BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 127 p.
- 20-BURKE, Peter org **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, EDUNESP, 1992.
- 21-\_\_\_\_. **A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo, EDUESP, 1991. 154 p.
- 22-\_\_\_\_. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- 23- CAFRUNI, J. E. **Passo Fundo das Missões**. Passo Fundo, A Nação, 1966. 662 p.
- 24-CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. 7 ed São Paulo, Brasiliense, 1988. 141 p.
- 25-\_\_\_\_. **A Cidade-Estado Antiga**. São Paulo, Ática, 1985. 95 p.
- 26-CARLOS, Ana Fani A . **Espaço e Indústria**. 3 ed. São Paulo, Contexto, 1990. 70 p.
- 27-\_\_\_\_. **A Cidade**. São Paulo, Contexto, 1992. 98 p.
- 28-CARR, E. H. **Que é a História?** Lisboa, Gradiva, 1986. 129 p.
- 29-CARRION Jr. Francisco M. A Economia do Rio Grande do Sul - Evolução Recente. In: DANACAL, J. H. org. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. P. 403-21.

- 30- CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 31- \_\_\_. **La cuestión urbana**. Mexico, Siglo Veinteuno, 1978.
- 32- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- 33- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 26. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1988. 125 p.
- 34- CHILDE, V. Gordon. **O Que Aconteceu na História**. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 292 p.
- 35- \_\_\_\_\_. **A evolução Cultural do Homem**. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 229 p.
- 36- \_\_\_\_\_. **A Pré-História da Sociedade Européia**. 2 ed. Lisboa, Europa-América, s. d. 204 p.
- 37- CHOAY, Françoise. **El Urbanismo, Utopias Y Realidades**. 2. ed Barcelona, Lumen, 1976. 539 p.
- 38- CONTE, Giuliano. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo**. 2. ed. Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- 39- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis, UFSC, 1978. 91 p.
- 40- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo, Ática, 1989. 96 p.
- 41- \_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989. 94.
- 42- COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul - completo estudo sobre o Estado**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1922. 524 p
- 43- COSTA, Rogério Haesbaert da. **RS: Latifúndio e Identidade Regiona**l. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1938. 104 p.
- 44- CRUZ, João A Xavier da. "Nossa Terra e nossa gente", **Diário da Manhã**, Carazinho, 220out. 1980.
- 45- CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. **Rio Grande do Sul: contribuição para o estudo de suas condições econômicas**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908. 411 p.
- 46- DAL'MORO, Selina Maria & RUCKERT, Aldomar Arnaldo. A Agricultura no Processo de Desenvolvimento no Planalto Médio Rio-Grandense. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo**. Passo Fundo, EDUFF, 39:78, 1986.

- 47-DORNELES, Fátima. Pinheiro Marcado 160 anos de História. Sarandi, A Região, 1987.
- 48-DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo/Ensaio, Campinas/Unicamp, 1992. 267p.
- 49-FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. 118 p.
- 50-FEE (Fundação de Economia e Estatística). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803-1.50**. Porto Alegre, 1986.
- 51-\_\_\_\_. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803-1850**. Porto Alegre, 1984.
- 52-\_\_\_\_. **Renda Interna Municipal RS - 1939-1980 Valor Agregado**. Porto Alegre, 1984. V. I.
- 53-FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3. ed. Lisboa, Presença, 1989. 262 p.
- 54-\_\_\_\_. **La Tierra y la Evolución Humana**. México, Unión Tipográfica editorial Hispano-Americana, 1955.
- 55-FÉLIX, Loiva Otero. **Corolenismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. 200 p.
- 56-FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Ver a Cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo, Nobel, 1988.
- 57-\_\_\_\_. "As Máscaras da Cidade". **Recista USP**. São Paulo, (5):3-10, mar/abr/maio. 1990.
- 58-FERREIRA Filho, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre, Imprensa Oficial do Estado, 1973. 140 p.
- 59-FLORENZANO, Maria Beatriz. **O mundo antigo: economia e sociedade**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 104 p.
- 60-FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. **Formação do Gaúcho**. Passo Fundo, Diário da Manhã, 1982. 221 p.
- 61-\_\_\_\_. **Topeiros de Mula**. [Passo Fundo], Ed. Diário da Manhã [198-] 137 p.
- 62-FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**, Globo, 1963. 497 p.
- 63-FRANCO Jr. Hilário. **O Feudalismo**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 104 p.

- 64-FREITAS, Décio et al. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. 168 p.
- 65-GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo Através do Tempo**. Passo Fundo, Prefeitura Municipal, 1978. 3v.
- 66-GINSBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1989. 239 p.
- 67-GRAEFF, Walter. "Pré-História do Carazinho". **O Bombeador**, Carazinho, 28 jan. 1991.
- 68-GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. 341 p.
- 69-HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 3. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989. 121 p.
- 70-\_\_\_\_. **Uma Teoria da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993. 402 p.
- 71-HOBSBAWM, Eric. A Turba Humana. In: \_\_\_\_\_. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- 72-\_\_\_\_. **A Era do Capital - 1848 - 1875**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 343 p.
- 73-IANNI, Octávio. **Uma Cidade Antiga**. Campinas. Unicamp, 1988. 112 p.
- 74-IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Enciclopédia dos Municípios**. 1959 v. 39.
- 75-INDICADOR PROFISSIONAL E COMMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Globo, 1938.
- 76-JAEGER, Pe. Luís Gonzaga. **As Primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626 - 1636)**. Porto Alegre.
- 77-KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p.
- 78-KOSSOY, Boris. "O Poder da Imagem". **Memória**. São Paulo. (6): 58, jan/fev/mar/. 1990.
- 79-KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 202 p.
- 80-LANDO, Danilo et al. **Plano Diretor de Carazinho**. Carazinho, 1991. 27 p. (mimeo).
- 81-LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1971. 200 p.

- 82-LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. Barcelona, 4. ed. Península, 1978. 268 p.
- 83-\_\_\_\_ **La Production de l'Espace**. Paris, Anthropos, 1974. 485 p.
- 84-\_\_\_\_ **O Direito à Cidade**. São Paulo, Moraes, 1991. 145 p.
- 85-\_\_\_\_ **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa, Ulisseia, s.d.
- 86-LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo, Nobel, 1988. 210 p.
- 87-LOJIKINÉ, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981. 337 p.
- 88-MACEDO, Francisco Riopardense de. **Plano Diretor de Carazinho**. Porto Alegre, Mapoteca SURBAM, Urbanismo, 1946. 7 p. [mimeo].
- 89-MARX, Murillo. **Cidade no Brasil Terra de Quem ?** São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991. 143 p.
- 90-MORAES, Antonio Carlos Robert, COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1993. 196 p.
- 91-MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 a 60. In: DACANAL, J. H. org. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. P. 358-86.
- 92-MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte, Italaia. 1962. 2 v.
- 93-\_\_\_\_. **The City in History**. London, Pequin Books, 1961.
- 94-OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo**. Passo Fundo, EDUPF, 1960. 3. V. il. Reedição anotada por Marília Xavier e Oliveira Mattos et al.
- 95-\_\_\_\_. **Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho**. Passo Fundo, EDUPF, 1992. 181 p. Edição anotada por Marília Xavier e Oliveira Mattos et al.
- 96-OLIVEIRA, Naia, Tanya BARCELLOS org. **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre, FEE, 1990.
- 97-OTTO, Maria Betay. "Pequena visão histórica do ensino em Carazinho". **A Unidade**, Carazinho, ed. Especial, 24 set. 1971. P. 19-22.

- 98-OTTO, Edson, Protásio SOUZA. "O Município de Carazinho e a Justiça". **A Unidade**, Carazinho, ed. Especial, 24 set. 1971. P. 7-9.
- 99-PALVA, Edvaldo et al. **Passo Fundo: Plano Diretor**. Passo Fundo, Prefeitura Municipal, 1953.95 p.
- 100- PEBAYLE, Raymond. **Eleveurs et Agricultura du Rio Grande do Sul, Brésil**. Thèse, Université de Lille III, 1974.
- 101- PELUSO, Jr. Victor Antonio. **Estudos da Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis, EDUFSC/SECE, 1991. 400 p.
- 102- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. 332 p.
- 103- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, 216 p.
- 104- \_\_\_\_\_. **RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 216 p.
- 105- \_\_\_\_\_. **RS: A Economia & O Poder nos Anos 30**. Porto Alegre, 1980. 192 p.
- 106- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina. Sua História**. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983. 748 p.
- 107- PIMENTEL, Fortunato. **O Rio Grande do Sul e suas Riquezas**. Porto Alegre, Livraria Continente. s.d. 724 p.
- 108- PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO. **Código de Posturas do Município de Carazinho**. Ed. Jornal da Sera. 1932.
- 109- \_\_\_\_\_. **Perfil Sócio-econômico de Carazinho**. Carazinho, Sanini. 1990. 104 p.
- 110- \_\_\_\_\_. **Dados**. [mimeo].
- 111- QUIRINO, José Francisco. "Como cresce a cidade?"  
Revista USP. São Paulo (5): 25-32, mar/abr/maio. 1990.
- 112- RAMBO, Balduino A . **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, 1956.
- 113- REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 126 p.



- 114- **RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1985. 257 p.**
- 115- **RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO, Adauto. "O solo criado como instrumento da reforma urbana: uma avaliação do seu impacto na dinâmica urbana". Ensaaios - FEE. Porto Alegre, 1(13):370-381, 1992.**
- 116- **RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. Passo Fundo, EDUPF, 1991. 182 p.**
- 117- \_\_\_\_\_. Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional (Séculos XVI-XIX). Curitiba, Works Informática, 1992. 338 p.
- 118- **RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1982. 500 p.**
- 119- \_\_\_\_\_. A Pesquisa Histórica no Brasil. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1982. 314 p.
- 120- **ROLNIK, Raquel. O Que é Cidade. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989. 86 p.**
- 121- **RUCKERT, Aldomar A. "A territorialização das contradições do modo capitalista de produção no Planalto Rio-Grandense". Perspectiva. Erechim - URI, (55-56):59-74, set/dez. 1992.**
- 122- **SA, Cristina et al. Olhar Urbano, olhar humano. São Paulo, IBRASA, 1991. 158 p.**
- 123- **SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.**
- 124- **SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A Cidade como um jogo de Cartas. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1988. 192 p. il.**
- 125- **SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia A. orgs. O Espaço Interdisciplinar. São Paulo, Nobel, 1986. 139 p.**
- 126- **SANTOS, Milton. O Espaço e Método. 3. ed. São Paulo, Nobel, 1985. 88 p.**
- 127- \_\_\_\_\_. A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes, 1980. 128 p.
- 128- \_\_\_\_\_. O Espaço do Cidadão. São Paulo, Nobel, 1987. 142 p.
- 129- \_\_\_\_\_. A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.

- 130- \_\_\_\_ **et al.** O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1993. 342 p.
- 131- **SCARLATO, Francisco Capuano et al.** O Novo Mapa do Mundo: Globalização e Espaço Latino-Americano. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1993. 302 p.
- 132- **SCHIMIDT, Benício & FARRET, Ricardo.** A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1986. 95 p.
- 133- **SCHULTZ Filho, Guilherme.** "Visão Histórica do Município de Carazinho". A Unidade, Carazinho, Ed. Especial, 24 set. 1971. P. 64-7.
- 134- **SERRA, Geraldo.** O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo, Nobel, 1987. 211 p.
- 135- **SILVA, Armando Corrêa da.** O Espaço Fora do Lugar. São Paulo, Hucitec, 1988. 127 p.
- 136- **SILVA, Célia Maria e.** Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis, 1990. 196 p.
- 137- **SILVA, Marcos da coord.** República em Migalhas. História Regional e Local. São Paulo, Marco Zero, 1980. 200 p.
- 138- **SILVA, Riograndino da Costa e.** Notas à margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1968.
- 139- **SILVEIRA, Hemetério José Velloso da.** As Missões Orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre, ERUS, 1979.
- 140- **SINGER, Paul Israel.** Economia Política da Urbanização. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 151 p.
- 141- \_\_\_\_\_.Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Ed. Nacional. 1977.
- 142- **SOARES, Solon Macedonia.** Estudo Histórico Social sobre o Município de Carazinho. Gráfica Carazinhense, 1949. 21 p.
- 143- **SOUZA, Maria Adélia A . de.** O Novo Mapa do Mundo: Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1993. 244 p.

- 144- **SPOSITO, Maria Encarnação B.** Sposito. **Capitalismo e Urbanismo.** 3. ed. São Paulo, Contexto, 1991. 80 p.
- 145- **TAMBARA, Elomar.** NRS: Modernização & Crises na Agricultura. **Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 95 p.**
- 146- **VARGAS, Álvaro R.** Do Caapi ao Carazinho - **Notas sobre 300 anos de História (1631-1931).** Carazinho, **Noticioso, 1980.**
- 147- \_\_\_\_\_. **Imagens do Carazinho Antigo. [reprodução xerográfica de fotos].** Ed. Do autor, s.d.t. 112 p.
- 148- **VEYNE, Paul.** Como se escreve a História. **Lisboa, Edições 70, 1983, 350 p.**
- 149- **WEBBER, Max.** "Conceito e Categorias de Cidades". In: **VELHO, Otávio Guilherme.** O Fenômeno Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. 133 p.
- 150- **WEIMER, Gunter org.** Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDUFRGS, 1992. 143 p.
- 151- **WILLIAMS, Raymond.** O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. 439 p.
- 152- **ZART, São Paulo.** História Agrária do Planalto Gaúcho: 1858-1920. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986. 209 p.

b. Periódicos

O BOMBEADOR, Carazinho, 1990 - 1993.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1934 - 1993.

DIÁRIO DA MANHÃ, Carazinho, 1980 - 1993.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 12 fev. 1923.

O INTERIOR, Carazinho, 4 jul. 1975.

O NACIONAL, Passo Fundo, 1931.

NOTICIOSO, Carazinho, 1946 - 1993.

JORNAL DA SERRA, Passo Fundo, 1930.

JORNAL DA SERRA, Carazinho, 1930 - 1951.

Revista de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, ano 1,  
n. 3 out. 1986.

Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, ano 1, n.  
1, mar. 1993.

A UNIDADE, Carazinho, 1955 - 1957.

ZERO HORA, Porto Alegre, 1990 - 1993.

#### FONTES ORAIS

Entrevistas de História Oral do Projeto Memória de Carazinho  
(\*).

BARLEZE, Romeu Skaglia. 20 set. 1991. Ney Eduardo d'Ávila.

BAZZANELLA, Alduíno. 21 jul. Marinês Meira Andrade.

BECKER, Selda. 4. Jul. 1991. Nair Lúcia Beckmann.

CLOSS, Wanda. 8 set. 1991. Jossara Strasser.

ELZINGA, Herta Schneider. 10 jul. 1991. Antônia Maria Dal  
Bosco.

MACHADO, Felipe Severo de. 17 jul. 1991. Terezinha Ferreira.

MOURA, Eloi Soares de. 26 jul. 1991. Rosani Radtke.

MOURA, Ubirajara Soares de. 27 jul. 1991. Rosani Radtke.

NEISSE, Carlos. 18 set. 1991. Silvana Santos de Moura.

OLIVEIRA, Euclides Subtil de. 5 fev. 1991. Maria Elisa  
Saldanha.

OTT, Maria Beaty. 18 jul. 1990. Ney Eduardo d'Ávila.

OTTO, Olívio. 18 jul. 1990. Silvana Santos de Moura.

OTTO, Regina Gobbi. 20 set. 1991. Silvana Santos de Moura.

ROCHA, Jorge Rodrigues. 17 jul. 1991. Ione Schenckel.

ROCKENBACH, Ivo. 18 set. 1991. Ney Eduardo d'Ávila.

SANCHEZ, Maria Zilah de Azevedo. 19 jun. 1992. Ilda Mara  
Jarré.

VARGAS, Mary Ebling da Silva. 21 jul. 1991. Ilda Mara Jarré.

WEIDLICH, Cláudio. 19 set. 1991. Ney Eduardo d'Ávila.

\* As entrevistas relacionadas [Entrevistado

(a), data da entrevista, Entrevistador (a), pertencem ao Projeto Memória Carazinhense, as respectivas gravações em fita magnética e transcrições estão arquivadas na FUNDESCAR.

Depoimentos de pessoas-fonte:

AVILA, Ignez d'. Informações sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Carazinho, elaborado em 1969.

AAVILA, João d'; Informações sobre o comércio e a indústria madeireira em Carazinho.

HACKENHARR, Lauri. Informações sobre a tramitação na Câmara de Vereadores do Projeto de Lei n 92/91 (Plano Diretor).

## LOCAIS PESQUISADOS

Acervo do Projeto Memória Carazinhense. Carazinho.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.  
Carazinho.

Arquivo de Jornais Diário da Manhã. Passo Fundo.

Arquivo de Jornais da Empresa Jornalística Caldas Junior.  
Porto Alegre.

Arquivo Particular de Alvaro Rocha Vargas. Carazinho.

Arquivo Particular de Maria Beaty Ott. Carazinho.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Carazinho. Carazinho.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do  
RGS. Porto Alegre.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto  
Alegre.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho.  
Carazinho.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.  
Florianópolis.

Biblioteca Central de Universidade de Passo Fundo. Passo  
Fundo.

Biblioteca da Universidade Regional do Alto Uruguai e  
Missões. Secção de Periódicos. Erechim.

Cartório dde Notas (Primeiro Tabelionato). Carazinho.

Cartório do Registro Civil. Carazinho.

Cartório de Registro de Imóveis. Carazinho.

Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas. Passo Fundo.

Mapoteca da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e  
Administração Municipal (SURBAM). Porto Alegre.

Museu e Arquivo Histórico Regional. Passo Fundo.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto  
Alegre.

Museu Municipal Pedro Vargas. Carazinho.